

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A TENDÊNCIA DOS FUNDOS DE PENSÃO DE SANTA CATARINA - UM ESTUDO  
COM ENFOQUE DA GESTÃO DO CONHECIMENTO, INTELIGÊNCIA  
COMPETITIVA E DA ANÁLISE DE BALANÇO**

VANESSA CARLA TRAVESSINI

**VANESSA CARLA TRAVESSINI**

**A TENDÊNCIA DOS FUNDOS DE PENSÃO DE SANTA CATARINA - UM ESTUDO  
COM ENFOQUE DA GESTÃO DO CONHECIMENTO, INTELIGÊNCIA  
COMPETITIVA E DA ANÁLISE DE BALANÇO**

Monografia apresentada a Universidade Federal  
de Santa Catarina como um dos pré-requisitos  
para obtenção do grau de bacharel em Ciências  
Contábeis.


**FLORIANÓPOLIS**


2002

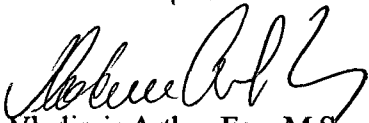
**TERMO DE APROVAÇÃO****VANESSA CARLA TRAVESSINI****A TENDÊNCIA DOS FUNDOS DE PENSÃO DE SANTA CATARINA – UM ESTUDO  
COM ENFOQUE DA GESTÃO DO CONHECIMENTO, INTELIGÊNCIA  
COMPETITIVA E DA ANÁLISE DE BALANÇO**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de ...8,32..., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Compuseram a banca:

  
Prof.<sup>a</sup> Orientadora Elisete Nahmer Pfitscher, doutoranda.  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC  
Nota atribuída.....10,0.....

  
Prof. José Alonso Borba.  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC  
Nota atribuída.....6,87.....

  
Prof. Vladimir Arthur Fey, M.Sc.  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC  
Nota atribuída.....8,10.....

Florianópolis, dezembro de 2002.

  
Prof. Luiz Felipe Ferreira, M.Sc.  
Coordenador de Monografia do CCN

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter-me guiado durante esta caminhada e permitido vencer mais uma etapa de minha vida.

A Prof<sup>a</sup> Elisete Dahmer Pfitscher pela sua paciência, dedicação e orientação no desenvolvimento deste trabalho.

A minha família, em especial minha mãe, Angelina, por ter-me ensinado a nunca desistir de meus objetivos, motivando e apoiando em todos os momentos de minha vida, a quem devo mais esta conquista.

Aos professores do departamento de Ciências Contábeis, pelo conhecimento compartilhado, dedicação durante o decorrer do curso e pela contribuição para o crescimento, tanto em nível pessoal, quanto profissional.

Aos colegas de curso, pelo apoio, amizade, convívio, cooperação e colaboração recebidas.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuem, direta ou indiretamente, na execução do presente trabalho e pelos momentos compartilhados em mais uma conquista obtida. A todos muito obrigado.



“Grandes foram as lutas,  
maiores as vitórias. Sempre  
estiveste conosco Senhor  
Muitas vezes, pensamos que este  
momento nunca chegaria  
Queríamos recuar ou parar, no  
entanto tu sempre estavas  
presente, fazendo da  
derrota uma vitória, da fraqueza uma  
força. Com tua ajuda vencemos.  
A emoção é forte. Não chegamos ao fim,  
mas ao início de uma longa  
caminhada. Por isso, dizemos Obrigado.”  
(Isaías 55, 10-11)

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURA.....</b>	<b>viii</b>
<b>LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>ix</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>x</b>
 <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	 <b>1</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA .....	2
1.2 OBJETIVOS .....	2
1.2.1 Objetivo geral .....	2
1.2.2 Objetivos específicos .....	3
1.3 METODOLOGIA .....	3
1.4 JUSTIFICATIVA .....	4
1.5 LIMITAÇÕES .....	4
 <b>2 GESTÃO DO CONHECIMENTO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA .....</b>	 <b>6</b>
2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO .....	6
2.2 INTELIGÊNCIA COMPETITIVA .....	8
2.3 DIFERENÇA ENTRE DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO.....	9
2.4 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO E INTELIGENCIA COMPETITIVA .....	9
2.4.1 A análise de IC e GC com análise de balanço .....	12
2.4.1.1 Indicadores gerais .....	13
2.4.1.2 Indicadores de rentabilidade .....	13
2.4.1.3 Indicadores atuariais .....	14
2.4.1.4 Demais indicadores auxiliares .....	16
 <b>3 AS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA E ANÁLISE DOS INDICADORES DOS     FUNDOS DE PENSÃO .....</b>	 <b>17</b>

3.1	UMA ABORDAGEM DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA .....	17
3.2	SITUAÇÃO ATUAL DA PREVIDÊNCIA OFICIAL DO BRASIL .....	19
3.2.1	Análise de rentabilidade evolutiva dos fundos de pensão .....	21
3.2.2	Impactos na mídia sobre fundos de pensão.....	25
3.2.3	Proposta de modelo de gestão .....	26
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	31
	REFERÊNCIAS .....	33
	ANEXOS 1.....	35
	ANEXOS 2.....	52
	ANEXOS 3.....	54
	ANEXOS 4.....	60

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura da Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento.....	10
Figura 2: Abordagens da Estrutura IC & GC nos fundos de pensão.....	11
Figura 3: Processo de tomada de decisão .....	13
Figura 4: Evolução do Saldo Previdenciário.....	19
Figura 5: Relação contribuinte/beneficiário do RGPS .....	20
Figura 6: Ativos da EFPP'S em relação ao PIB .....	21
Figura 7: Indicadores gerais de patrimônio.....	22
Figura 8: Liquidez corrente dos fundos de pensão de SC .....	22
Figura 9: Rentabilidade dos fundos de pensão de SC em 2000 .....	23
Figura 10: Rentabilidade dos fundos de pensão de SC em 2001 .....	23
Figura 11: Indicadores atuariais dos fundos de pensão de SC em 2000 .....	24
Figura 12: Indicadores atuariais dos fundos de pensão de SC em 2001 .....	25
Figura 13: Proposta de modelo de gestão para os fundos de pensão .....	28

**LISTA DE ABREVEATURA E SIGLAS**

Celos	Fundação CELESC de seguridade social
CRM	Cobertura das Reservas matemáticas pelo PLC
CRMBAC	Cobertura das reservas matemáticas de benefícios a conceder pelo PLC
CRMBC	Cobertura das reservas matemáticas de benefícios concedidos pelo PLC
EAPP	Entidades abertas de previdência privada
EFPP	Entidades fechadas de previdência privada
Elos	Fundação ELETROSUL de previdência e assistência social
Fumbesc	Fundo de Pensão multipatrocinado BESC
Fusesc	Fundação CODESC de Seguridade Social
GC	Gestão do conhecimento
IC	Inteligência competitiva
IMOB	Imobilização
LC	Liquidez corrente
MA	Metas assistenciais
MP	Metas previdenciais
MPA	Ministério da previdência e assistência social
PL	Patrimônio líquido
PLC	Patrimônio líquido de cobertura
Previsc	Sociedade de previdência complementar do sistema FIESC
RA	Resultado acumulado em relação ao patrimônio líquido de cobertura
RAFR	Retorno sobre os ativos de renda fixa
RAII	Retorno sobre os ativos de investimentos imobiliários
RARV	Retorno sobre os ativos de renda variável
RI	Retorno sobre os investimentos
ROP	Retorno sobre as operações com participantes
RPL	Retorno sobre patrimônio líquido

## RESUMO

Na atualidade conhecer as empresas passa a ser uma prioridade para todos aqueles que têm relações em ambientes internos e externos, com estas instituições. A gestão do conhecimento, através de estudos de inteligência competitiva mostra uma necessidade estratégica para delinear as análises, especificamente das instituições previdenciárias.

Neste sentido o objetivo o geral deste trabalho é realizar a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício de seis Fundos de Pensão de Santa Catarina, numa abordagem da gestão do conhecimento e inteligência competitiva. Para atingir este propósito apresenta a situação do sistema previdenciário do Brasil e a evolução deste até os tempos atuais, bem como sua estruturação. Mostra-se também uma performance ligada as atividades e a gestão do conhecimento, com sua caracterização, sobre inteligência competitiva como ferramenta de gestão. Com a coleta das demonstrações contábeis é realizado cálculos e feito uma análise sobre seus resultado e a aplicação para a gestão.

A fim de proporcionar melhor entrosamento entre as pessoas envolvidas nos processos de análise dentro destas instituições previdenciárias, apresenta-se também uma proposta de gestão para ter uma noção melhor do envolvimento de todas as partes. Vale ainda ressaltar que no fim, tem-se de forma conclusiva o *status quo* de cada instituição, mostrando numa visão geral integrada a situação econômico financeira de cada uma.

Palavras chave: *status quo*, inteligência competitiva, gestão do conhecimento, análise de balanço e fundos de pensão.

## 1 INTRODUÇÃO

A performance das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no mundo fazem com que a seguridade social seja, durante o século XX, a principal causa do bem estar requerido pelos trabalhadores. Por outro lado, nas últimas décadas têm demonstrado uma crescente crise dos sistemas tradicionais de seguridade social e, especialmente, daqueles que dizem respeito à previdência social que não estão eficientes ou suficientemente precavidos na administração de recursos. Para evitar as conseqüências negativas sobre a economia, obtendo o melhor equilíbrio entre o custo do sistema e os benefícios recebidos pelos contribuintes, sugere-se uma análise criteriosa destas instituições.

Ressalta-se que como conseqüência estão sendo ampliados os sistemas complementares de aposentadoria, entre eles o fundo de pensão, criados a partir da capitalização de investimentos que se transformam nos investimentos mais importantes. O objetivo destes está em encontrar um mecanismo adequado para garantir novos benefícios sociais e, ao mesmo tempo, criar uma poupança destinada a impulsionar os investimentos e contribuindo para o progresso.

No mundo inteiro, os sistemas previdenciários são os maiores formadores da poupança interna dos respectivos países. No Brasil os fundos de pensão são os únicos mecanismos institucionalmente amadurecidos de formação de poupança estável e de longo prazo. As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre as instituições e pela contabilidade, especificadamente através da análise do balanço, esses dados são transformados em informações, que compõe uma estrutura maior dentro da gestão do conhecimento e inteligência competitiva.

Na realidade a nova economia baseada no conhecimento está se configurando e as empresas estão se dando conta de que as informações relevantes e oportunas sobre os concorrentes, fornecedores e clientes são necessárias para a tomada de decisão estratégica no mercado em que atuam. Atualmente, elas já sabem que, apenas, um planejamento estratégico anual, não é mais suficiente para definir as ações a serem realizadas. Os mercados estão se adequando à globalização da economia, e as tecnologias de informação estão reduzindo o tempo disponível para uma efetiva tomada de decisão organizacional. Assim, devido a grande velocidade das mudanças desta nova economia, a avaliação de negócios e de estratégias precisam ser um processo contínuo.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA

A situação atual da previdência mostra uma necessidade da gestão do conhecimento como uma estratégia para delinear os processos e análises das instituições previdenciárias, passando ser esta a problemática deste trabalho. O monitoramento contínuo dos concorrentes, clientes, fornecedores e outras forças produtivas, devem fazer parte de todo um processo da gestão estratégica das empresas. Monitoramento contínuo previne as empresas da ocorrência de surpresas. As atividades de inteligência e o aperfeiçoamento do desenvolvimento empresarial, pode tornar uma ação estratégica apropriada e oportuna. A análise de balanço preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a instituição merece crédito, se está sendo bem administrada, apresentam índices de liquidez e lucratividade satisfatórios, compatíveis com a realidade do mercado, enfim, mostrando a tendência de evolução em um processo de gestão do conhecimento e a inteligência competitiva.

O grau de excelência da análise de balanços é dado exatamente pela qualidade e extensão das informações. Com base no contexto apresentado, o tema deste trabalho baseia-se na gestão do conhecimento e inteligência competitiva com abordagem de análise de índices nos balanços dos fundos de pensão de Santa Catarina com as formas de como está sendo conduzido os investimentos, para certificar da verdadeira situação dos fundos de pensão, diante dessa magnitude de ser um investimento seguro para o trabalhador. Tem como interesse responder:

**Como a análise de balanço auxilia na gestão do conhecimento e inteligência competitiva dos fundos de pensão?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Objetivo geral consiste em verificar através de análise das demonstrações contábeis a situação atual dos fundos de pensão de Santa Catarina unindo a gestão de conhecimento e inteligência competitiva.



### 1.2.2 Objetivos específicos

Em se tratando dos objetivos específicos, busca-se o seguinte:

- descrever sobre gestão do conhecimento na abrangência da inteligência competitiva e adequar aos fundos de pensão;
- apresentar uma abordagem das instituições de previdência;
- analisar o balanço patrimonial e os indicadores dos fundos.

### 1.3 METODOLOGIA

Ao longo dos últimos anos, muitos países, têm adotado sistemas previdenciários do tipo multi-pilar: previdência pública(oficial), previdência privada abertas (seguradoras e bancos comerciais) e previdência privada fechada (fundo de pensão), melhor mencionados no Capítulo 3, embora a reforma estrutural sempre seja difícil, a experiência desses países evidencia que ela é possível e que assume formas um tanto diferentes nos diversos lugares envolvendo custos de transição distribuídos entre várias gerações.

Afim de obter um melhor aprendizado torna-se interessante a verificação *in loco* para obtenção de dados fiéis descrevendo o cenário das situações ( STAKE, 1994) como também para futuros trabalhos, como um estudo de caso. Vale ressaltar também que o estudo segue uma linha de pesquisa quantitativa para ressaltar os valores apresentados nas demonstrações contábeis, bem como qualitativa trabalhando no *habitat* natural, com adaptação e mudança das tendências de mercado ( MERRIAM, 1998).

O trabalho está sendo realizada em três fases distintas: a primeira com coleta de dados, informações pertinentes aos fundos de pensão e a sua ligação com a gestão do conhecimento e inteligência competitiva. Esta fase envolve a tarefa do pesquisador na busca de informações para fundamentar os conceitos. A segunda pertence ao diagnóstico dos fundos de pensão existentes em Santa Catarina, verificando a sua trajetória inicial, as dificuldades, vantagens e desvantagens das estruturas através de um breve histórico e análise de índices. Nesta etapa tem-se um envolvimento com cada empresa num processo de estudo analítico dos índices ligados a estas instituições, mostrando em quais aspectos existe acréscimos ou decréscimos dos resultados. A terceira é a apresentar uma proposta de modelo de gestão que possa aliar e valorizar o conhecimento de todos os profissionais das instituições “fundos de pensão”, bem como os participantes, patrocinadores e mercado concorrente, tendo então uma visão de ambiente interno e externo.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

Com os crescentes *déficit* da Previdência social que a partir de 1995 começam a ocupar papel de destaque no âmbito das contas públicas brasileiras, os trabalhadores tentam buscar a segurança para dar continuidade de seu ganho através da previdência complementar que nos últimos anos se torna uma das prioridades de vida.

Especialmente os fundos de pensão, da previdência complementar fechada, tem em seu poder um grande volume de recursos que devem ser aplicados conforme a lei vigente, para dar retorno aos participantes do benefício, estando consequentemente ligado a gestão da instituição.

Com a atual concorrência do mercado, os fundos tem se preocupado, cada vez mais, em manter-se dentro das condições impostas pelos concorrentes. Para isso, elas precisam utilizar a gestão do conhecimento e a inteligência competitiva para a obtenção de um diferencial, que proporcione sua manutenção no mercado além de dar satisfação e segurança ao dinheiro aplicado pelo associado.

A contabilidade como ferramenta de informação sobre o patrimônio e evolução das instituições, neste trabalho visa a análise do balanço patrimonial dos fundos para auxiliar na gestão do conhecimento e na inteligência competitiva como diferencial entre as instituições a fim de se manter no mercado.

## 1.5 LIMITAÇÕES

Na conjuntura atual os fundos de pensão tem sido tema de discussão por vários pesquisadores. Saber a situação econômica financeira de cada fundo de pensão merece uma atenção especial para proporcionar melhor aprendizado e atender os usuários deste benefício.

Por ser um assunto muito complexo este trabalho não pretende esgotar o assunto, deixando uma lacuna para futuras pesquisas. A melhoria contínua neste processo inclui um monitoramento dos trabalhos executados e sua competência. A maior limitação deve-se ao fato de a realização desta pesquisa dar-se em apenas uma região o que não permite generalizações de conclusões diante de outras instituições, nas demais regiões.

Outras barreiras apresentadas no decorrer do trabalho podem caracterizar na limitação, são encontrar material publicado pertinente ao assunto e a não divulgação das demonstrações do fundo de pensão da WEG, em que o trabalho dos sete fundos de pensão de Santa Catarina, apenas torna-se possível realizar nas análises de seis fundos de pensão.

Ainda assim, relata-se de elevada importância esse estudo colocando como ênfase essa limitação, como também tratando ela no sentido de recomendações, melhor relatado no capítulo de conclusões e recomendações.

## 2 GESTÃO DO CONHECIMENTO E A INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

### 2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO

De acordo com SALIM(2000, p. 5) a definição de gestão do conhecimento pode ser como “um processo articulado e intencional, destinado a sustentar ou a promover o desempenho global da organização, com base no conhecimento.” Para PEREIRA *apud* ANGELONI (2002, p.158), “é entendida como um conjunto de atividades responsáveis por criar, armazenar, disseminar e utilizar eficientemente o conhecimento na organização, atentando para o seu aspecto estratégico, tão evidente e necessário no ambiente empresarial moderno”.

Para identificar o momento em que o conhecimento se torna uma das principais ferramentas na gestão das empresas, SANTOS( 2000, p.8) apresenta a evolução do conhecimento para entender melhor o que está acontecendo neste momento de transição da economia mundial, provavelmente, tem-se a necessidade de ter uma maior compreensão do que precede a era do conhecimento. A evolução pode ser caracterizada, sumariamente, da seguinte forma:

- Início do século XX: Administração científica, segundo os fundamentos da visão taylorista/fordista da produção, incorporando-se princípios universais de eficiência e o surgimento da engenharia industrial;
- Anos 30: Administração baseada nas relações humanas, segundo os fundamentos de Elton Mayo, cobrindo a área da psicologia da motivação, participação e do enriquecimento no trabalho;
- Anos 40: Surgimento dos métodos de otimização, de resolução de problemas, baseados em modelos quantitativos da pesquisa operacional, incentivados pelo advento dos computadores na década seguinte;
- Anos 50, 60 e 70: surgimento da teoria de sistemas, que quebre o paradigma taylorista nos seus aspectos fundamentais de organização como um sistema fechado, determinístico e de prescrição de tarefas; desenvolvimento do planejamento estratégico, da diversificação, sinergias e reestruturação da produção;
- Anos 80: Gestão em estilo japonês, garantia de qualidade, abordagens modernas com relação ao controle e planejamento da produção, com a implementação da produção puxada em células, em contrapartida à produção em linha taylorista-fordista

dominante até então. Uma era de fusões corporativas, levando-se às vezes, a uma ilusória sensação de agregação de valor;

- Anos 90: Esforços na direção de uma gestão cognitiva, ênfase no pensar e no aprender, aquisição de conhecimento, gestão da informação e do conhecimento, comunicações intensamente melhoradas pelo rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação.

São muitos os sinais de que o conhecimento se torna o recurso econômico mais importante para a competitividade das empresas e dos países. É, cada vez mais, necessário tornar a inovação uma missão permanente e alavancar todos os tipos de conhecimentos disponíveis, sejam eles tácitos ou explícitos, internos ou externos, tangíveis ou intangíveis. Neste sentido, acredita-se que a "Gestão do Conhecimento" deva estar ancorada pelas decisões e compromissos da alta administração em termos de:

- Desenvolvimento estratégico e organizacional: A "Gestão do Conhecimento" implica, necessariamente, no desenvolvimento de competências interrelacionadas nos planos estratégicos, organizacionais e individuais. É difícil imaginar uma sólida estratégia corporativa que não coloque a aquisição, desenvolvimento e manutenção de habilidades e competências individuais e coletivas como ponto central para o sucesso competitivo;

- Investimentos em infra-estrutura tecnológica: As tecnologias de comunicação (em particular aquelas associadas à *internet*) e que facilitam o compartilhamento de conhecimento explícito e implícito fazem parte da "Gestão do Conhecimento". São evidentes e inúmeros os casos de sucesso de empresas que derão saltos competitivos a partir da utilização destas novas ferramentas. O uso destas tecnologias, no entanto, embora necessário, está longe de ser suficiente. "Gestão do Conhecimento" focada prioritariamente nos investimentos em infra-estrutura tende a resultar em fracassos, pois conhecimento é informação interpretada, o que faz com que a simples transferência de informação não aumente o conhecimento ou a competência. Parece, por outro lado, que alguns dos principais benefícios destas tecnologias estão relacionados ao aumento da conectividade entre as pessoas (dentro e fora da organização), redução dos problemas de comunicação entre diferentes níveis hierárquicos e melhor interação com fornecedores e clientes;

- Cultura organizacional: Sem um ambiente que torne o aprendizado, a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos (tácitos ou explícitos) parte do dia-a-dia de todos os funcionários, as estratégias corporativas e os investimentos em infra-estrutura dificilmente atingem seus objetivos relacionados ao desenvolvimento e alavancagem dos vários níveis e

formas de conhecimento organizacional. Assim, o monitoramento regular do ambiente e dos valores organizacionais, assim como o seu, redirecionamento, de tempos em tempos, se torna parte importante de qualquer esforço em "Gestão do Conhecimento". Razão pela qual apresenta-se uma proposta de modelo de gestão no capítulo 3.

Pode-se admitir então que a efetiva "Gestão do Conhecimento" requer novas posições quanto ao papel da capacidade intelectual de cada funcionário, além do estabelecimento de novos modelos organizacionais (estruturas, processos, sistemas gerenciais) e noções sobre como se integrar e aprender permanentemente com o ambiente. Isto, é claro, exige também novos estilos de lideranças empresarias. Esta discussão, entretanto, pode ser melhor explicada no item 2.2.

## 2.2 INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

A maioria das grandes empresas tem implementado, nos últimos anos, processos de coleta sistemática de dados, do ambiente no qual elas estão inseridas e, sobretudo, do seu ambiente interno, visando identificar as informações as mais estratégicas para a tomada de decisão empresarial. Assim, SANTOS (2000,p.5) conceitua a inteligência competitiva:

Como sendo um processo sistemático que transforma *bits* ocasionais e peças de dados em conhecimento estratégico. É a informação estratégica a respeito da posição competitiva dos concorrentes, tanto atual quanto de seus planos futuros específicos, das forças que interagem no mercado, de produtos específicos e de novas tecnologias. Da mesma forma, são informações externas do meio ambiente; econômicas, legais, políticas e demográficas, que tenham um impacto no mercado.

A maioria das informações estratégicas necessárias para grande parte das empresas estão disponíveis, exatamente para serem coletadas. O desafio é construir uma rede capaz de coletar ativamente essas informações, tanto no ambiente externo como no ambiente interno da empresa, de uma maneira rotineira e sistemática. Isso não implica em um sofisticado processo informatizado ou em uma grande estrutura organizacional. Apenas significa um processo formalizado para a coleta e a análise da informação que seja permanente.

Como nova ferramenta de gestão a inteligência competitiva ajuda as empresas a enfrentar as incertezas características da economia baseada no conhecimento, sendo um processo de agregação de valor. Inicia-se com desenvolvimento de informações, conhecimentos sobre seus clientes, concorrentes, fornecedores, alianças estratégicas, oportunidades e ameaças futuras que são coletadas em ambiente interno e externo. É necessário a implementação desse processo para que se evite surpresas, identifique ameaças e

oportunidades bem como pode-se obter vantagem competitiva pela redução do tempo de reação e melhorar o planejamento estratégico a curto e a médio prazo.

### 2.3 DIFERENÇA ENTRE DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Por mais primária que esta distinção possa ser, torna-se importante frisar que dado, informação e conhecimento não são sinônimos. O sucesso ou fracasso de uma organização pode depender dessa distinção, saber qual a empresa precisa e o que pode fazer com cada um deles.

DANVENPORT e PRUSAK(1998, p.2) citam que dados são um conjunto de fatos distintos e objetivos, relativos a eventos. Os dados nas organizações modernas geralmente são armazenados em algum tipo de sistema tecnológico. Descrevem apenas parte daquilo que acontece, não fornecem julgamento, nem interpretação, não são uma base ideal para tomada de decisão. Informação tem a finalidade de mudar a visão do receptor ou causar impacto sobre seu julgamento ou comportamento. A informação diferentemente do dado tem significado – relevância e propósito. Dados tornam-se informações quando seu criador lhes atribui significado.

Para BATESON *apud* NONAKA e TAKEUCHI (1997, p.63), “a informação proporciona um novo ponto de vista para interpretação de eventos ou objetos, o que torna visíveis significados antes invisíveis ou lança luz sobre conexões inesperadas. Por isso, a informação é um meio ou material necessário para extrair e construir o conhecimento.”

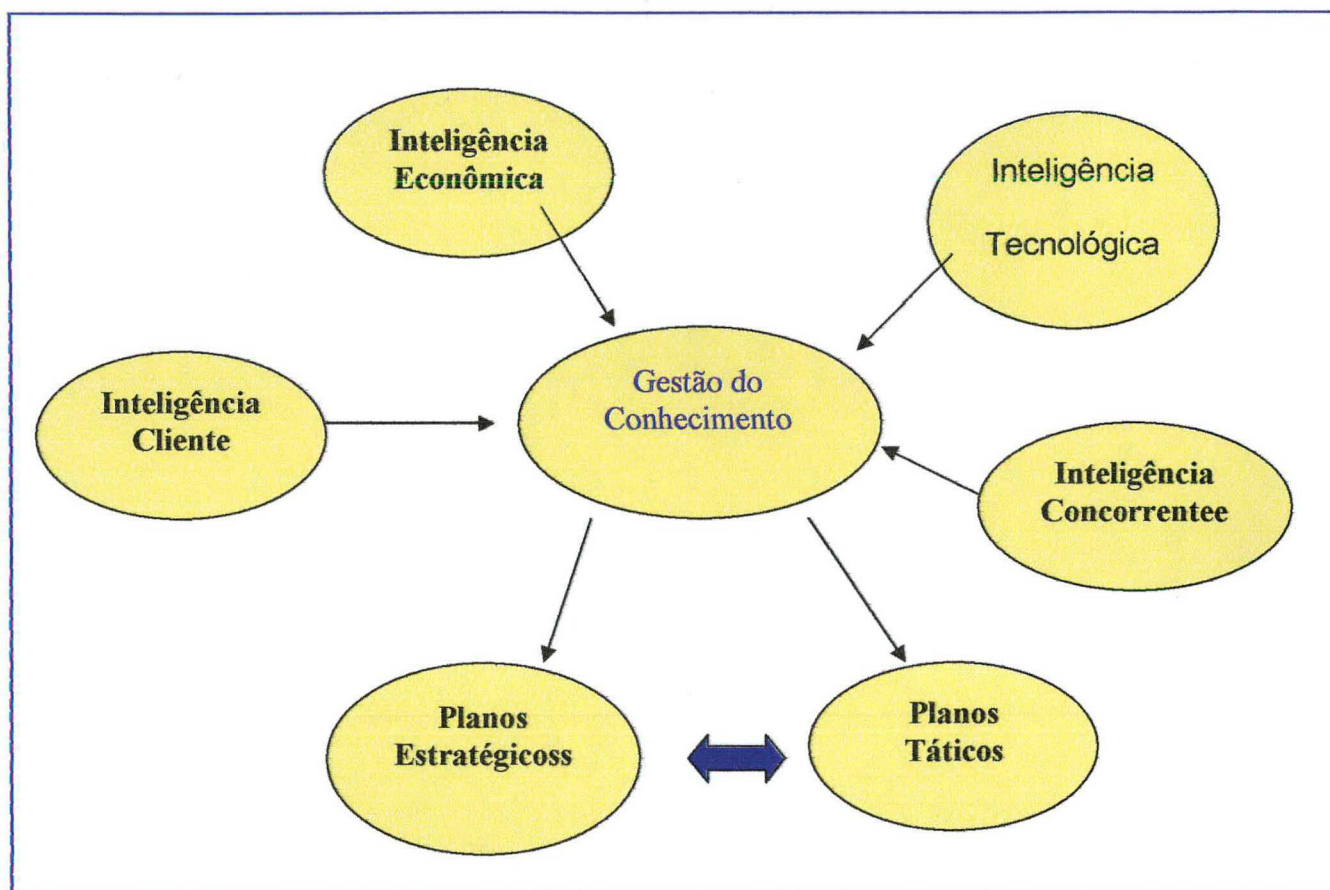
Conhecimento é, segundo DAVENPORT e PRUSAK (1998, p.6)

uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais.

Os autores de certa forma mencionam que o conhecimento pode vir a partir de vivência de cada empresa, analisando os dados e as informações advindas destes dados. O item 2.4 mostra um direcionamento deste processo

### 2.4 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO E INTELIGENCIA COMPETITIVA

O processo de construção da Inteligência Competitiva e a Gestão do Conhecimento requerem uma atenção especial, devido sua complexidade. Na verdade a Gestão de Conhecimento envolve vários aspectos, conforme figura 1.



**Figura 1: Estrutura da Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento**

Fonte: SANTOS, Neri. Inteligência competitiva & Gestão do Conhecimento, 2000, com adaptação do autor

A Inteligência Competitiva pode ser considerada uma ferramenta de gestão, quando observadas todas linhas de atuação, que integram a Gestão do Conhecimento. Segundo SANTOS (2000, p. 8): “A IC é um processo de agregação de valor. Não é uma substituição das atividades de planejamento, de pesquisa de mercado ou de sistemas de informação. Ao contrário é um processo que integra todas essas áreas, já existentes na organização, via coleta, análise e tratamento de informações competitivas, com o sistema de produção implantado”. Este processo de abordagem que formam as informações competitivas está melhor explicado na figura 2.



Abordagem	Discriminação
Inteligência Organizacional	Fluxo de informações ambiente interno e externo, envolvendo ativos intangíveis, conhecidos por capital intelectual;
Inteligência Tecnológica	Seria toda a estrutura de informatização e intercomunicação dos departamentos;
Inteligência do Cliente	Sociedade externa que participam dos benefícios como usuários;
Inteligência do Concorrente	Conhecimento do mercado, atuação de outras instituições do mesmo ramo;
Inteligência Econômica	Recursos financeiros, plano orçamentário;
Planos Tácitos e Estratégicos	Gestão através de unidades estratégicas de negócio a Curto, Médio e Longo prazos.

**Figura 2: Abordagens da Estrutura IC & GC nos fundos de pensão**

Fonte: SANTOS, Neri dos. *Inteligência Competitiva & Gestão do Conhecimento*. DEPS, 2000, com adaptação do autor.

A abordagem “Inteligência Organizacional”, colocada em primeira linha nesta figura, evidencia o envolvimento de todas as outras abordagens, uma vez, que trabalha como o fluxo de informações de todo ambiente. Pode-se inclusive apresentar algumas chaves para um processo de IC & GC alcançar êxito, entre estas:

- Mudança de Paradigma;
- Planejamento Global e Setorial;
- Abordagem Sistemática, com rede atualizada de informações.

Nesta mudança de Paradigma, existem comprometerimentos maiores, quanto à saída da zona de conforto. Segundo Brum *et al* (2002, p. 2): “No final do século XX, observa-se que a humanidade passa por uma série de transformações nos campos social, político, econômico, cultural e principalmente no campo científico-tecnológico, levando a importantes mudanças paradigmáticas em que, o homem passa a repensar o seu papel na sociedade e seu comportamento junto ao ambiente de forma mais consciente”. Nesta abordagem de mudança de paradigma, notifica-se a necessidade de um Ponto de equilíbrio entre as estruturas existentes em um âmbito geral. Os autores mostram a necessidade desta mudança, em função das transformações globais que vem acontecendo na nova conjuntura econômica, social, política, cultural, econômica e científico-tecnológica. Não se pode admitir uma situação estática e daí a evolução no Planejamento Global e Setorial das Instituições.

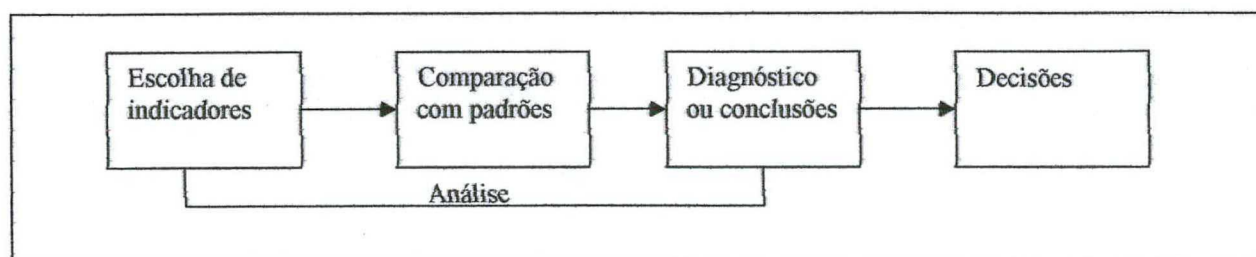
Nesta perspectiva este planejamento pode obedecer uma forma de melhoramento contínuo a fim de obter uma abordagem sistemática, com rede atualizada de informação. Segundo SANTOS(2000,p.23):

A necessidade de um processo de inteligência competitiva ajudará a definir as responsabilidades do grupo de IC versus outros grupos da organização. O primeiro passo é o grupo de IC compreender a fundo o negócio. É importante entender a missão global da organização tão bem quanto as estratégias específicas das unidades de negócio individuais. A melhor forma para começar é revisar os planos estratégicos da organização como um todo, assim como da unidade específica de negócio que você é responsável.

O autor enfatiza a idéia de possuir informações atualizadas para cada instituição bem como ter um planejamento estratégico e tático. No estratégico tem-se uma linha, conduta a seguir e no tático as situações momentâneas . O item 2.4.1 explica melhor como a análise de balanços pode auxiliar todo processo de avaliação destas empresas

#### 2.4.1 A análise de IC e GC com análise de balanço

As necessidades específicas de cada empresa estão vinculadas a correta coleta de dados, já que informações distorcidas podem provocar situações errôneas nas análises. Conforme MATARAZZO(1998, p 16): “As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de balanço transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir”. Sabendo-se que as demonstrações são informações exteriores, em que qualquer indivíduo tem acesso e conjuntamente com esses dados coletados exteriormente, tem-se os relatórios internos que também auxiliam no processo decisório. Na maioria das ciências, o processo de tomada de decisões obedece uma situação de sequências conforme figura 3.



**Figura 3: Processo de tomada de decisão**

Fonte: MATARAZZO, Dante C. *Análise Financeira de Balanço*, 1998.



Para a realização desse trabalho são utilizados índices em que seus resultados podem ser interpretados para identificar o tipo de gestão desses fundos de pensão, com base nos indicadores:

#### 2.4.1.1 Indicadores gerais

a) Patrimônio Líquido: representa os recursos líquidos da entidade, que estariam à disposição dos participantes e patrocinadores.

$$\text{PL} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Operacional} - \text{Passivo Contingencial}$$

b) Patrimônio Líquido de Cobertura: representa os recursos líquidos da entidade, que são utilizados na cobertura das Reservas Matemáticas (compromissos), ou seja, o Patrimônio Líquido descontando os fundos constituídos

$$\text{PLC} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Operacional} - \text{Passivo Contingencial} - \text{Passivo fundos}$$

#### 2.4.1.2 Indicadores de rentabilidade

a) Retorno sobre os investimentos: apurado sobre o resultado dos segmentos de renda fixa, renda variável, de investimentos imobiliários e de operações com os participantes, apresentados na demonstração de resultado-Programa de Investimentos. Se o índice apurado for superior ao indexador atuarial ou da meta para os segmentos, indica uma boa performance das carteiras.

$$\text{RI} = \frac{\text{Renda fixa} + \text{Renda variável} + \text{Investimentos imobiliários} + \text{Ope.}}{\text{Participantes}} \quad \text{Realizável de investimentos}$$

b) Retorno sobre os Ativos de Renda fixa: apurado sobre o resultado da renda fixa, apresentado na DRE- Programa de investimentos. O índice apurado superior ao indexador atuarial ou da meta para o segmento, indica uma boa performance da carteira.

$$\text{RAFR} = \frac{\text{Resultado da Renda Fixa}}{\text{Realizável de investimentos em Renda Fixa}}$$

c) Retorno sobre os ativos de renda variável: apurado sobre o resultado de renda variável, apresentados na DRE – Programa de investimentos. O índice apurado superior ao indexador atuarial ou da meta para o segmento, indica uma boa performance da carteira.

$$\text{RARV} = \frac{\text{Resultado renda variável}}{\text{Realizável de investimentos renda variável}}$$

d) Retorno sobre os Ativos de Investimentos Imobiliários: Apurado sobre os resultados dos investimentos imobiliários, apresentado na DRE – Programa de Investimentos. O índice apurado superior ao indexador atuarial ou da meta para o segmento, indica uma boa performance da carteira.

$$\text{RAII} = \frac{\text{Resultado Imóveis}}{\text{Realizável de investimentos imóveis}}$$

e) Retorno sobre as operações com participantes: apurado sobre o resultado das operações com participantes( empréstimos e financiamentos).

$$\text{ROP} = \frac{\text{Resultado Operações com participantes}}{\text{Realizável de invest. Operações com participante}}$$

f) Retorno sobre patrimônio líquido: mostra o quanto do patrimônio está em investimentos.

$$\text{RPL} = \frac{\text{Resultado com investimentos}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

#### 2.4.1.3 Indicadores atuariais

a) Cobertura das reservas matemáticas pelo patrimônio líquido de cobertura: a cobertura das reservas matemáticas pelo patrimônio líquido de cobertura. Quanto mais abaixo de 100% melhor está o indicador, pois demonstra cobertura total com sobra de recursos patrimoniais. Acima de 100% indica a ausência de cobertura dos compromissos totais.

$$\text{CRM} = \frac{\text{Reservas matemáticas}}{\text{Patrimônio líquido de cobertura}}$$

b) Cobertura das reservas matemática de benefícios concedidos pelo patrimônio líquido de cobertura: representa a cobertura das reservas matemáticas de benefícios concedidos pelo patrimônio líquido de cobertura. Quanto mais baixo de 100% melhor estará o

indicador, pois demonstra cobertura total com sobra dos recursos patrimoniais. Acima de 100% indica a ausência de cobertura dos compromissos de curto prazo.

$$\text{CRMBC} = \frac{\text{Reserva benefícios concedidos}}{\text{Patrimônio líquido de cobertura}}$$

c) Cobertura das reservas matemáticas de benefícios a conceder pelo patrimônio líquido de cobertura: representa a cobertura das reservas matemáticas de benefícios a conceder pelo patrimônio líquido de cobertura. Quanto mais baixo de 100% melhor estará o indicador, pois demonstra cobertura total com sobra dos recursos patrimoniais. Acima de 100% indica a ausência de cobertura dos compromissos de médio e de longo prazo.

$$\text{CRMBAC} = \frac{\text{Reserva de benefícios a conceder}}{\text{Patrimônio líquido de cobertura}}$$

d) Resultado acumulado em relação ao patrimônio líquido de cobertura: indica a representatividade do resultado acumulado, *superávit* ou *défict*, em relação ao patrimônio líquido de cobertura. Quanto maior e positivo esse índice melhor será a situação de equilíbrio da entidade.

$$\text{RA} = \frac{\text{Resultado acumulado}}{\text{Patrimônio líquido de cobertura}}$$

e) Meta previdencial: representa a relação entre as despesas previdências e as receitas previdenciais. Esse indicador tem por finalidade verificar quanto às despesas com benefícios está consumindo de receitas de contribuição, indicando *superávit* ou *défict* operacional do programa previdencial.

$$\text{MP} = \frac{\text{Despesas previdenciais}}{\text{Receitas previdenciais}}$$

f) Meta assistencial: representa a relação entre as despesas assistenciais e as receitas assistenciais. Esse indicador tem por finalidade verificar quanto as despesas com benefícios está consumindo de receitas de contribuição, indicando *superávit* ou *défict* operacional do programa assistencial.

$$\text{MA} = \frac{\text{Despesas assistenciais}}{\text{Receitas assistenciais}}$$

#### 2.4.1.4 Demais indicadores auxiliares

- a) Imobilizações: representa quanto foi aplicado no ativo permanente para cada \$1 de patrimônio líquido.

$$\text{IMOB} = \frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

- b) Liquidez corrente: representa quanto de ativo circulante para cada \$1 de passivo circulante

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo circulante}(\text{disponível} + \text{invest. Renda fixa} + \text{invest. Renda variável})}{\text{Passivo circulante}}$$

Vale ressaltar que uma análise dentro desta performance mostra a situação de evolução de cada fundo de pensão, conforme demonstrado nas figuras 7 a 12. Este assunto está melhor direcionado no capítulo 3.



### 3 AS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA E ANÁLISE DOS INDICADORES DOS FUNDOS DE PENSÃO

#### 3.1 UMA ABORDAGEM DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA

No “*status quo*” torna-se necessário conhecer as instituições de previdência para evidenciar fatores relevantes do trabalho executado junto a seus associados. A palavra previdência é derivada do verbo prever, sinônimo de antever. Prever ou antever, como o nome está a dizer, tem significado de ver antecipadamente fato ou situação que pode ocorrer no futuro. Segundo NASCIMENTO(p.431) “a palavra previdência significa a faculdade de prever, acautelar-se, providenciar hoje para que não falte amanhã.”

Conforme OLIVEIRA citado por CARBONE( 1994, p25)

Na explanação de Oliveira (82), é possível distinguir três “definições” para previdência social, ou seja, “para alguns, a previdência social seria apenas um seguro compulsório visando à reposição da renda do indivíduo ou grupo familiar quando da perda de capacidade laborativa causada por morte, invalidez, doença etc. Dentro deste conceito de “seguro” os valores das contribuições e dos benefícios devem guardar estrita correspondência, pois o princípio fundamental é a reposição do ganho”(...)”para outros, a previdência social, além de proporcionar uma razoável reposição de renda, deverá garantir a todos os inativos um patamar mínimo de benefícios de forma mais ou menos independente do nível de contribuições(...) E, finalmente, há os que vêem a previdência social como um sistema assistencial e redistributivo, onde as contribuições devem ser pagas conforme a disponibilidade de cada indivíduo e os benefícios recebidos conforme as necessidades.

O legislador estipula no artigo 1º da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre planos de benefícios da Previdência social, a filosofia de que: A Previdência social, mediante contribuições, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependem economicamente.

O estudo da história da Previdência social no Brasil é a análise das Constituições Federais que regeram o Estado. Na Constituição Federal de 1824, ainda dentro do Império, a Previdência social foi vislumbrada como um regime de mutualidade, nas palavras de Póvoas “solidariedade e de socorros mútuos, cuja função era a de acorrerem aos estados de necessidade dos vizinhos, dos confrades, dos associados, decorrentes de doenças, de falta de meios de subsistência e, também, de perda de colheita e animais”

Na Constituição Federal de 1891 verifica-se o distanciamento do regime do mutualismo, pois a aposentadoria só é dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação. Em 1923, é sancionada a chamada Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo nº

4.682), através da qual são criadas caixas de Aposentadorias e Pensões nas ferrovias. A Lei Eloy Chaves implanta no Brasil o sistema de Previdência social.

Na Constituição Federal de 1934, o legislador estabelece a Previdência social custeada pela União, empregados e empregadores. Objetiva-se o amparo à velhice, invalidez, maternidade, acidente de trabalho e morte.

Na Constituição Federal de 1937, outorgada, há uma regressão em termos de Previdência social, pois direitos obtidos anteriormente não são inseridos. Na Constituição Federal de 1946 surge a expressão Previdência social. É mantida a regra do triplo custeio: União, empregados e empregadores.

Na Constituição Federal de 1967 (art. 158) é acrescido o “seguro desemprego”, e atribui-se o benefício “aposentadoria” à mulher aos trinta anos de trabalho, com salário integral. O Regime de previdência complementar existe desde 1977(lei nº 6.435/77), as entidades de previdência privada são divididas em entidades fechadas e abertas. Nas entidades abertas a associação é facultada a qualquer pessoa sendo ainda que geralmente são operadas por grandes instituições financeiras e seguradoras. Nas fechadas, a associação é restrita aos funcionários da empresa, denominada patrocinadora.

A atual Carta Magna, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, visualiza o seguro social com mais amplitude, instituindo as bases da Seguridade social ( com a inclusão da saúde e da assistência social).

Numa visão geral o atual sistema previdenciário do Brasil está dividido em:

- Oficial: é organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, em que os contribuintes ativos de hoje pagam pelos inativos na esperança de que novas gerações de contribuintes venham fazê-lo quando passar para inatividade;
- Complementar: é organizada sob a forma de regime de capitalização de filiação voluntária, neste regime os recursos constituídos pelas contribuições são investidos com vistas à obtenção de retorno esperados. Sendo dividido ainda em Entidades aberta de previdência privada(EAPP), são entidades com fins lucrativos revestidas sob a forma de S/A que têm por objetivo constituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social mediante contribuição de seus participantes dos respectivos empregadores ou de ambos, realizado pelas seguradoras. Entidade fechada de previdência privada (EFPP) mais conhecidas como Fundos de pensão, são entidades sem fins lucrativos criadas com o objetivo



de instituir planos privados de concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social(oficial), acessíveis exclusivamente aos empregados/dirigentes de uma empresa ou de um grupo de empresas, as quais são denominadas de Patrocinadoras.

### 3.2 SITUAÇÃO ATUAL DA PREVIDENCIA OFICIAL DO BRASIL

Os sistemas previdenciários públicos existentes são inviáveis no atual contexto de evolução da população nacional. A partir de 1995, apresentando *déficit* crescentes, a Previdência social começa a ocupar papel de destaque no âmbito das contas públicas brasileiras, com uma participação relevante e acentuada na evolução do *déficit* fiscal do país.

( preços constantes em dez/98)

	Arrecadação Líquida	Pagamento de Benef. Previdenciários	Saldo Previdenciário
1988	30,79	17,83	12,959
1989	30,49	19,04	11,450
1990	31,50	19,52	11,981
1991	28,32	20,47	7,850
1992	27,93	22,28	5,657
1993	31,74	29,97	1,772
1994	33,88	33,07	0,809
1995	40,69	41,02	-0,325
1996	44,36	44,48	-0,124
1997	45,89	49,06	-3,177
1998	46,74	53,49	-6,752

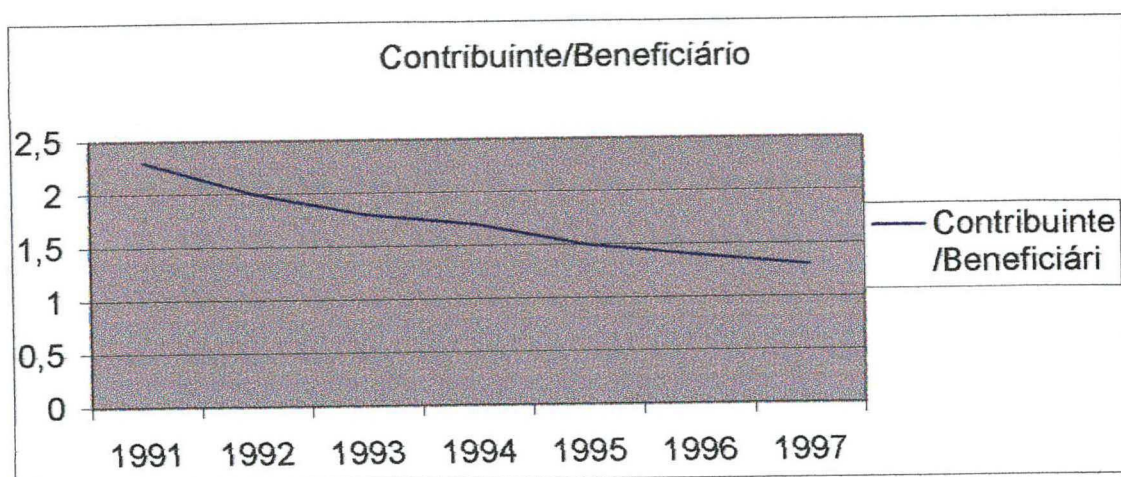
**Figura 4: Evolução do Saldo Previdenciário – INSS em R\$ bilhões**

Fonte: MPAS/SPS

De acordo com Gambiagi *et al*(1996. MPS)

A transição demográfica modifica de forma expressiva o volume e a composição das demandas sociais e intensifica sensivelmente os problemas da Previdência Social, o que torna indispensável, repensar o atual sistema de aposentadoria considerando a significativa expansão do número de anos de sobrevivência, a *ampliação da idade para o início da aposentadoria* é, certamente uma exigência colocada na agenda do desenvolvimento do país, para evitar um aumento dramático do desequilíbrio atuarial da Previdência social.

O estoque de benefícios mantidos pela Previdência tem crescido a taxas superiores ao crescimento da base de contribuintes. A relação contribuinte/beneficiário caiu de 2,4 em 1991 para 1,7 em 1997. Observa-se que a tendência tem sido de constante decréscimo desta relação (figura 5), o que a princípio, no modelo de repartição simples, conduz necessariamente, tudo mais constante, ao aumento das alíquotas de contribuição ou à redução no valor real dos benefícios, para que seja mantido o equilíbrio entre receita e despesa do sistema.



**Figura 5: Relação contribuinte/beneficiário do RGPS**

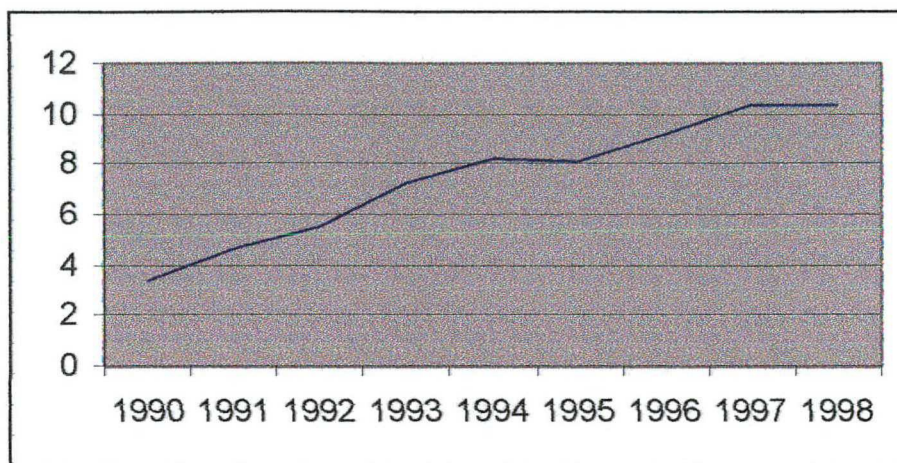
Fonte: Ministério do Trabalho e da Previdência e Assistência Social

O regime de previdência complementar brasileiro, existente desde 1997 (lei nº 6.435/77), (anexo 4), passa a ocupar papel ainda mais relevante entre as opções de seguro social, é composta atualmente por 349 entidades, conforme anexo 3, patrocinadas por 2.701 empresas. Estas entidades compreendem cerca de 1,7 milhão de participantes ativos e 645 mil beneficiários, com uma proporção de 2,6 contribuintes por beneficiário. Considerando-se apenas os participantes ativos das Entidades Fechadas de Previdência Privada – EFPP’s, também conhecidas como “fundo de pensão”, esse número representa apenas 2,5% da população ocupada do Brasil.

Mesmo com reduzido número de participantes, as entidades de previdência complementar fechada possuem significativa participação nos ativos de diversos setores da economia. Como se pode constatar na figura 6, os ativos das EFPP’s aumentam sua participação no PIB de 3,3% em 1990 para 10,3% em 1998. Porém, se comparando com algumas nações desenvolvidas, verifica-se que esse número é ainda muito reduzido. Nos Estados Unidos, por exemplo, esse valor é de 78% e no Japão de 40%. Existem países em que



o valor dos ativos é igual ou maior que o próprio PIB, como a Suíça(100%) e a Holanda (120%).

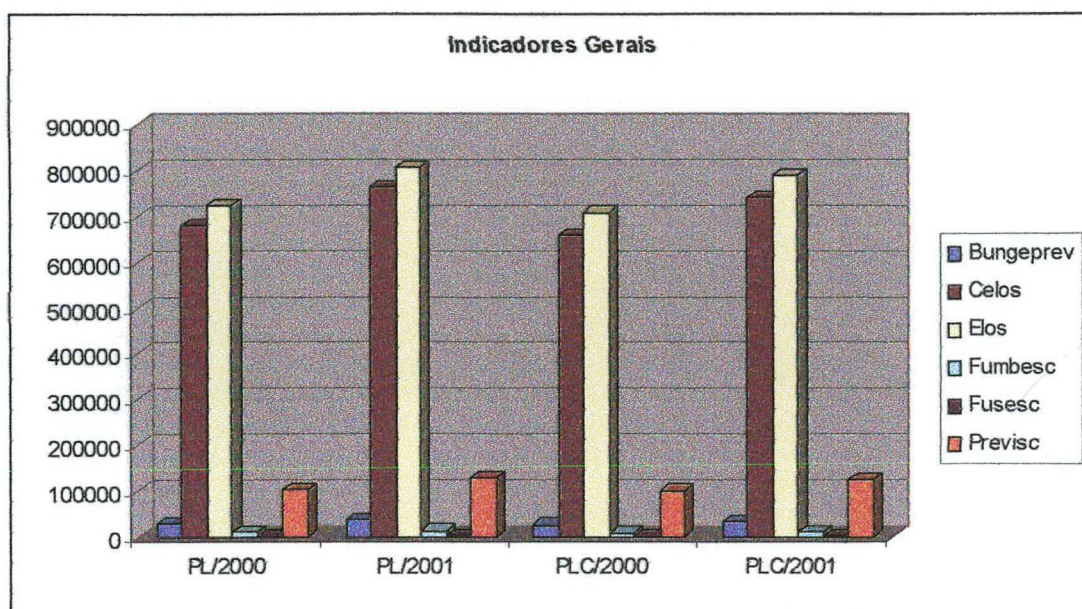


**Figura 6: Ativos da EFPP'S em relação ao PIB**

Fonte: Ministério do Trabalho e da Previdência e Assistência Social

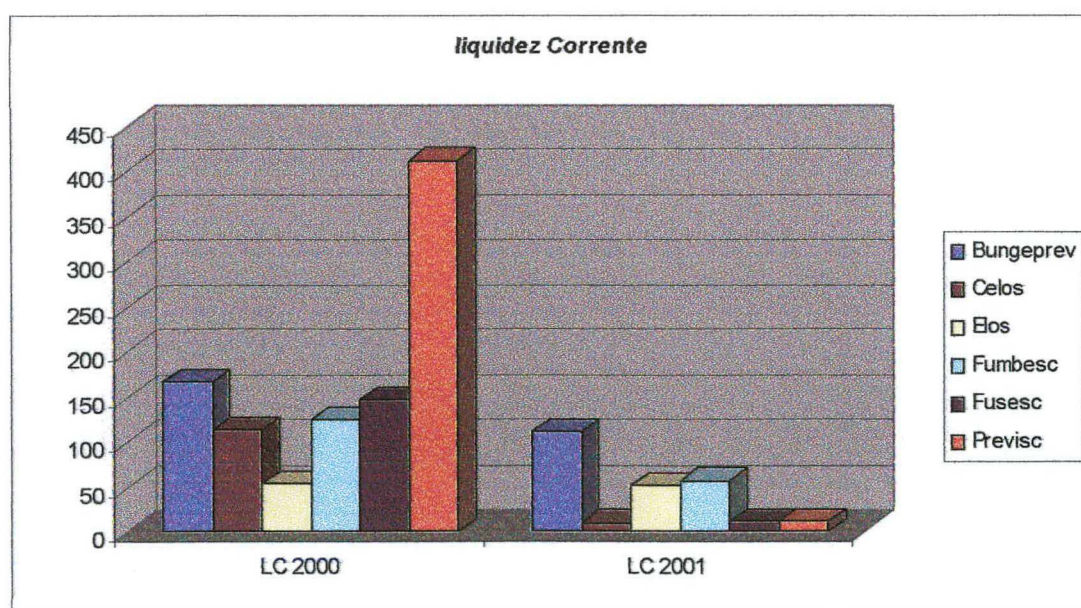
### 3.2.1 Análise de rentabilidade evolutiva dos fundos de pensão

Numa visão geral pode-se dizer que as instituições previdenciárias devem gerenciar melhor sua capacidade de utilizar os dados gerados pela contabilidade para melhor direcionar os trabalhos de investimento das empresas, saber absorver a inteligência competitiva através de análise de mercado, inteligência do concorrente, de seus balanços para gerar relatório que auxiliem na gestão. O anexo 1 mostra os dados que permitem visualizar as figuras de 7 a 12, resultantes também do anexo 2, sobre vários índices tais como: patrimônio líquido, patrimônio líquido de cobertura, liquidez corrente, retorno sobre investimentos, cobertura de reservas matemáticas, etc.



**Figura 7: Indicadores gerais de patrimônio**  
 Fonte: Dados coletados

Vale ressaltar que quanto ao Patrimônio Líquido a empresa que apresenta melhor situação são as empresas Celos e Elos com crescimento gradativo em 2001, trabalhando com um maior recurso financeiro e de investimento. Ressalta-se ainda que as instituições que possuem menores valores são Fumbesc e a Fusesc, sendo que todas apresentam crescimento, mostrando que a gestão desses fundos de pensão estão fazendo com que os recursos da entidade à disposição dos participantes e patrocinadores tenha lucro.

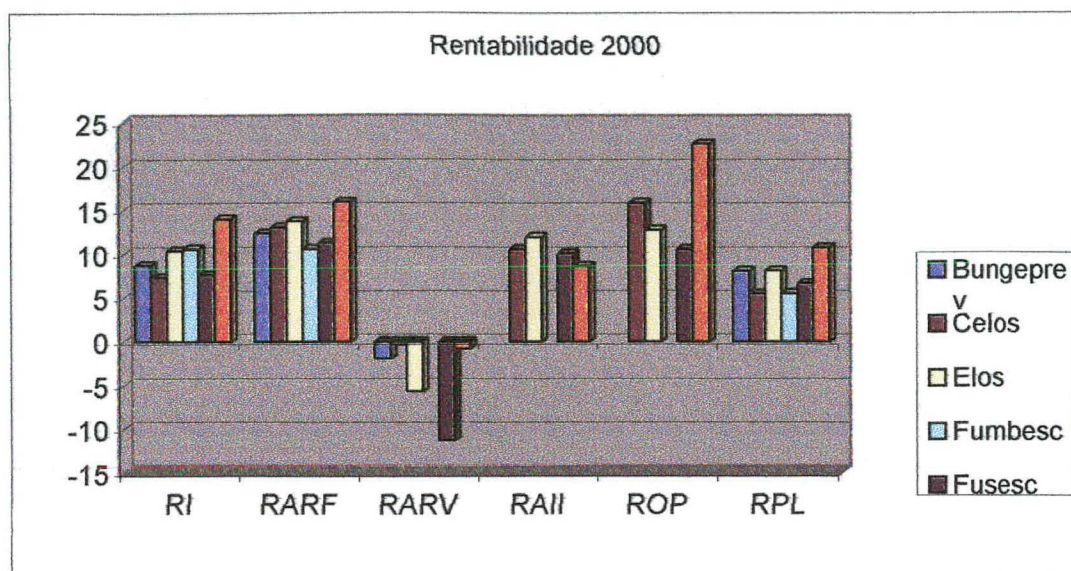


**Figura 8: Liquidez corrente dos fundos de pensão de SC**  
 Fonte: Dados Coletados

Toda a análise merece uma atenção também *in loco*, ponto este verificado quanto da análise de liquidez corrente em que os dados apresentados mostram uma diminuição sensível

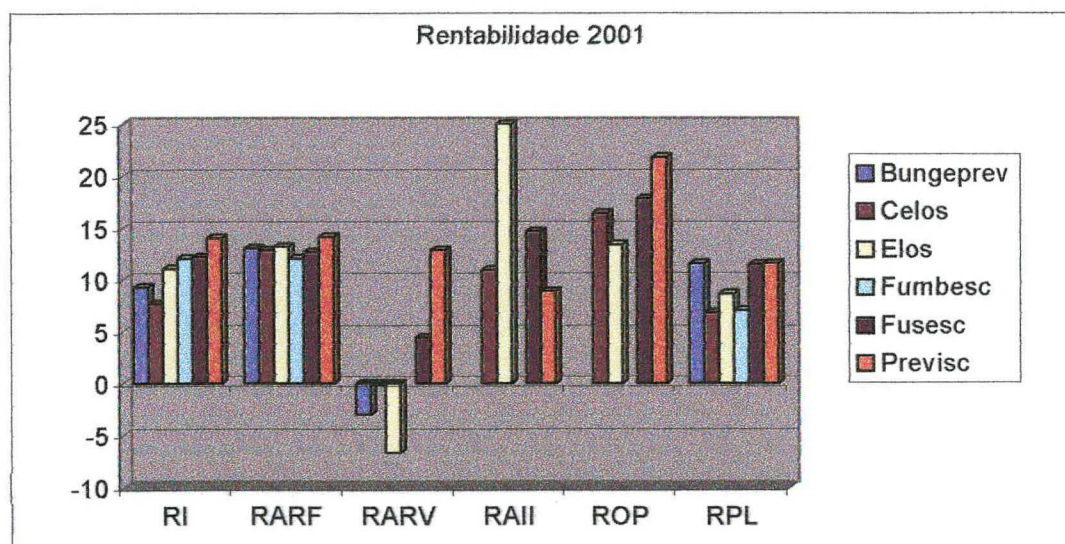


no índice de liquidez em 2001 para todas as empresas, expressivamente na Celos, Fusesc e Previsc. Desta forma um futuro trabalho pode identificar as razões desta situação.



**Figura 9: Rentabilidade dos fundos de pensão de SC em 2000**

Fonte: Dados coletados

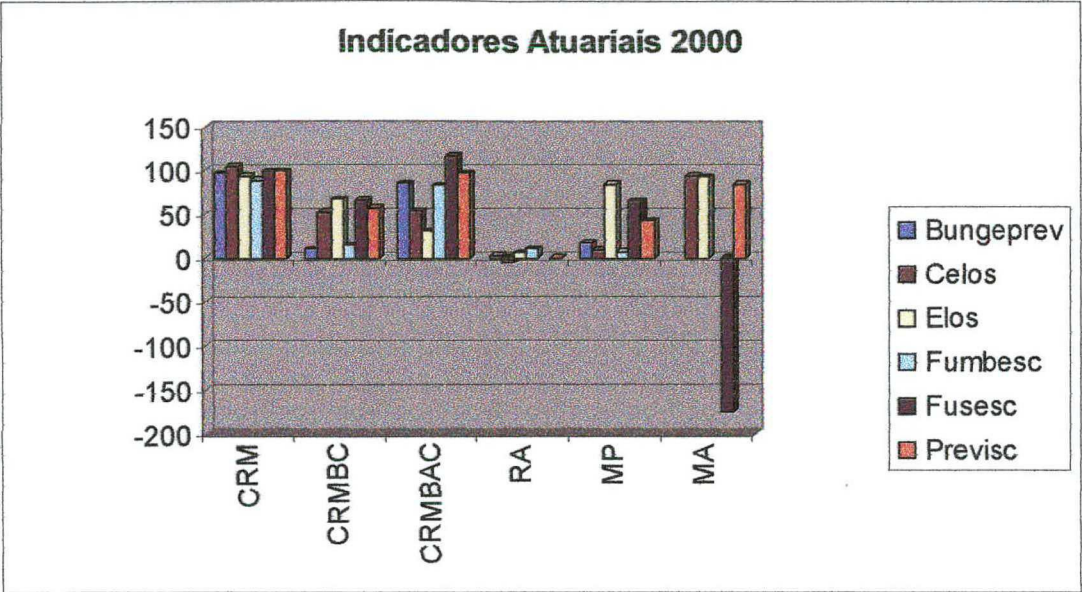


**Figura 10: Rentabilidade dos fundos de pensão de SC em 2001**

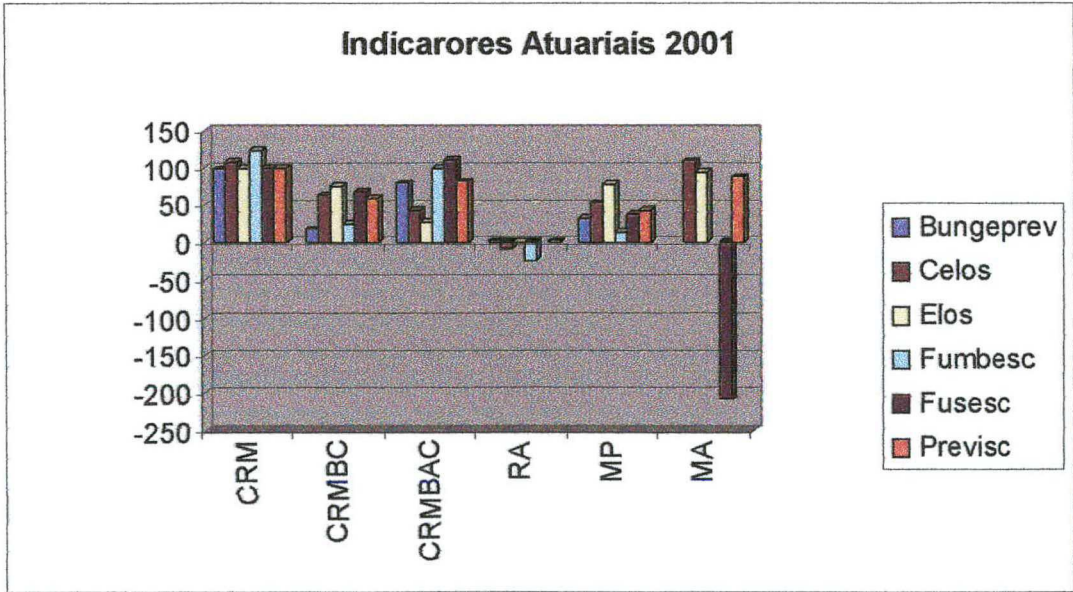
Fonte: Dados coletados

Numa análise geral sobre os investimentos gerenciados pelos fundos de pensão, todas apresentam um retorno sobre seus investimentos, como mostra o índice RI, com um pequeno aumento ou estagnação no ano de 2001, mas não existe decréscimo. Sendo que cada instituição tem um investimento diversificado do outro, a política adotada é bem diferenciada, os dados mostram por exemplo que a Previsc tem um retorno sobre operações com participantes mais relevante do que as outras empresas. A Celos em 2001 apresenta um

retorno sobre ativos investimento imobiliário considerável. De um modo abrangente todas tem um retorno em renda fixa e uma ação desfavorável para aplicações em renda variáveis, as empresas que conseguem reverter a situação para o RARV são a Fusesc e Previsc. Para o RII a instituição Elos para o ano de 2001 apresenta uma grande vantagem em comparação as outras instituições.



**Figura 11: Indicadores atuariais dos fundos de pensão de SC em 2000**  
Fonte: Dados coletados



**Figura 12: Indicadores atuariais dos fundos de pensão de SC em 2001**  
Fonte: Dados coletados



Nos três primeiros índices ( CRM, CRMBBC e CRMBAC) quanto mais baixo de 100% melhor está o indicador, pois demonstra cobertura total com sobra dos recursos patrimoniais. Acima de 100% indica a ausência de cobertura dos compromissos. Os dados nos mostram que para honrar os compromissos totais o índice CRM ( Cobertura das reservas matemáticas) a maioria das empresas apresentam um crescimento, passando de 100%, o que compromete financeiramente a instituição. Sendo que para os compromissos a curto prazo conforme o índice CRMBBC ( Cobertura das reservas matemáticas de benefícios concedidos pelo patrimônio líquido de cobertura) todas as empresas tem uma situação favorável. Quanto aos seus compromissos a longo prazo a instituição Funesec apresenta uma situação muito desfavorável para os dois anos consecutivos, comprometendo seus recursos sem existir folga financeira.

Nota-se que quanto ao RA (Resultado acumulado em relação ao Patrimônio Líquido de cobertura) quanto maior e positivo o índice melhor pode ser a situação de equilíbrio da entidade, então nesta perspectiva a empresa Fumbesc em 2000 mostra um resultado melhor entre as demais, já em continuidade ressalta-se que em 2001 existe uma sensível decadência, diagnosticando talvez a situação da própria instituição que está em pauta no momento, no sentido de privatização.

Para as metas previdenciais e assistenciais, representa o quanto a despesa compromete a receita. Sendo que as empresas Bungeprev, Celos e Fumbesc apresentam um consumo das receitas para suprir as despesas que tem um aumento considerável de um ano para outro. E para as metas assistenciais, das empresas que apresentam algum valor todas tem um resultado negativo, sendo que o mais discrepante é o caso da Funesec em que não existe receita para suprir suas despesas, comprometendo a situação da instituição.

### **3.2.2 Impactos na mídia sobre fundo de pensão**

Os fundos de pensão tem sido um tema discutido por vários pesquisadores. Nesta perspectiva este item pretende mostrar alguns artigos publicados sobre o assunto. Segundo GRADILONE ( Exame, ago, 2002):

As perspectivas de crescimento os negócios pareciam ilimitadas, o patrimônio dos fundos iria crescer indefinidamente e financiar o desenvolvimento do país... O crescimento do setor ficou muito aquém do esperado, e as companhias dedicadas à gestão de dinheiro de terceiros vêm passando por um processo de consolidação ainda mais intenso que os bancos... os fundos estão gradativamente corrigindo as distorções que decorrem de sua função no sistema financeiro. Provavelmente isso vai torná-los muito mais transparentes do que eram no início da década. Há duas justificativas para essas mudanças: a economia brasileira vem mantendo um ritmo fraco

desde a desvalorização do real em 1999, e o segundo motivo é que no Brasil os fundos são instrumento que canaliza a poupança para financiar o governo.

Neste sentido, existe uma ênfase no crescimento dos fundos também com finalidade de canalizar os recursos financeiros para financiar o governo. Razão pela qual entende-se de suma importância o conhecimento de cada fundo de pensão, que provavelmente tem uma tendência de avançar na situação econômica do país.

Segundo ALISKI e TEIXEIRA( Gazeta Mercantil, ago, 2002) :

O governo prepara a divulgação de novas instruções normativas sobre os fundos de pensão,...com as principais modificações na tributação que passará a incidir sobre as aplicações financeiras dos fundos. Os fundos deverão passar a pagar a primeira parcela de impostos no próximo dia 31 de janeiro de 2003. A expectativa é que o montante arrecadado de tributos pelo governo junto às fundações chegue a R\$6,7 bilhões em 2002.

Ainda vale ressaltar que a tributação pode ser uma maneira de salvaguardar os interesses do governo, a fim de melhorar a situação progressiva da economia. Em todo o processo nota-se que existe a necessidade de união de todos os atores envolvidos em cada instituição. O item 3.2.3 enfatiza melhor esta idéia.

### **3.2.3 Proposta de modelo de gestão**

Para que as instituições previdenciárias fechadas e privadas e os fundos de pensão, possam aplicar os conceitos de gestão de conhecimento e inteligência competitiva, como também envolver a todos seus funcionários, tendo conscientização de seu trabalho em resposta aos investimentos dos beneficiários, é proposto um modelo de gestão para que o trabalho seja seguido por todos, chamados no modelo de atores sociais e que junto a instituição possam garantir o sucesso de investimentos.

Na etapa 1 existe a determinação dos funcionários para a conscientização de seu trabalho, verificado esses funcionários, caso haja alguém não disposto a auxiliar é realizado a ação do convencimento com explicações maiores sobre o trabalho a ser realizado para que se possa constituir o grupo de trabalho. Na etapa 2 é feito a apresentação das formas de ação da instituição e capacitação dos funcionários envolvidos para realizar os investimentos mais vantajosos.

Na etapa 3 é estudado a região atuante da empresa com acompanhamento para verificar a idealização dos investimentos e a implantação do mesmo, na etapa 4 existe um

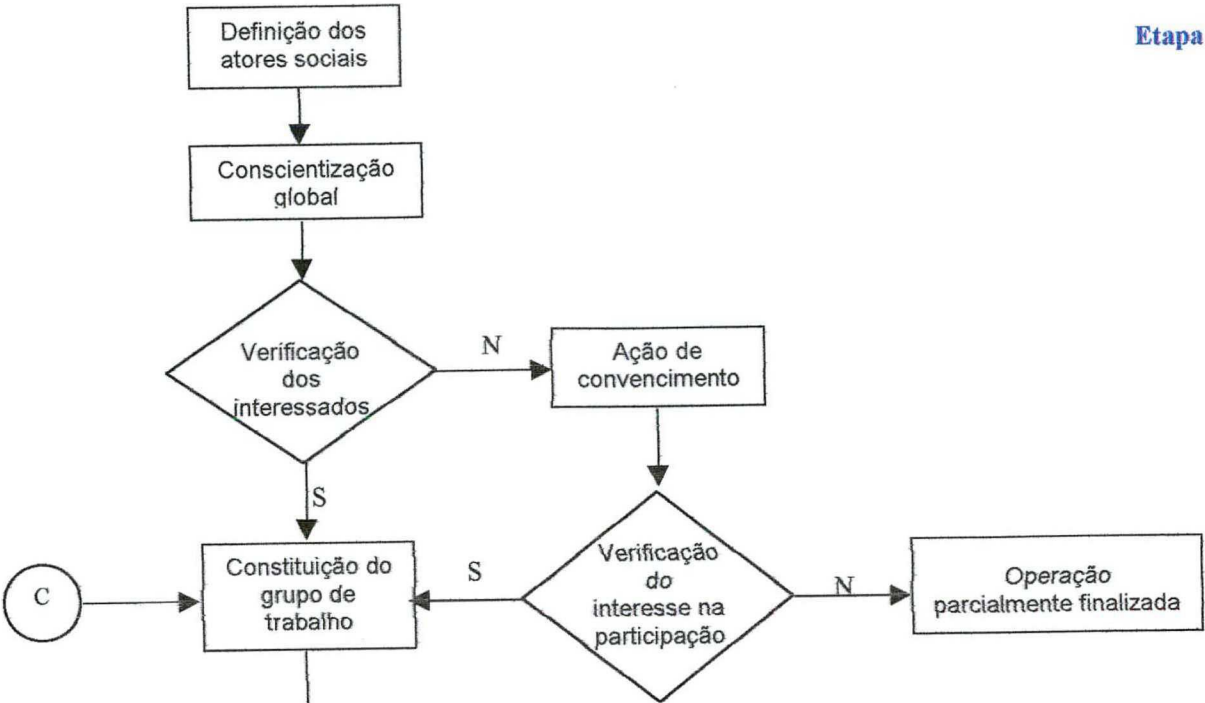


monitoramento do processo e da aceitação, com disposição para investir aceitando as diretrizes da gestão do conhecimento.

Na etapa 5, depois do investimento realizado deve saber a participação da instituição no investimento, para seguir o próximo passo de avaliação dos problemas e acertos e caminhando para a última etapa 6 de verificar novos investimentos depois de exposto a sucesso do investimento em assembléia e com a criação ou manter interessados para futuros investimentos.

A ultima etapa, que vem direcionada da etapa 6, passa a ter uma forma de marketing no sentido de novos interessados, dando uma amplitude maior em cada fundo de pensão.

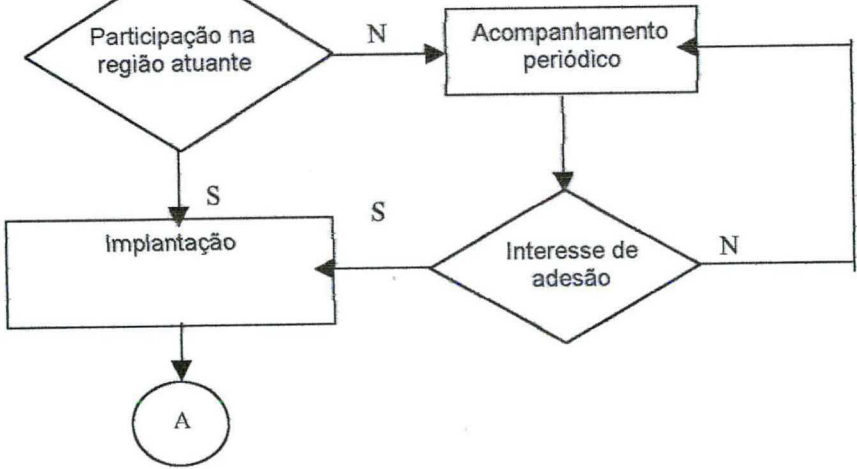
Etapa 1



Etapa 2



Etapa 3



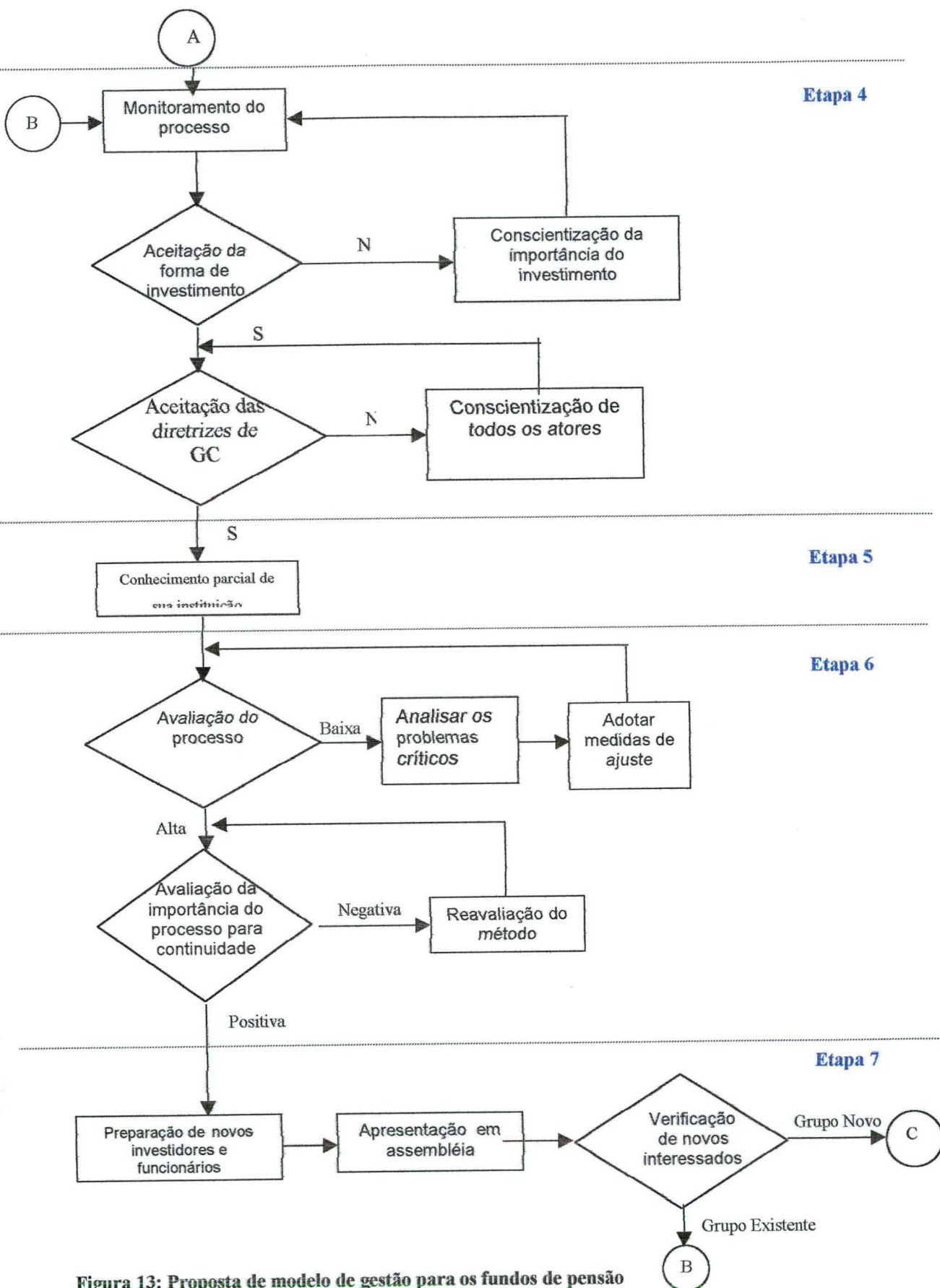


Figura 13: Proposta de modelo de gestão para os fundos de pensão

Fonte: PFITSCHER, Elisete Dahmer. Novas tendências de sustentabilidade de pequenas propriedades rurais com a Agricultura Biodinâmica. UFSC 2001(adaptação da autora).

Embora este processo tenha sido aplicado em empresas rurais, possuem grande possibilidade de êxito na administração de fundos de pensão, admitindo a idéia da gestão ser importante para ambas as atividades, além de que vale ressaltar a importância do trabalho de adaptação realizado especificamente às instituições de fundo de pensão, agregando valor a análise de balanço, a gestão de conhecimento e inteligência competitiva.

#### 4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os desafios da competitividade do negócio fazem com que as empresas busquem planejar suas atividades através de gestão do conhecimento participativo, dentro da *world view*, visão de mundo, evidenciada vantagens e desvantagens de suas estruturas administrativas. Nota-se que esta posição é ocupada pelas instituições, fundo de pensão, onde conhecer efetivamente o *status quo* de cada uma passa a ser uma necessidade.

Este fato vem do desenvolvimento e crescimento dos fundos de pensão em nossa economia. A contabilidade com suas ferramentas de gestão auxilia para o melhor retorno dos grandes investimentos dessas empresas, com a finalidade de verificar os pontos fracos e fortes destas instituições, como também de seus concorrentes sempre com uma análise para investimentos futuros, assegurando o lucro. Por esse motivo realiza-se esta pesquisa dos fundos de pensão de Santa Catarina para saber como está a administração. Propor um modelo de gestão que com base na análise do balanço dentro da gestão do conhecimento que está sendo um ponto chave, utilizando a inteligência competitiva num ambiente multidisciplinar, onde vários fatores estão agregados para uma decisão.

Vale ressaltar então, que a tendência dos fundos de pensão de Santa Catarina é de valorizar estudos sobre o mercado concorrente (inteligência competitiva) para chegar a uma melhor gestão do conhecimento de sua instituição. Para isso torna-se necessário uma completa análise dos índices.

Nesta perspectiva a empresa que melhor tem uma performance no índice é a Previsc em que apresenta um dos maiores patrimônios e tem um retorno sobre seus investimentos que sobressai de seus concorrentes e suas coberturas de reservas não comprometem inteiramente sua situação financeira a curto e longo prazo, dando um credibilidade de seus investidores de um retorno sobre seus investimentos. Apesar de ter uma queda considerável no índice de liquidez, se mostra sempre estável em seus investimentos.

As fases do desenvolvimento mostram que a atuação da gestão do conhecimento vem agregada a análise de balanço de cada instituição verificando o mercado concorrente. Todo esse processo deve ter envolvimento do ambiente interno “funcionários”, e externo “cliente, participantes, patrocinadoras e concorrentes”. Dessa forma tem-se então uma inteligência



organizacional, relatada no capítulo 2. Isto tudo só pode ser possível quando existir um planejamento tático “momentâneo” e estratégico, indicando a linha e conduta de cada instituição.

Nesse sentido recomenda-se os futuros trabalhos utilizando o modelo proposto durante pelo menos um período de gestão “uma ano” a fim de verificar a fidedignidade dessas operações. Também outra situação pode ser a estruturação dessa forma de gestão com demais fundos de pensão dos outros estados, que são na totalidade de 349 entidades, patrocinadas por 2.701 empresas (anexo 2).

A prática de estudo nesta perspectiva é entendida como contínua, não só a nível regional, mas nacional. A evolução do conhecimento tem uma tendência em ser maior no ajuste análise de balanço e inteligência competitiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL **Lei nº 6.435 de 15 de julho de 1977**. Dispõe sobre as entidades de previdência privada.

BRASIL **Lei complementar nº 109 de 29 de maio de 2001**. Dispõe sobre o Regime de Previdência complementar e dá outras providências.

BRUM, Adriana Kirchos, LERÍPIO, Alexandre de Ávila, OLIVEIRA, Marilene Velhena de, PFITSCHER, Elisete Dahmer, RAUPP, Fabiana. **Mudança de paradigma na prática de sustentabilidade**. XXII INEJEP – Encontro Nacional de Engenharia de produção. Curitiba: ABEPRO, 2002, p 755-82.

CARBONE, Célia Opice. **Seguridade social no Brasil: ficção ou realidade?** São Paulo: Atlas, 1994.

COIMBRA, Feijó. **Direito Previdenciário brasileiro**. 9. rev. Rio de Janeiro: Destaque, 1998

DAVENPORT, Thomas e PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GRADILONE, Cláudio. O caminho da maturidade. **Revista Exame**. São Paulo, ed 773, p. 10-13, ago. 2002.

GONÇALES, Odonel Urbano. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Atlas, 1997.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative. Research and Case Study Applications in Education**. Califórnia: San Francisco, 1988, p 156-220.

MPAS Ministério de Previdência e assistência social. **A economia Política da Reforma da Previdência**, vol. 9, 2001.

MPAS **Portaria nº 4.858, de 26 de novembro de 1998**. Dispõe acerca das normas gerais de contabilidade.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1985.

NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEREIRA, Rita de Cássia de Faria. As redes como tecnologias de apoio à gestão do conhecimento. In: ANGELONI, Maria Terezinha (org). **Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologias**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SALIM, Jean Jacques. **Gestão do conhecimento e transformação organizacional**. Disponível em: <http://www.fgvsp.br/conhecimento/textos/> Acesso em 17/08/2002.

SANTOS, Neri dos. **Inteligência competitiva e gestão do conhecimento**. Florianópolis: Núcleo de Inteligência competitiva, UFSC, 2000.

STAKE, RE. Case Studies. In M.K. Denzin and N.K Lincoln (eds) **Handbook of Qualitative Research Thousand Oaks**, Calif: Sage, 1994

TEIXEIRA, Gisele e ALISKI, Ayr. Novas regras pretendem minimizar déficit atuarial. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, ago. 2002.



**ANEXO 1**

**Demonstrações financeiras dos fundos de pensão**

## BUNGEPREV

## Balanco Patrimonial

R\$ MIL

ATIVO	2001	2000	PASSIVO	2001	2000
Disponível	26	15	Exigível Operacional	347	190
Realizável	38.862	31.966	Programa Previdencial	80	122
			Programa Assistencial		
Programa Previdencial	430	335	Programa Administrativo	28	31
Programa Assistencial			Programa de Investimentos	239	37
Programa Administrativo					
Programa de Investimentos	38.432	31.631	Exigível Contingencial	1.795	2.393
Renda Fixa	29.580	23.573			
Renda Variável	8.852	8.058	Reservas técnicas	33.336	25.980
Investimentos Imobilizados					
Operações com Participantes			Reservas matemáticas	32.612	25.216
Outros investimentos			Benefícios concedidos	6.050	2.809
			Benefícios a conceder	26.562	22.407
Permanente			Reservas à amortizar		
			Déficit/Superáfit Técnico	724	764
Imobilizado					
Diferido			Fundos	3410	3418
			Programa Previdencial	3400	3403
			Programa Assistencial		
			Programa Administrativo	10	15
			Programa de Investimentos		
TOTAL DO ATIVO	38.888	31.981	TOTAL DO PASSIVO	38.888	31.981

**BUNGEPREV****Demonstração de resultado**

R\$ MIL

<b>Programa previdencial</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
(+) Receitas	5.377	3.821
(-) Despesas	-1715	-655
(-) Custeio Administrativo	-542	-316
(+/-) Resultados dos investimentos Previdenciais	4233	2.371
(=) Saldo disponível para Constituições	7353	5.221
(+/-) Formação/ Reversão de Reservas Matemáticas	-7396	-5354
(+/-) Formação/ Reversão de Fundos	3	308
(=) Resultado do Exercício		
(+/-) Superávit/ Déficit Técnico	40	-175
<b>Programa administrativo</b>		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas		
(+) Receitas		
(-) Despesas	-547	-314
(-) Recursos transferidos para outros programas	542	316
(+/-) Resultados dos investimentos assistencial		
(=) Saldo disponível para Constituições		
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	5	-2
<b>Programa de Investimentos</b>		
(+/-) Renda Fixa	3.844	2901
(+) Receitas	4.593	3630
(-) Despesas	-749	-729
(+/-) Renda Variável	-269	-156
(+) Receitas	4.875	4426
(-) Despesas	-5.144	-4582
(+/-) Relacionadas com o Disponível	-94	-46
(+) Receitas		
(-) Despesas	-94	-46
(+/-) Contingências	752	
(+) Receitas	797	
(-) Despesas	-45	
(+/-) Custeio Administrativo	4233	2699
(+) Resultados Recebidos/ Transf para outros programas	-4233	-2371
(+/-) Saldo Disponível para Constituições		328
(+) Formação/Reversão de fundos		
(-) Formação/Reversão de contingentes		-328

**CELOS**

Fundação CELESC de Seguridade Social

**Balço Patrimonial**

R\$ MIL

ATIVO	2001	2000
Disponível	63	80
Realizável	798.507	696.959
Programa Previdencial	325.369	280.427
Programa Assistencial	10.494	3.917
Programa Administrativo	302	247
Programa de Investimentos	462.342	412.367
Renda Fixa	237.976	199.105
Renda Variável	127.404	122.177
Investimentos Imobilizados	28.547	27.924
Operações com Participantes	11.961	10.022
Outros investimentos	56454	53139
Permanente	1039	877
Imobilizado	256	260
Diferido	783	617
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>799.609</b>	<b>697.916</b>

PASSIVO	2001	2000
Exigível Operacional	35.682	2.837
Programa Previdencial	171	115
Programa Assistencial	3.557	1.530
Programa Administrativo	1.994	1.166
Programa de Investimentos	29960	26
Exigível Contingencial	2.669	16.671
Reservas técnicas	741.987	657.525
Reservas matemáticas	791.335	694.572
Benefícios concedidos	470.152	342.970
Benefícios a conceder	321.183	351.602
Reservas à amortizar		
Déficit/Superáfit Técnico	-49.348	-37.047
<b>Fundos</b>	<b>19271</b>	<b>20883</b>
Programa Previdencial	1335	1066
Programa Assistencial	14.484	16.859
Programa Administrativo	2.863	2535
Programa de Investimentos	589	423
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>799.609</b>	<b>697.916</b>

## CELOS

## Demonstração de resultado

R\$ MIL

<b>Programa previdencial</b>		
	2001	2000
(+) Receitas	74.606	278.303
(-) Despesas	-39.161	-27.677
(-) Custeio Administrativo	-2.629	-2.896
(+/-) Resultados dos investimentos Previdenciais	51.913	36.827
(=) Saldo disponível para Constituições	84.729	284.557
(+/-) Formação/ Reversão de Reservas Matemáticas	-96.762	-324.213
(+/-) Formação/ Reversão de Fundos	-268	-293
(=) Resultado do Exercício	-12.301	-39.949
(+/-) Superávit/ Déficit Técnico	12.301	39949
<b>Programa assistencial</b>		
(+) Receitas	21.472	20.186
(-) Despesas	-23.294	-19.024
(-) Custeio Administrativo	-986	-947
(+/-) Resultados dos investimentos assistencial	328	1.361
(=) Saldo disponível para Constituições	-2.479	1.575
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	2.479	-1.575
<b>Programa administrativo</b>		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	4.803	4.773
(+) Receitas	232	301
(-) Despesas	-4.814	-4.123
(-) Recursos transferidos para outros programas		
(+/-) Resultados dos investimentos administrativo	210	192
(=) Saldo disponível para Constituições	432	1.143
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	-432	-1.143
<b>Programa de Investimentos</b>		
<b>(+/-) Renda Fixa</b>	30.528	25.946
(+) Receitas	38.403	34.145
(-) Despesas	-7.874	-8.203
<b>(+/-) Renda Variável</b>	-235	-500
(+) Receitas	51.802	46.544
(-) Despesas	-52.037	-47.044
<b>(+/-) Investimento Imobiliários</b>	3.218	2.936
(+) Receitas	4.034	3.689
(-) Despesas	-816	-753
<b>(+/-) Operações com Participantes</b>	1.962	1.584
(+) Receitas	2.022	1.627
(-) Despesas	-59	-58

<b>(+/-) Operações de empréstimos à Patrocinadora</b>	12.694	9.726
<b>(+) Receitas</b>	12.694	9.726
<b>(+/-) Relacionadas com o Disponível</b>	1.004	962
<b>(+) Receitas</b>	1.038	962
<b>(-) Despesas</b>	-34	
<b>(+/-) Contingências</b>	-24.976	
<b>(+) Receitas</b>	5.263	
<b>(-) Despesas</b>	-30.240	
<b>(+/-) Custeio Administrativo</b>	-1.187	-928
<b>(+) Resultados Recebidos/ Transf para outros programas</b>	-52.453	-38.284
<b>(+/-) Saldo Disponível para Constituições</b>	-29.445	1.437
<b>(+) Formação/Reversão de fundos</b>	-166	-116
<b>(-) Formação/Reversão de contingentes</b>	29.661	-1.320

## Fundação Elos

Fundação ELETROSUL de Previdência e Assistência Social

## Balanço Patrimonial

R\$ MIL

ATIVO	2001	2000
Disponível	874	121
Realizável	833.023	745.824
Programa Previdencial	156.634	137.180
Programa Assistencial	6.685	6.609
Programa Administrativo	2.540	2.521
Programa de Investimentos	667.164	599.514
Previdência Fixa	523.675	457.059
Previdência Variável	93.706	99.986
Investimentos Imobilizados	37.694	32.567
Operações com Participantes	11.820	9.902
Outros investimentos	269	
Permanente	237	194
Imobilizado	121	78
Devido	116	116
TOTAL DO ATIVO	834.134	746.139

PASSIVO	2001	2000
Exigível Operacional	12.175	10.380
Programa Previdencial	4.461	3.911
Programa Assistencial	2.955	2.845
Programa Administrativo	4.759	3.610
Programa de Investimentos		14
Exigível Contingencial	14.308	12.430
Reservas técnicas	788.945	708.296
Reservas matemáticas	778.297	665.017
Benefícios concedidos	594.959	474.892
Benefícios a conceder	212.030	220.280
Reservas à amortizar	-28.692	-30.155
Déficit/Superávit Técnico	10.648	43.279
Fundos	18706	15033
Programa Previdencial		
Programa Assistencial	16.757	14.423
Programa Administrativo	1.802	463
Programa de Investimentos	147	147
TOTAL DO PASSIVO	834.134	746.139

## ELOS

## Demonstração de resultado

R\$ MIL

Programa previdencial		
	2001	2000
(+) Receitas	83.891	68.162
(-) Despesas	-65.168	-58.021
(-) Custeio Administrativo	-4.703	-2.278
(+/-) Resultados dos investimentos Previdenciais	69.602	58.385
(=) Saldo disponível para Constituições	83.728	66.198
(+/-) Formação/ Reversão de Reservas Matemáticas	-113.281	-101.074
(+/-) Formação/ Reversão de Fundos	-3.079	
(=) Resultado do Exercício	-32.632	-34.876
(+/-) Superávit/ Déficit Técnico	32.632	34.876
Programa assistencial		
(+) Receitas	4.769	4.510
(-) Despesas	-4.484	-4.203
(-) Custeio Administrativo	-426	-499
(+/-) Resultados dos investimentos assistencial	2.476	2.121
(=) Saldo disponível para Constituições	2.335	1.929
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	-2.335	-1.929
Programa administrativo		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	6.138	3.690
(+) Receitas	63	82
(-) Despesas	-4.886	-3.736
(-) Recursos transferidos para outros programas	-106	
(+/-) Resultados dos investimentos administrativo	131	
(=) Saldo disponível para Constituições	1.340	36
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	-1.340	-36
Programa de Investimentos		
(+/-) Renda Fixa	69.060	62.613
(+) Receitas	72.508	64.681
(-) Despesas	-3.448	-2.068
(+/-) Renda Variável	-6.282	-5.671
(+) Receitas	40.452	40.560
(-) Despesas	-46.734	-46.231
(+/-) Investimentos Imobiliários	9.414	3.876
(+) Receitas	-9.811	4.288
(-) Despesas	-397	-412
(+/-) Operações com Participantes	1.589	1.260
(+) Receitas	1.687	1.261
(-) Despesas	-98	-1



<b>(+/-) Operações de empréstimos à Patrocinadora</b>		-710
<b>(+) Receitas</b>		3
<b>(-) Despesas</b>		-713
<b>(+/-) Relacionadas com o Disponível</b>	-565	
<b>(+) Receitas</b>		
<b>(-) Despesas</b>	-565	
<b>(+/-) Custeio Administrativo</b>	-1.008	-913
<b>(+) Resultados Recebidos/ Transf para outros programas</b>	-72.208	-60.456
<b>(+/-) Saldo Disponível para Constituições</b>		-1
<b>(+) Formação/Reversão de fundos</b>		1
<b>(-) Formação/Reversão de contingentes</b>		

FUMBESC

Fundo de Pensão Multipatrocinado Besc

Balanco Patrimonial

R\$ MIL

ATIVO	2001	2000
Disponível	109	10
Realizável	13.027	9.876
Programa Previdencial	4.445	3.704
Programa Assistencial		
Programa Administrativo	8	45
Programa de Investimentos	8.574	6.127
Renda Fixa	8.574	6.127
Renda Variável		
Investimentos Imobilizados		
Operações com Participantes		
Outros investimentos		
Permanente	34	49
Imobilizado	26	38
Diferido	8	11
TOTAL DO ATIVO	13.170	9.935

PASSIVO	2001	2000
Exigível Operacional	153	49
Programa Previdencial	1	
Programa Assistencial		
Programa Administrativo	27	49
Programa de Investimentos	125	
Exigível Contingencial		
Reservas técnicas	11.977	8.809
Reservas matemáticas	14.810	7.873
Benefícios concedidos	2.993	1.299
Benefícios a conceder	11.817	7.362
Reservas à amortizar		-788
Déficit/Superáfit Técnico	-2.833	936
Fundos	1040	1077
Programa Previdencial		
Programa Assistencial		
Programa Administrativo	1.040	1.077
Programa de Investimentos		
TOTAL DO PASSIVO	13.170	9.935

## FUMBESC

## Demonstração de resultado

R\$ MIL

Programa previdencial	2001	2000
(+) Receitas	2.888	1.882
(-) Despesas	-391	-121
(-) Custeio Administrativo	-241	-101
(+/-) Resultados dos investimentos Previdenciais	912	541
(=) Saldo disponível para Constituições	3.168	2.201
(+/-) Formação/ Reversão de Reservas Matemáticas	-6.937	-3.508
(+/-) Formação/ Reversão de Fundos		570
(=) Resultado do Exercício	-3.769	-737
(+/-) Superávit/ Déficit Técnico	3.769	737
Programa administrativo		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	241	101
(+) Receitas	164	1.394
(-) Despesas	-582	-696
(-) Recursos transferidos para outros programas		
(+/-) Resultados dos investimentos administrativo	140	104
(=) Saldo disponível para Constituições	-37	903
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	37	-903
Programa de Investimentos		
(+/-) Renda Fixa	1.032	645
(+) Receitas	1.197	833
(-) Despesas	-165	-188
(+/-) Outras	20	
(+) Receitas	147	
(-) Despesas	-127	
(+/-) Custeio Administrativo		
(+) Resultados Recebidos/ Transf para outros programas	-1.052	-645
(+/-) Saldo Disponível para Constituições		
(+) Formação/Reversão de fundos		
(-) Formação/Reversão de contingentes		

**FUSESC**

Fundação Codesc de Seguridade Social

**Balanco Patrimonial**

R\$ MIL

ATIVO	2001	2000	PASSIVO	2001	2000
Disponível	0,582	0,869	Exigível Operacional	32,869	2,015
Realizável	459,632	3577,077	Programa Previdencial	0,579	1,705
			Programa Assistencial	0,014	
Programa Previdencial	40,487	0,718	Programa Administrativo	0,841	0,257
Programa Assistencial			Programa de Investimentos	31,000	0,053
Programa Administrativo	0,157	0,330		31,435	
Programa de Investimentos	418,988	356,000	Exigível Contingencial	0,958	16,503
Renda Fixa	308,410	241,000			
Renda Variável	45,962	53,000	Reservas técnicas	406,404	322,824
Investimentos Imobilizados	35,968	40,000			
Operações com Participantes	28,648	19,000	Reservas matemáticas	406,135	322,824
Outros investimentos			Benefícios concedidos	273,284	213,147
			Benefícios a conceder	448,192	378,851
Permanente	0,347	0,404	Reservas à amortizar	-315,341	-269,174
			Déficit/Superáfit Técnico	0,269	
Imobilizado	0,299	0,347			
Diferido	0,048	0,057	Fundos	20,330	17,008
			Programa Previdencial		
			Programa Assistencial	0,598	0,706
			Programa Administrativo	18,949	15,746
			Programa de Investimentos	0,783	0,556
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>460,561</b>	<b>3578,360</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>460,561</b>	<b>358,350</b>

## FUSESC

## Demonstração de resultado

R\$ MIL

Programa previdencial	2001	2000
(+) Receitas	59	32
(-) Despesas	-22	-21
(-) Custeio Administrativo	-2	-2
(+/-) Resultados dos investimentos Previdenciais	49	22
(=) Saldo disponível para Constituições	83	31
(+/-) Formação/ Reversão de Reservas Matemáticas	-83	6
(+/-) Formação/ Reversão de Fundos		66
(=) Resultado do Exercício	269	104
(+/-) Superávit/ Déficit Técnico	-269	-104
Programa assistencial		
(+) Receitas		
(-) Despesas	-209	-176
(-) Custeio Administrativo		
(+/-) Resultados dos investimentos assistencial	92	59
(=) Saldo disponível para Constituições	-117	-117
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	117	117
Programa administrativo		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	4	3
(+) Receitas	21	28
(-) Despesas	-3	-2
(-) Recursos transferidos para outros programas		
(+/-) Resultados dos investimentos administrativo	2	1
(=) Saldo disponível para Constituições	3	1
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	-3	-1
Operações transitórias	25	
Programa de Investimentos		
(+/-) Renda Fixa	39	27
(+) Receitas	5	38
(-) Despesas	-6	-11
(+/-) Renda Variável	2	-6
(+) Receitas	22	15
(-) Despesas	-20	-22
(+/-) Investimentos Imobiliários	5	4
(+) Receitas	6	7
(-) Despesas	-1	-2
(+/-) Operações com Participantes	5	2
(+) Receitas	5	2

(-) Despesas		
(+/-) Relacionadas com o Disponível	-3	
(+) Receitas	2	
(-) Despesas	-5	
(+/-) Custeio Administrativo	-1	-1
(+) Resultados Recebidos/ Transf para outros programas	-51	-23
(+/-) Saldo Disponível para Constituições	-4	2
(+) Formação/Reversão de fundos		
(-) Formação/Reversão de contingentes	4	-2

**PREVISC**

Sociedade de Previdência Complementar do Sistema FIESC

**Balanco Patrimonial**

R\$ MIL

ATIVO	2001	2000
Disponível	9	36
Realizável	139.052	110.523
Programa Previdencial	7.073	3.688
Programa Assistencial	138	98
Programa Administrativo	79	126
Programa de Investimentos	131.762	106.611
Renda Fixa	121.718	89.708
Renda Variável	3.634	10.729
Investimentos Imobilizados	4.608	4.972
Operações com Participantes	1.802	1.202
Outros investimentos		
Permanente	243	210
Imobilizado	159	127
Diferido	84	83
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>139.304</b>	<b>110.769</b>

PASSIVO	2001	2000
Exigível Operacional	10.526	243
Programa Previdencial	43	43
Programa Assistencial	58	43
Programa Administrativo	149	156
Programa de Investimentos	10276	1
Exigível Contingencial	222	7.734
Reservas técnicas	125.996	100.781
Reservas matemáticas	124.135	100.296
Benefícios concedidos	74.815	58.216
Benefícios a conceder	102.660	98.554
Reservas à amortizar	-53.340	-56.474
Déficit/Superáfit Técnico	1.861	485
Fundos	2560	2011
Programa Previdencial		
Programa Assistencial	119	91
Programa Administrativo	2.431	1915
Programa de Investimentos	10	5
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>139.304</b>	<b>110.769</b>



## PREVISC

## Demonstração de resultado

R\$ MIL

<b>Programa previdencial</b>		
	2001	2000
(+) Receitas	20.844	17.896
(-) Despesas	-9.054	-7.553
(-) Custeio Administrativo	-1.461	-1.396
(+/-) Resultados dos investimentos Previdenciais	14.886	11.025
(=) Saldo disponível para Constituições	25.215	19.972
(+/-) Formação/ Reversão de Reservas Matemáticas	-23.838	-19.877
(+/-) Formação/ Reversão de Fundos		
(=) Resultado do Exercício	1.377	95
(+/-) Superávit/ Déficit Técnico	-1.377	-95
<b>Programa assistencial</b>		
(+) Receitas	1.235	1.016
(-) Despesas	-1.079	-865
(-) Custeio Administrativo	-196	-158
(+/-) Resultados dos investimentos assistencial	68	6
(=) Saldo disponível para Constituições	28	-1
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	-28	1
<b>Programa administrativo</b>		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	2.354	2.226
(+) Receitas	52	87
(-) Despesas	-2.094	-1.916
(-) Recursos transferidos para outros programas	-68	
(+/-) Resultados dos investimentos administrativo	272	180
(=) Saldo disponível para Constituições	516	577
(+/-) Formação/ Reversão dos Fundos	-516	-577
<b>Programa de Investimentos</b>		
<b>(+/-) Renda Fixa</b>	17.220	14.276
(+) Receitas	17.620	14.293
(-) Despesas	-400	-17
<b>(+/-) Renda Variável</b>	467	-88
(+) Receitas	1.286	754
(-) Despesas	-819	-842
<b>(+/-) Investimento Imobiliários</b>	380	428
(+) Receitas	519	603
(-) Despesas	-139	-175
<b>(+/-) Operações com Participantes</b>	393	271
(+) Receitas	426	271
(-) Despesas	-33	

<b>(+/-) Operações de empréstimos à Patrocinadora</b>		<b>41</b>
<b>(+) Receitas</b>		<b>41</b>
<b>(+/-) Relacionadas com o Disponível</b>	<b>-163</b>	<b>-196</b>
<b>(+) Receitas</b>		
<b>(-) Despesas</b>	<b>-163</b>	<b>-196</b>
<b>(+/-) Custeio Administrativo</b>	<b>-697</b>	<b>-672</b>
<b>(+) Resultados Recebidos/ Transf para outros programas</b>	<b>-15.158</b>	<b>-11.211</b>
<b>(+/-) Saldo Disponível para Constituições</b>	<b>2.442</b>	<b>2.849</b>
<b>(+) Formação/Reversão de fundos</b>	<b>-5</b>	<b>-2</b>
<b>(-) Formação/Reversão de contingentes</b>	<b>-2.437</b>	<b>-2.847</b>

**ANEXO 2**  
**Indicadores de rentabilidad**

		Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido de Cobertura	Retorno sobre os investimentos	Retorno s/ Ativos RF	Retorno s/ Ativos RV	Retorno s/ Ativos Invest. Imobiliários	Operação c/ participantes	Patrimônio Líquido	Retorno s/
Bungeprev	2001	36.746	33.336	9,30	12,99	-3,03			11,51	
	2000	29.398	25.980	8,67	12,30	-1,93			8,06	
Celos	2001	761.258	741.987	7,67	12,82	-0,18	10,95	16,40	6,81	
	2000	678.408	657.525	7,26	13,02	-0,40	10,51	15,80	5,42	
Elos	2001	807.651	788.945	11,05	13,18	-6,70	24,97	13,44	8,61	
	2000	723.329	708.296	10,35	13,69	-5,67	11,90	12,72	8,06	
Fumbesc	2001	13.017	11.977	12,03	12,03				7,00	
	2000	9.886	8.809	10,52	10,52				5,47	
Fusesc	2001	426.734	406.404	12,20	12,66	4,44	14,28	17,85	11,48	
	2000	339.832	322.824	7,58	11,2	-11,32	10,00	10,52	6,60	
Previsc	2001	128.556	125.996	14,01	14,14	12,85	8,24	21,80	11,57	
	2000	102.792	100.781	13,96	15,91	-0,82	8,60	22,54	10,72	

Indicadores atuariais							Indicadores auxiliares		
Cobertura Reservas Matemáticas	Cobertura Reservas matem Benef. Concedidos	Cobertura Reservas matem benef conceder	Resultado acumulado ao PLC	Meta Previdencial	Meta Assistencial	Imobilizações	Liquidez corrente		
Bungeprev	2001	97,82	18,14	79,67	2,17	31,89		110,82	
	2000	97,05	10,81	86,24	2,94	17,14		166,55	
Celos	2001	106,65	63,36	43,28	-6,65	52,49	108,48	0,001	10,24
	2000	105,63	52,16	53,47	-5,63	9,94	94,24	0,001	113,27
Elos	2001	98,65	75,41	26,87	1,34	77,68	94,02	0,0002	50,78
	2000	93,88	67,70	31,09	6,11	85,12	93,19	0,0002	53,67
Fumbesc	2001	123,65	24,98	98,66	-23,65	13,53		0,002	56,75
	2000	89,37	14,74	83,57	10,62	6,42		0,004	125,24
Fusesc	2001	99,93	67,24	110,28		37,28	-209	0,0008	10,79
	2000	100,00	66,02	117,35		65,62	-176	0,0001	147,03
Previsc	2001	98,52	59,37	81,47	1,47	43,43	87,36	0,001	11,9
	2000	99,51	57,76	97,79	0,48	42,20	85,13	0,002	413,46

**ANEXO 3**  
**Relação das Entidades do Brasil**



**ENTIDADES ASSOCIADAS**

<b>FANTASIA</b>	<b>NOME</b>
ABRILPREV	ABRILPREV-SOCIEDADE PREVIDÊNCIA PRIVADA
ACEPREV	ACEPREV - ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA
AÇOS	AÇOS-FUNDAÇÃO ACOMINAS DE SEGURIDADE SOCIAL
AEROS	AEROS-FUNDO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
AERUS	AERUS-INSTITUTO AERUS DE SEGURIDADE SOCIAL
AG-PREV	AG-PREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
AGROS	AGROS-INSTITUTO UFV SEGURIDADE SOCIAL
ALCANPREV	ALCANPREV-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA ALCAN
ALPHA	ALPHA-FUNDAÇÃO ALPHA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ARUS	ARUS-FUNDAÇÃO ARACRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL
ASTRA ZENECA	ASTRA ZENECA ICIFUND-FUNDO MÚLTIPLO DE PREVIDÊNCIA
ATTILIO FONTANA	ATTILIO FONTANA-FUNDAÇÃO ATTILIO FRANCISCO XAVIER FONTANA
AVONPREV	AVONPREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
BANDEPREV	BANDEPREV-BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL
BANES	BANES-FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL
BANESP	BANESP-FUNDO BANESPA DE SEGURIDADE SOCIAL
BANKBOSTON	BANKBOSTON-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
BANORTE	BANORTE-FUNDAÇÃO MANOEL BAPTISTA DA SILVA DE SEGURIDADE SOCIAL
BASES	BASES-FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL
BASF	BASF-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
BB PREVIDENCIA	BB PREVIDÊNCIA-FUNDO PENSÃO BANCO BRASIL
BOAVISTA PREV	BOAVISTA PREV-FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO
BOTICARIO PREV	BOTICARIO PREV-SOCIEDADE PREVID PRIVADA
BRASILETROS	BRASILETROS-FUNDAÇÃO CERJ DE SEGURIDADE SOCIAL
BRASLIGHT	BRASLIGHT-FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
BRASP	BRASP-FUNDAÇÃO BRASCAN DE PREVIDÊNCIA
BUNGEPREV	BUNGEPREV - FUNDO MÚLTIPLO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CABEA	CABEA-CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BEA S/A
CABEC	CABEC-CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADO BANCO DO ESTADO DO CEARÁ
CAFBE	CAFBE-CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANPARÁ
CANADA LIFE PACTUAL	CANADA LIFE PACTUAL FUNDO DE PENSÃO
CAPAF	CAPAF-CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A
CAPEF	CAPEF-CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE BRASIL
CAPESESP	CAPESESP-CAIXA DE PÉCULOS, ASSIST E PREVID DOS SERV DA FUND SERV SAÚDE PÚBL
CAPOF	CAPOF-CAIXA DE ASSIST E APOSENTADORIA DOS FUNC DO BCO EST MARANHÃO
CARBOPREV	CARBOPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CARFEPE	CARFEPE-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CASA	CASA PREVIDÊNCIA S/C
CASFAM	CASFAM-CAIXA DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA FABIO DE ARAÚJO MOTTA
CAVA	CAVA-CAIXA VICENTE ARAÚJO-ASSIST AOS FUNC DO GRUPO FINAN MERC BRASIL
CBS	CBS-CAIXA BENEFICENTE EMPREGADOS CIA SIDERÚRGICA NACIONAL
CCF	CCF-FUNDO DE PENSÃO
CELOS	CELOS-FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL
CELPOS	CELPOS-FUNDAÇÃO CELPE DE SEGURIDADE SOCIAL
CENTRUS	CENTRUS-FUNDAÇÃO BANCO CENTRAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CENTRUS MT	CENTRUS MT-INSTITUTO MATO GROSSO DE SEGURIDADE SOCIAL
CERES	CERES-FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SIST EMBRAPA E EMBRATER
CHAMPREV	CHAMPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CIBRIUS	CIBRIUS-INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL
CIFRAO	CIFRÃO-FUNDO DE PREVIDÊNCIA CASA DA MOEDA DO BRASIL
CISPER	CISPER PREVIDÊNCIA PRIVADA
CITIPREVI	CITIPREVI-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
COFAPREV	COFAPREV-COFAP SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
COMPREV	COMPREV-FUNDO COMPESA DE PREVIDÊNCIA
COMSHELL	COMSHELL-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CORRENTE	CORRENTE-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CREDIPREV-CREDIREAL	CREDIPREV-CREDIREAL ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COMPL
CX EMPR USIMINAS	CAIXA DOS EMPREGADOS DA USIMINAS
DAREXP	DAREXPREV-PREVIDENCIÁRIA S/C
DC PREV	DC PREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
DERMINAS	DERMINAS-SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL
DESBAN	DESBAN-FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL
DURATEX	DURATEX-FUNDAÇÃO DURATEX
ECONOMUS	ECONOMUS-INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
ECOS	ECOS-FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A
EDS PREV	EDS PREV- SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
ELBA	ELBA PREVIDÊNCIA PRIVADA
ELETRA	ELETRA-FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA
ELETROCEEE	ELETROCEEE-FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL
ELETROS	ELETROS-FUNDAÇÃO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL
ELOS	ELOS-FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ENERSUL	ENERSUL-FUNDAÇÃO ENERSUL
ESCELSOS	ESCELSOS-FUNDAÇÃO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL
FABASA	FABASA-FUNDAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURIDADE DA EMBASA
FACEAL	FACEAL-FUNDAÇÃO CEAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA

FACB	FACB-FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DA CEB
FACEPI	FACEPI-FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL
FACHESF	FACHESF-FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL
FACOPAC	FAÇOPAC - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
FAECES	FAECES-FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN
FAELBA	FAELBA-FUNDAÇÃO COELBA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL
FAELCE	FAELCE-FUNDAÇÃO COELCE DE SEGURIDADE SOCIAL
FAIRPLAN	FAIRPLAN-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
FAPA	FAPA-FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL PREVIDENCIÁRIA DA EMATER PARANÁ
FAPECE	FAPECE-FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL PREVIDENCIÁRIA DA EMATERCE
FAPERS	FAPERS-FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL PREVIDENCIÁRIA EXTENSÃO RURAL RS
FAPES	FAPES-FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES
FASASS	FASASS-FUNDAÇÃO AMÉRICA DO SUL DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL
FASBEMGE	FASBEMGE-FUNDAÇÃO BEMGE DE SEGURIDADE SOCIAL
FASC	FASC-FUNDAÇÃO ALBINO SOUZA CRUZ
FASCEMAR	FASCEMAR-FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE DOS SERVIDORES DA CEMAR
FASERN	FASERN-FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E SEGURIDADE SOCIAL DOS EMPREGADOS DA COSERN
FCRT	FCRT-FUNDAÇÃO DOS EMPREGADOS DA CIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES
FEMCO	FEMCO-FUNDAÇÃO COSIPA DE SEGURIDADE SOCIAL
FENIPREV	FENIPREV-FUNDO MÚLTIPLO DE PREVIDÊNCIA
FFMB	FUNDAÇÃO FRANCISCO MARTINS BASTOS
FGV-PREVI	FGV-PREVI-SOCIEDADE CIVIL FGV DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
FIBERPREV	FIBERPREV-FIBERGLAS SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
FIBRA	FIBRA-FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FIOPREV	FIOPREV-INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL
FIPECQ	FIPECQ-FUNDAÇÃO DE PREV PRIV EMPR FINEP, DO IPEA, CNPQ, INPE E DO INPA
FOLHAPREV	FOLHAPREV-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
FORLUZ	FORLUZ-FUNDAÇÃO FORLUMINAS DE SEGURIDADE SOCIAL
FRANCISCO CONDE	FRANCISCO CONDE-FUNDAÇÃO FRANCISCO CONDE
FUCAE	FUCAE-FUNDAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA CAIXA ECONÔMICA ESTADO DO RGS
FUCAP	FUCAP-FUNDO DE PENSÃO DA CAPEMI
FUMBESC	FUMBESC-FUNDO PENSÃO MULTIPATROCINADO DO BESC
FUNASA	FUNASA-FUNDAÇÃO SAELPA DE SEGURIDADE SOCIAL
FUNBEP	FUNBEP-FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO
FUNCASAL	FUNCASAL-FUNDAÇÃO CASAL DE SEGURIDADE SOCIAL
FUNCEF	FUNCEF-FUNDAÇÃO ECONÔMIÁRIOS FEDERAIS
FUNDACAO BANRISUL	FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
FUNDACAO CESP	FUNDACAO CESP
FUNDACAO COPEL	FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDACAO CORSAN	FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA CIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO
FUNDACAO GAROTO	FUNDAÇÃO GAROTO DE PREVIDÊNCIA
FUNDACAO PROMON	FUNDAÇÃO PROMON DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
FUNDAMBRAS	FUNDAMBRAS-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
FUNDIAGUA	FUNDIÁGUA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DF
FUNEPP	FUNEPP-FUNDAÇÃO NESTLE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
FUNGRAPA	FUNGRAPA-FUNDAÇÃO GRÃO PARÁ DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNREDE	FUNREDE-FUNDAÇÃO REDE DE SEGURIDADE
FUNSEJEM	FUNSEJEM-FUNDAÇÃO SENADOR JOSÉ ERMIRIO DE MORAES
FUNSSEST	FUNSSEST-FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DOSEMPREGADOS DA CST
FUSAN	FUSAN-FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUSESC	FUSESC-FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL
GASIU	GASIU-INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CEG
GEAP	GEAP-FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
GEBSA-PREV	GEBSA-PREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
GEIPREV	GEIPREV-INSTITUTO GEIPOT DE SEGURIDADE SOCIAL
GERDAU	GERDAU-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
GOODYEAR	GOODYEAR PREVIDÊNCIA PRIVADA
GTMPREVI	GTMPREVI-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
GZM-PREVI	GZM-PREVI-FUNDO MULTIPLO DE PREVIDÊNCIA
HERINGPREV	HERINGPREV-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
HOLANDAPREVI	HOLANDAPREVI-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
IAJA	IAJA-INSTITUTO ADVENTISTA DE JUBILAÇÃO E ASSISTÊNCIA
IBM	IBM-FUNDAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
ICATU HARTFORD	ICATU HARTFORD-FUNDO MULTIPATROCINADO
INDUSPREVI	INDUSPREVI-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DO RIO GRANDE DO SUL
INERGUS	INERGUS-INSTITUTO ENERGEPI DE SEGURIDADE SOCIAL
INFRAPREV	INFRAPREV - INSTITUTO INFRAERO DE SEGURIDADE SOCIAL
INSTITUTO AMBEV	INSTITUTO AMBEV DE SEGURIDADE SOCIAL
ISBRE	ISBRE-INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL BRDE
ITAUBANCO	ITAUBANCO-FUNDAÇÃO ITAUBANCO
ITAUSA	FUNDACAO ITAUSA INDUSTRIAL
J&HPP	J&HPP-ASSOCIAÇÃO JOHNSON & HIGGINS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
JOAO M SALLES	JOÃO M SALLES-INSTITUTO JOAO MOREIRA SALLES
JOHNSON & JOHNSON	JOHNSON & JOHNSON-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
JOSAPREV	JOSAPREV-JOSAPAR SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
KPMG PREV	KPMG PREV SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA
LILLY PREV	LILLY PREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
LWW PREV	LWW PREV - SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
MAGNUS	MAGNUS SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

MAPPIN	MAPPIN-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
MAUA PREV	MAUA PREV-SOCIEDADE PREVIDENCIA PRIVADA
MENDESPREV	MENDESPREV-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
MERCAPREV	MERCAPREV-FUNDO DE PENSÃO MULT DAS INST MERCADO FINANCEIRO E CAPITAIS
MERCER PREV	MERCER PREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
MESSIUS	MESSIUS-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MESSIÂNICO
METRUS	METRUS-INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
MSD PREV	MSD PREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
MULTIPARANA	MULTIPARANA-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA MULTIPATROCINADA DO PARANÁ
MULTIPENSIONS	MULTIPENSIONS BRADESCO - FUNDO MULTIPATROCINADO DE PREVIDENCIA PRIVADA
MULTIPLA	MÚTIPLA-SOCIEDADE DE MULTIENTREPRISES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
MULTIPREV	MULTIPREV-FUNDO MÚTIPLO DE PENSÃO
NUCLEOS	NUCLEOS-INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
ODEPREV	ODEPREV-ODEBRECHT DE PREVIDÊNCIA
ORIOUS	ORIOUS-ASSOCIAÇÃO ORION DE SEGURIDADE SOCIAL
P&G PREV	P&G PREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PERDIGAO	PERDIGÃO-SOCIEDADE PREVIDENCIA PRIVADA
PETROS	PETROS-FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
PFIZER PREV	PFIZER PREV SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA
PINUSPREV	PINUSPREV-SOCIEDADE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PORTOPREV	PORTOPREV-PORTO SEGURO PREVIDÊNCIA PRIVADA
PORTUS	PORTUS-INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
POSTALIS	POSTALIS-INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS
POUPREV	POUPREV- FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
PREBEG	PREBEG-CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BCO ESTADO DE GOIÁS
PRECE	PRECE-PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
PREFEITURA DE RECIFE	PREFEITURA DE RECIFE
PREV AMERICA LATINA	PREV AMÉRICA LATINA-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREV-MOTOROLA	PREV-MOTOROLA-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVBEP	PREVBEP-CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL BEP
PREVCHEVRON	PREVCHEVRON-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
PREVCUMMINS	PREVCUMMINS-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVDATA	PREVDATA-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA DATAPREV
PREVDEUTSCHE	PREVDEUTSCHE-FUNDO MÚTIPLO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVDOW	PREVDOW-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVEME	PREVEME-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M
PREVER HAAS	PREVER HAAS-SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA
PREVHAB	PREVHAB-ASSOCIAÇÃO PREVIDÊNCIA DOS EMPREGADOS DO BNH
PREVI	PREVI-CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
PREVI GILLETTE	PREVI GILLETTE-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVI NOVARTIS	PREVI NOVARTIS-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVI-ERICSSON	PREVI-ERICSSON-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVI-INCEPA	PREVI-INCEPA-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVI-SIEMENS	PREVI-SIEMENS-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVIALBARUS	PREVIALBARUS-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVIBAN	PREVIBAN-PREVIDÊNCIA PRIVADA PARAIBAN
PREVIBAYER	PREVIBAYER-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVIBOSCH	PREVIBOSCH-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVICASTROL	PREVICASTROL-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
PREVICAT	PREVICAT-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA DA CATERPILLAR
PREVICEL	PREVICEL-PREVIDÊNCIA PRIVADA DA CELEPAR
PREVICOKE	PREVICOKE-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVID EXXON	PREVID EXXON-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVIDA	PREVIDA-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVIF	PREVIF-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVIGEL	PREVIGEL-SOCIEDADE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVIKODAK	PREVIKODAK-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
PREVILEAF	PREVILEAF SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
PREVILLARES	PREVILLARES-SOCIEDADE CIVIL
PREVILLOYDS	PREVILLOYDS-SOCIEDADE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVIM	PREVIM-MICHELIN PREVIDENCIÁRIA
PREVIMA	PREVIMA-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DAS INSTITUIÇÕES DE MERCADO
PREVIMAT	PREVIMAT-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS EMPREGADOS DA CEMAT
PREVIMINAS	PREVIMINAS-FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
PREVIMULTIPLIC	PREVIMULTIPLIC-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVINDUS	PREVINDUS-ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
PREVINOR	PREVINOR-ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVINORTE	PREVINORTE-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREVIQ	PREVIQ - SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA
PREVIRB	PREVIRB-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO IRB
PREVIREFINACOES	PREVIREFINAÇÕES-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
PREVISAO	PREVISÃO-ASSOCIAÇÃO DE PREVIDENCIA PRIVADA
PREVISC	PREVISC-SOCIEDADE DE PREV COMPL DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS IND DO EST SC
PREVISCANIA	PREVISCÂNIA-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVITDB	PREVITDB-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
PREVMOBIL	PREVMOBIL SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
PREVMON	PREVMON-MONSANTO SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
PREVSAN	PREVSAN-FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DOS EMPREGADOS DA SANEAGO
PREVUNIAO	PREVUNIAO-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

PRHOSPER	PRHOSPER PREVIDENCIA RHODIA
PRODUBAN	PRODUBAN-FUNDAÇÃO PRODUBAN
PSS	PSS-ASSOCIAÇÃO PHILIPS DE SEGURIDADE SOCIAL
RANDONPREV	RANDONPREV - FUNDO DE PENSÃO
RBS PREV	RBS PREV-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
REAL GRANDEZA	REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RECKITT & COLMAN	RECKITT & COLMAN-BRASIL SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
REFER	REFER-FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL
REGIUS	REGIUS-SOCIEDADE CIVIL PREVIDÊNCIA PRIVADA
RESAPREV	RESAPREV-SOCIEDADE RESANA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
ROCHEPREV	ROCHEPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
ROYALPREV	ROYALPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
SABESP	SABESP-FUNDAÇÃO SABESP DE SEGURIDADE SOCIAL
SANEPREVI	SANEPREVI-FUNDAÇÃO SANEMAT DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
SANPREV	SANPREV-SANTANDER ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
SÃO BERNARDO	SÃO BERNARDO-ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
SÃO FRANCISCO	SÃO FRANCISCO-FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
SÃO RAFAEL	SÃO RAFAEL-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
SARAH PREVIDENCIA	SARAH PREVIDÊNCIA-FUNDO DE PENSÃO DOS EMPR DA ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
SERGUS	SERGUS-INSTITUTO BANESE DE SEGURIDADE SOCIAL
SERPROS	SERPROS-FUNDO MULTIPATROCINADO
SIAS	SIAS-SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE
SILIUS	SILIUS-FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL
SISTEL	SISTEL-FUNDAÇÃO SISTEL SEGURIDADE SOCIAL
SOMUPP	SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
SPASAPREV	SPASAPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
STEIO	STEIO-INSTITUTO STEA DE SEGURIDADE SOCIAL
SUPRE	SUPRE-FUNDAÇÃO DE SUPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
SUPREV	SUPREV-FUNDAÇÃO MULTIPATROCINADA DE SUPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
SWPREV	SWPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
TELOS	TELOS-FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL
TEXPREV	TEXPREV-TEXACO SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
TREVO IBSS	TREVO-INSTITUTO BANDEIRANTES DE SEGURIDADE SOCIAL
TRICHESP	TRICHESP-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA
ULTRAPREV	ULTRAPREV-ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
UNIPREV	UNIPREV-FUNDO MÚLTIPLO
UNIPREVI	UNIPREVI-FUNDAÇÃO UNIFENAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
UNISYS PREVI	UNISYS PREVI-SOCIEDADE CIVIL
URANUS	URANUS-FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
VALIA	VALIA-FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL
VIKINGPREV	VIKINGPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
VOITH PREV	VOITH PREV SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
VOLKSWAGEN	VOLKSWAGEN-PREVIDÊNCIA PRIVADA
VULCAPREV	VULCAPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
WEG	WEG-SEGURIDADE SOCIAL
YASUDA	YASUDA SOCIEDADE DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA COMPLEMENTAR
ZENPREV	ZENPREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

1	ALPHA-FUNDAÇÃO ALPHA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	CURITIBA	PR
2	BOTICARIO PREV-SOCIEDADE PREVID PRIVADA	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR
3	BUNGEPREV - FUNDO MULTIPLO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	GASPAR	SC
4	CELOS-FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL	FLORIANOPOLIS	SC
5	COHAPREV PREVIDENCIA PRIVADA DA COHAPAR	CURITIBA	PR
6	ELETROCEEE-FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL	PORTO ALEGRE	RS
7	ELOS-FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	FLORIANOPOLIS	SC
8	FAPA-FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL PREVIDENCIÁRIA DA EMATER PARANÁ	CURITIBA	PR
9	FAPERS-FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL PREVIDENCIÁRIA EXTENSÃO RURAL RS	PORTO ALEGRE	RS
10	FCRT-FUNDAÇÃO DOS EMPREGADOS DA CIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES	PORTO ALEGRE	RS
11	FIBRA-FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	CURITIBA	PR
12	FUCAE-FUNDAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA CAIXA ECONÔMICA ESTADO DO RGS	PORTO ALEGRE	RS
13	FUMBESC-FUNDO PENSÃO MULTIPATROCINADO DO BESC	FLORIANOPOLIS	SC
14	FUNBEP-FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO	CURITIBA	PR
15	FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL	PORTO ALEGRE	RS
16	FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	CURITIBA	PR
17	FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA CIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO	PORTO ALEGRE	RS
18	FUNDAÇÃO FRANCISCO MARTINS BASTOS	PORTO ALEGRE	RS
19	FUSAN-FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	CURITIBA	PR
20	FUSESC-FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL	FLORIANOPOLIS	SC
21	GERDAU-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	PORTO ALEGRE	RS
22	INDÚSPREVI-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	RS
23	ISBRE-INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL BRDE	PORTO ALEGRE	RS
24	JOSAPREV-JOSAPAR SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	PORTO ALEGRE	RS
25	MULTIPARANÁ-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA MULTIPATROCINADA DO PARANÁ	CURITIBA	PR
26	PREVI-INCEPA-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	CAMPO LARGO	PR
27	PREVIALBARUS-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	PORTO ALEGRE	RS
28	PREVICEL-PREVIDÊNCIA PRIVADA DA CELEPAR	CURITIBA	PR
29	PREVILEAF SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA	SANTA CRUZ DO SUL	RS
30	PREVISC-SOCIEDADE DE PREV COMPL DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS IND DO EST SC	FLORIANOPOLIS	SC
31	RANDONPREV - FUNDO DE PENSÃO	CAXIAS DO SUL	RS
32	RBS PREV-SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA	PORTO ALEGRE	RS
33	ROYALPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	CURITIBA	PR
34	SILIUS-FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZENS DE SEGURIDADE SOCIAL	PORTO ALEGRE	RS
35	SUPRE-FUNDAÇÃO DE SUPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	LONDRINA	PR
36	VIKINGPREV-SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	CURITIBA	PR
37	WEG-SEGURIDADE SOCIAL	JARAGUA DO SUL	SC



**ANEXO 4**  
**Legislação vigente**

**Legislação da Previdência Complementar**  
**LEIS**

**LEI Nº 6.435, DE 15/07/77**

(Regulamentada pelo Decreto nº 81.240, de 20/01/78)

Dispõe sobre as entidades de previdência privada, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Introdução**

Art. 1º Entidades de previdência privada, para os efeitos da presente Lei, são as que têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se participante o associado, segurado ou beneficiário incluído nos planos a que se refere este artigo.

Art. 2º A constituição, organização e funcionamento de entidades de previdência privada dependem de prévia autorização do Governo Federal, ficando subordinadas às disposições da presente Lei.

Art. 3º A ação do poder público será exercida com o objetivo de:

- I - proteger os interesses dos participantes dos planos de benefícios;
- II - determinar padrões mínimos adequados de segurança econômico-financeira, para preservação da liquidez e da solvência dos planos de benefícios, isoladamente, e da entidade de previdência privada, em seu conjunto;
- III - disciplinar a expansão dos planos de benefícios, propiciando condições para sua integração no processo econômico e social do País;
- IV - coordenar as atividades reguladas por esta Lei com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do Governo Federal.

Art. 4º Para os efeitos da presente Lei, as entidades de previdência privada são classificadas:

I - De acordo com a relação entre a entidade e os participantes dos planos de benefícios, em:

- a) fechadas, quando acessíveis exclusivamente aos empregados de uma só empresa ou de um grupo de empresas, as quais, para os efeitos desta Lei, serão denominadas patrocinadoras;
- b) abertas, as demais.

II - De acordo com seus objetivos, em:

- a) entidades de fins lucrativos;
- b) entidades sem fins lucrativos.

§ 1º As entidades fechadas não poderão ter fins lucrativos.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, são equiparáveis aos empregados de empresas patrocinadoras os seus gerentes, os diretores e conselheiros ocupantes de cargos eletivos, bem como os empregados e respectivos dirigentes de fundações ou outras entidades de natureza autônoma, organizadas pelas patrocinadoras.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos diretores e conselheiros das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações vinculadas à Administração Pública.

§ 4º Às empresas equiparam-se entidades sem fins lucrativos, assistenciais, educacionais ou religiosas, podendo os planos destas incluir os seus empregados e os religiosos que as servem.

Art. 5º As entidades de previdência privada serão organizadas como:

I - sociedades anônimas, quando tiverem fins lucrativos;

II - sociedades civis ou fundações, quando sem fins lucrativos.

Art. 6º Não se considerará atividade de previdência privada, sujeita às disposições desta Lei, a simples instituição, no âmbito limitado de uma empresa, de uma fundação ou de outra entidade de natureza autônoma, de pecúlio por morte, de pequeno valor, desde que administrado exclusivamente sob a forma de rateio entre os participantes.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se de pequeno valor o pecúlio que, para cobertura da mesma pessoa, não exceda o equivalente ao valor nominal atualizado de 300 (trezentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

Art. 7º As entidades abertas integram-se no Sistema Nacional de Seguros Privados.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar no Ramo Vida poderão ser também autorizadas a operar planos de previdência privada, obedecidas as condições estipuladas nesta Lei para as entidades abertas de fins lucrativos.

## CAPÍTULO II

### Das Entidades Abertas

#### Seção I

##### Do Órgão Normativo

Art. 8º Para os fins deste capítulo compete exclusivamente ao órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados:

I - fixar as diretrizes e normas da política a ser seguida pelas entidades referidas no artigo anterior;

II - regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização de quantos exerçam atividades subordinadas a este Capítulo, bem como a aplicação das penalidades cabíveis;

III - estipular as condições técnicas sobre custeio, investimentos, correção de valores monetários e outras relações patrimoniais;

IV - estabelecer as características gerais para os planos de pecúlio ou de rendas, na conformidade das diretrizes e normas de política fixadas;

V - estabelecer as normas gerais de contabilidade, atuária e estatísticas a serem observadas;

VI - conhecer dos recursos interpostos de decisão dos órgãos executivos da política traçada pelo órgão normativo do Sistema;

VII - disciplinar o processos de cobrança de comissões de qualquer natureza para a colocação de planos.

#### Seção II

##### Do Órgão Executivo

Art. 9º Compete ao Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados:

I - processar os pedidos de autorização para constituição, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento, transferência de controle e reforma dos estatutos das entidades abertas, opinar sobre os mesmos e encaminhá-los ao Ministro da Indústria e do Comércio;

II - baixar instruções relativas à regulamentação das atividades das entidades abertas e aprovar seus planos de benefícios, de acordo com as diretrizes do órgão normativo do Sistema;

III - fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade, atuária e estatística fixadas pelo órgão normativo do Sistema;

IV - fiscalizar as atividades das entidades abertas, inclusive quanto ao exato cumprimento da legislação e das normas em vigor e aplicar as penalidades cabíveis;

V - proceder à liquidação das entidades abertas que tiverem cassada a autorização para funcionar no País;

VI - estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de

administração de entidades abertas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais ou assemelhados, segundo normas que forem expedidas pelo órgão normativo do Sistema.

### Seção III

#### Da Legislação Aplicável

Art. 10. As entidades abertas serão reguladas pelas disposições da presente Lei e, no que couber, pela legislação aplicável às entidades de seguro privado.

§ 1º Aplica-se às entidades abertas com fins lucrativos o disposto no artigo 25 da Lei nº 4.595, de 3 de dezembro de 1964, com a redação que lhe deu o artigo 1º da Lei nº 5.710, de 7 de outubro de 1971.

§ 2º Aos corretores de planos previdenciários de entidades abertas aplica-se a regulamentação da profissão de corretor de seguros de vida e de capitalização.

### Seção IV

#### Da Autorização para Funcionamento

Art. 11. A autorização para funcionamento de entidade aberta será concedida mediante portaria do Ministro da Indústria e do Comércio, a requerimento dos representantes legais da interessada.

§ 1º Concedida a autorização, a entidade terá o prazo de 90 (noventa) dias para comprovar, perante o Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados, o cumprimento de formalidades legais e outras exigências.

§ 2º A falta da comprovação a que se refere o parágrafo anterior acarretará a caducidade automática da autorização para funcionamento.

Art. 12. Aprovada a documentação apresentada em decorrência das disposições do artigo anterior, será expedida carta-patente pelo órgão executor do Sistema Nacional de Seguros Privados.

Art. 13. As alterações dos estatutos das entidades abertas dependerão de prévia autorização do Ministro da Indústria e do Comércio.

### Seção V

#### Das Operações

Art. 14. As entidades abertas terão como única finalidade a instituição de planos de concessão de pecúlios ou de rendas e só poderão operar os planos para os quais tenham autorização específica, segundo normas gerais e técnicas aprovadas pelo órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

Art. 15. Para garantia de todas as suas obrigações, as entidades abertas constituirão reservas técnicas, fundos especiais e provisões, de conformidade com os critérios fixados pelo órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados, além das reservas e fundos determinados em leis especiais.

§ 1º As aplicações decorrentes do disposto neste artigo serão feitas conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Ao Conselho Monetário Nacional caberá estabelecer diretrizes diferenciadas para determinadas entidades levando em conta a existência de condições peculiares relativas à aplicação dos respectivos patrimônios.

§ 3º Na hipótese a que se refere o parágrafo anterior, a entidade terá o prazo mínimo de 5 (cinco) anos para ajustar às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional todas as aplicações realizadas até a data de publicação desta Lei.

Art. 16. Os bens garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões serão registrados no Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados e não poderão ser alienados, prometidos alienar ou de qualquer forma gravados sem sua prévia e expressa autorização,

sendo nulas, de pleno direito, quaisquer operações realizadas com violação do disposto neste artigo.

Parágrafo único. Quando a garantia recair em bem imóvel, será obrigatoriamente inscrita no competente Cartório do Registro Geral de Imóveis, mediante requerimento firmado pela entidade e pelo Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

Art. 17. Os participantes dos planos de benefícios que sejam credores destes têm privilégio especial sobre reservas técnicas, fundos especiais ou provisões garantidoras das operações.

Art. 18. As entidades abertas de fins lucrativos não poderão distribuir lucros ou quaisquer fundos correspondentes às reservas patrimoniais, desde que essa distribuição possa prejudicar os investimentos obrigatórios do capital e reserva, de acordo com os critérios estabelecidos na presente Lei.

Art. 19. As entidades abertas obedecerão às instruções do Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados sobre as operações relacionadas com os planos de benefícios, fornecendo-lhe dados e informações atinentes a quaisquer aspectos de suas atividades.

Parágrafo único. Os servidores credenciados do Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados terão livre acesso às entidades abertas, delas podendo requisitar e apreender livros, notas técnicas e documentos, caracterizando-se como embaraço à fiscalização, sujeito às penas previstas nesta Lei, qualquer dificuldade oposta à consecução desse objetivo.

Art. 20. É vedado às entidades abertas realizar quaisquer operações comerciais e financeiras:

I - com seus diretores e membros dos conselhos consultivos, administrativos, fiscais ou assemelhados, bem assim com os respectivos cônjuges;

II - com os parentes, até o 2º grau, das pessoas a que se refere o inciso anterior;

III - com empresa de que participem as pessoas a que se referem os incisos I e II, que possuam, em conjunto ou isoladamente, mais de 10% (dez por cento) do capital, salvo autorização do Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

## Seção VI

### Das Disposições Especiais

Art. 21. Deverão constar dos regulamentos dos planos de benefícios, das propostas de inscrição e dos certificados de participantes das entidades abertas, dispositivos que indiquem:

I - condições de admissão dos participantes de cada plano de benefício;

II - período de carência, quando exigido, para concessão do benefício;

III - normas de cálculos dos benefícios;

IV - sistema de revisão dos valores das contribuições e dos benefícios;

V - existência ou não, nos planos dos benefícios, de valor de resgate das contribuições saldas dos participantes e, em caso afirmativo, a norma de cálculo, quando estes se retirarem dos planos depois de cumpridas as condições previamente fixadas e antes da aquisição plena do direito aos benefícios;

VI - especificação de qualquer parcela destinada a fim diverso da garantia estabelecida pelo pagamento da contribuição;

VII - condição de perda da qualidade de participante dos planos de benefícios;

VIII - informações que, a critério do órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados, visem ao esclarecimento dos participantes dos planos.

§ 1º A todo participante será obrigatoriamente entregue, quando de sua inscrição, cópia dos estatutos e do plano de benefícios, além de material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, suas características.

§ 2º A promoção de venda dos planos não poderá incluir informações diferentes das que figurem nos documentos referidos neste artigo.

§ 3º O pagamento de benefício ao participante de plano previdenciário dependerá de prova de quitação da mensalidade devida, antes da ocorrência do fato gerador, na forma estipulada no plano subscrito.

Art. 22. Os valores monetários das contribuições e dos benefícios serão atualizados segundo índice de variação do valor nominal atualizado das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN e nas condições que forem estipuladas pelo órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados, inclusive quanto à periodicidade das atualizações.

Parágrafo único. Admitir-se-á cláusula de correção monetária diversa da de ORTN, desde que baseada em índices e condições aprovados pelo órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

Art. 23. Nas entidades abertas sem fins lucrativos, o resultado do exercício, satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares no que se refere aos benefícios, será destinado à constituição de uma reserva de contingência de benefícios e, se ainda houver sobra, a programas culturais e de assistência aos participantes, aprovados pelo órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

Art. 24. Todos os planos de benefícios deverão ser avaliados atuarialmente, em cada balanço, por entidade ou profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único. A responsabilidade profissional do atuário, verificada pela inadequação dos planos estabelecidos, quer no que se refere às contribuições, quer no que diz respeito ao valor das reservas, será apurada pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, por solicitação dos interessados, independentemente da ação judicial cabível.

Art. 25. Nas avaliações de que trata o artigo anterior, deverão ser observadas as condições fixadas pelo órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados a respeito de:

I - regimes financeiros;

II - tábuas biométricas;

III - taxa de juro.

Art. 26. As entidades abertas, inclusive as sem fins lucrativos, submeterão suas contas a auditores independentes, registrados no Banco Central do Brasil, publicando, anualmente, o parecer respectivo, juntamente com o balanço geral e demonstrações de Lucros e Perdas ou de Resultados do Exercício.

Parágrafo único. A auditoria independente poderá ser exigida também quanto aos aspectos atuariais, conforme normas a serem estabelecidas pelo órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

Art. 27. As entidades abertas deverão levantar balancetes ao final de cada trimestre, e balanço geral no último dia útil de cada ano.

Parágrafo único. O balanço e os balancetes deverão ser enviados ao Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados para exame e ao Banco Central do Brasil para fins estatísticos.

Art. 28. As entidades abertas deverão comunicar ao Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados os atos relativos à eleição de diretores e membros de conselhos deliberativos, consultivos, fiscais ou assemelhados, no prazo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência.

§ 1º O Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, decidirá aceitar ou recusar o nome do eleito que não atender às condições a que se refere o artigo 9º, inciso VI, desta Lei.

§ 2º A posse do eleito dependerá da aceitação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º Oferecida integralmente a documentação que for exigida nos termos do artigo 9º, inciso VI, desta Lei, e decorrido, sem manifestação do Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados, o prazo mencionado no parágrafo 1º deste artigo, entender-se-á não ter havido recusa à posse.

Art. 29. Na denominação das entidades abertas é vedada a utilização de expressões e siglas relacionadas com atividades profissionais específicas, ou de quaisquer outras não



condizentes com aquela condição, a critério do Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

Art. 30. Os estatutos das entidades abertas, sem fins lucrativos, ao disciplinarem a forma de sua administração e controle, estabelecerão distinção expressa entre associados controladores e simples participantes dos planos de benefícios.

§ 1º Associados controladores, para os efeitos desta Lei, são os integrantes de colegiados, obrigatoriamente instituídos, compostos de número ímpar e integrados de, no mínimo, 9 (nove) membros, todos pessoas físicas, com poderes normativos de fiscalização e de controle, especialmente os de estabelecer a política operativa, de designar a diretoria e de dispor, em instância final, do patrimônio da entidade.

§ 2º Os associados controladores, mesmo que não exerçam diretamente funções de diretores, serão solidariamente responsáveis pelos atos ilegais ou danosos praticados, com o seu consentimento, pelo próprio colegiado ou pela diretoria da entidade.

Art. 31. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, as entidades abertas, sem fins lucrativos, poderão remunerar seus diretores e membros de conselhos deliberativos, consultivos, fiscais ou assemelhados, desde que respeitadas as exigências estabelecidas no artigo 23.

Parágrafo único. No caso de acumulação de funções, a remuneração corresponderá apenas a uma delas, cabendo opção.

Art. 32. Nas entidades abertas, sem fins lucrativos, as despesas administrativas não poderão exceder os limites fixados, anualmente, pelo órgão normativo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

Art. 33. Mediante prévia e expressa autorização do órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados, em cada caso, as entidades abertas, sem fins lucrativos, poderão adicionar, às contribuições de seus planos de benefícios, percentual específico a obras filantrópicas.

Parágrafo único. A aplicação do percentual de que trata este artigo fica sujeita, sob pena de cancelamento da respectiva autorização de recebimento, a prestação anual de contas ao Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

### CAPÍTULO III

#### Das Entidades Fechadas

##### Seção I

##### Normas Gerais

Art. 34. As entidades fechadas consideram-se complementares do sistema oficial de previdência e assistência social, enquadrando-se suas atividades na área de competência do Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 1º As patrocinadoras supervisionarão as atividades das entidades referidas neste artigo, orientando-se a fiscalização do poder público no sentido de proporcionar garantia aos compromissos assumidos para com os participantes dos planos de benefícios.

§ 2º No caso de várias patrocinadoras, será exigida a celebração de convênio de adesão entre estas e a entidade de previdência, no qual se estabeleçam, pormenorizadamente, as condições de solidariedade das partes, inclusive quanto ao fluxo de novas entradas anuais de patrocinadoras.

>>>> (Complementado pelo item 30 da Resolução MPAS/CPC nº 1, de 9/10/78)

Art. 35. Para os fins deste capítulo, compete ao Ministério da Previdência e Assistência Social:

I - Através de órgão normativo a ser expressamente designado:

a) fixar as diretrizes e normas da política complementar de previdência a ser seguida pelas entidades referidas no artigo anterior, em face da orientação da política de previdência e assistência social do Governo Federal;

b) regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas a este capítulo, bem como a aplicação das penalidades cabíveis;

- c) estipular as condições técnicas sobre custeio, investimentos e outras relações patrimoniais;
- d) estabelecer as características gerais para planos de benefícios, na conformidade do disposto na alínea "a", supra;
- e) estabelecer as normas gerais de contabilidade, atuária e estatística a serem observadas;
- f) conhecer dos recursos de decisões dos órgãos executivos da política traçada na forma da alínea "a" deste inciso.

II - Através de órgão executivo a ser expressamente designado:

- a) processar os pedidos de autorização para constituição, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento, transferência de controle e reforma dos Estatutos das entidades fechadas, opinar sobre os mesmos e encaminhá-los ao Ministro da Previdência e Assistência Social;
- b) baixar instruções e expedir circulares para implementação das normas estabelecidas, conforme o inciso I deste artigo;
- c) fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade, atuária e estatística fixadas na forma do inciso I, alínea "e" deste artigo;
- d) fiscalizar as atividades das entidades fechadas, inclusive quanto ao exato cumprimento da legislação e normas em vigor e aplicar as penalidades cabíveis;
- e) proceder à liquidação das entidades fechadas, que tiverem cassada a autorização de funcionamento, ou das que deixarem de ter condições para funcionar.

§ 1º No caso de entidades fechadas patrocinadas por empresas ou outras instituições da administração federal, a estas caberão as atribuições de fiscalização e controle previstos nas alíneas c e d, do inciso II deste artigo.

§ 2º A atuação das empresas ou outras instituições federais, referidas no parágrafo anterior, exercer-se-á em estreita articulação com órgão executivo mencionado no inciso II deste artigo, o qual poderá realizar complementarmente a fiscalização antes mencionada, a pedido dos instituidores ou patrocinadores, ou, excepcionalmente, de ofício, na omissão destas, bem como lhes proporcionará, quando solicitado, a necessária assistência técnica.

## Seção II

### Da Legislação Aplicável

Art. 36. As entidades fechadas serão reguladas pela legislação geral e pela legislação de previdência e assistência social, no que lhes for aplicável, e, em especial, pelas disposições da presente Lei.

## Seção III

### Da Autorização para Funcionamento

Art. 37. A autorização para funcionamento das entidades fechadas será concedida mediante portaria do Ministro da Previdência e Assistência Social, a requerimento, conjunto, dos representantes legais da entidade interessada e de sua patrocinadora ou patrocinadoras.

Art. 38. As alterações dos estatutos das entidades fechadas dependerão de prévia autorização do Ministro da Previdência e Assistência Social.

## Seção IV

### Das Operações

Art. 39. As entidades fechadas terão como finalidade básica a execução e operação de planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo normas gerais e técnicas aprovadas pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 1º Independentemente de autorização específica, as entidades fechadas poderão incumbir-se da prestação de serviços assistenciais, desde que as operações sejam custeadas pelas respectivas patrocinadoras e contabilizadas em separado.

§ 2º Excetuadas as que tenham como patrocinadoras empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações vinculadas à Administração Pública, poderão as entidades fechadas executar programas assistenciais de natureza social e financeira, destinados exclusivamente aos participantes das entidades, nas condições e limites estabelecidos pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 3º As entidades fechadas são consideradas instituições de assistência social, para os efeitos da letra "c" do item III do artigo 19 da Constituição.

>>>> (Revogado pelo art. 6º, § 3º do Decreto-lei nº 2.065, de 26/10/83)

§ 4º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, as entidades fechadas poderão remunerar seus diretores e membros de conselhos deliberativos, consultivos, fiscais ou assemelhados, desde que respeitadas as exigências estabelecidas no artigo 23 e no parágrafo único do artigo 31.

Art. 40. Para garantia de todas as suas obrigações, as entidades fechadas constituirão reservas técnicas, fundos especiais e provisões em conformidade com os critérios fixados pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social, além das reservas e fundos determinados em leis especiais.

§ 1º As aplicações decorrentes do disposto neste artigo serão feitas conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer diretrizes diferenciadas para uma determinada entidade, ou grupo de entidades, levando em conta a existência de condições peculiares relativamente a suas patrocinadoras.

Art. 41. As entidades fechadas obedecerão às instruções do Órgão Executivo do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre as operações relacionadas com os planos de benefícios, bem como fornecerão dados e informações atinentes a quaisquer aspectos de suas atividades.

Parágrafo único. Os servidores credenciados do Ministério da Previdência e Assistência Social terão livre acesso às entidades fechadas, delas podendo requisitar e apreender livros, notas técnicas e documentos, caracterizando-se como embaraço à fiscalização, sujeito às penas previstas nesta Lei, qualquer dificuldade oposta à consecução desse objetivo.

## Seção V

### Das Disposições Especiais

Art. 42. Deverão constar dos regulamentos dos planos de benefícios, das propostas de inscrição e dos certificados dos participantes das entidades fechadas, dispositivos que indiquem:

I - condições de admissão dos participantes de cada plano de benefício;

II - período de carência, quando exigido, para concessão de benefício;

III - normas de cálculo dos benefícios;

IV - sistema de revisão dos valores das contribuições e dos benefícios;

V - existência ou não, nos planos de benefícios de valor de resgate das contribuições salgadas dos participantes e, em caso afirmativo, a norma de cálculo quando estes se retirem dos planos, depois de cumpridas condições previamente fixadas e antes da aquisição do direito pleno aos benefícios;

VI - especificação de qualquer parcela destinada a fim diverso da garantia estabelecida pelo pagamento da contribuição;

VII - condição de perda da qualidade de participante dos planos de benefícios;

VIII - informações que, a critério do órgão normativo, visem ao esclarecimento dos participantes dos planos.

§ 1º Para efeito de revisão dos valores dos benefícios, deverão as entidades observar as condições que forem estipuladas pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social, baseadas nos índices de variação do valor nominal atualizado das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

§ 2º Admitir-se-á cláusula de correção dos benefícios diversa da de ORTN, baseada em variação coletiva de salários, nas condições estabelecidas pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 3º Faculta-se às patrocinadoras das entidades fechadas a assunção da responsabilidade de encargos adicionais, referentes a benefícios concedidos, resultantes de ajustamentos em bases superiores às previstas nos parágrafos anteriores, mediante o aumento do patrimônio líquido, resultante de doação, subvenção ou realização do capital necessário à cobertura da reserva correspondente, nas condições estabelecidas pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social.

>>>> (Alterado pelo art. 2º da Lei nº 8.020, de 12/04/90)

§ 4º Os administradores das patrocinadoras que não efetivarem regularmente as contribuições a que estiverem obrigadas, na forma dos regulamentos dos planos de benefícios, serão solidariamente responsáveis com os administradores das entidades fechadas, no caso de liquidação extrajudicial destas, a eles se aplicando, no que couber, as disposições do Capítulo IV desta Lei.

§ 5º Não será admitida a concessão de benefício sob a forma de renda vitalícia que, adicionada à aposentadoria concedida pela previdência social, exceda a média das remunerações sobre as quais incidirem as contribuições nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da concessão, ressalvadas as hipóteses dos parágrafos 6º e 7º seguinte.

>>>> (Complementado pelo item 1 da Resolução MPAS/CPC nº 02, de 07/04/88)

§ 6º (Vetado)

>>>> (§§ 5º e 6º, alterados pelo art. 1º da Lei nº 6.462, de 9/11/77)

§ 7º No caso de perda parcial da remuneração recebida, será facultado ao participante manter o valor de sua contribuição, para assegurar a percepção dos benefícios dos níveis correspondentes àquela remuneração.

§ 8º Os pecúlios instituídos pelas entidades fechadas não poderão exceder ao equivalente a 40 (quarenta) vezes o teto do salário de contribuição para a previdência social, para cobertura da mesma pessoa, ressalvada a hipótese de morte por acidente do trabalho, em que o valor do pecúlio terá por limite a diferença entre o dobro desse valor máximo e o valor do pecúlio instituído pela Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976.

§ 9º A todo participante será obrigatoriamente entregue, quando de sua inscrição, cópia do estatuto e do plano de benefícios, além de material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, suas características.

>>>> (§§ 10 e 11, acrescentados pelo art. 2º da Lei nº 6.462, de 9/11/77)

Art. 43. Todos os planos de benefícios deverão ser avaliados atuarialmente, em cada balanço, por entidades ou profissionais legalmente habilitados.

Parágrafo único. A responsabilidade profissional do atuário, verificada pela inadequação dos planos estabelecidos, quer no que se refere às contribuições, quer no que diz respeito ao valor das reservas, será apurada pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, por solicitação dos interessados, independentemente da ação judicial cabível.

>>>> (Complementado pelo art. 1º da Resolução CGPC nº 11, de 30/11/95)

Art. 44. Nas avaliações de que trata o artigo anterior, deverão ser observadas as condições fixadas pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social a respeito de:

I - regimes financeiros;

II - tábuas biométricas;

III - taxa de juro.

Art. 45. Admitir-se-á, no caso das reservas técnicas relativas a benefícios a conceder sob a forma de renda, que os fundos de garantia sejam mantidos em níveis não inferiores a 70%

(setenta por cento) das correspondentes necessidades, se as patrocinadoras das entidades assumirem o compromisso de manter, em seus respectivos patrimônios, parcelas equivalentes às insuficiências observadas, de modo que sua cobertura possa, em qualquer época, ser realizada.

Parágrafo único. Em caso de liquidação das patrocinadoras, as entidades fechadas terão privilégio especial sobre os fundos constituídos conforme disposto neste artigo.

Art. 46. Nas entidades fechadas, o resultado do exercício, satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares no que se refere aos benefícios, será destinado: à constituição de uma reserva de contingência de benefícios até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da reserva matemática; e, havendo sobra, ao reajustamento de benefícios acima dos valores estipulados nos parágrafos 1º e 2º do artigo 42, liberando, se for o caso, parcial ou totalmente as patrocinadoras do compromisso previsto no parágrafo 3º do mesmo artigo.

Art. 47. As entidades fechadas submeterão suas contas a auditores independentes, registrados no Banco Central do Brasil, divulgando, anualmente, entre os participantes, o parecer respectivo juntamente com o Balanço Geral e demonstração de Resultado do Exercício.

Parágrafo único. A auditoria Independente poderá ser exigida também quanto aos aspectos atuariais, conforme for estabelecido pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social.

>>>> (Complementado pelo art. 4º da Resolução CGPC nº 11, de 30/11/95)

Art. 48. As entidades fechadas deverão levantar balancetes ao final de cada trimestre, e balanço geral no último dia útil do ano.

Parágrafo único. O balanço e os balancetes deverão ser enviados ao Órgão Executivo do Ministério da Previdência e Assistência Social para exame e ao Banco Central do Brasil para fins estatísticos.

Art. 49. As entidades fechadas deverão comunicar ao Órgão Executivo do Ministério da Previdência e Assistência Social os atos relativos à eleição de diretores e membros de conselhos deliberativos, consultivos, fiscais ou assemelhados, no prazo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência, observadas as diretrizes para tanto estabelecidas pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 50. Ressalvadas as empresas públicas, sociedades de economia mista e as fundações vinculadas à Administração Pública, os diretores das patrocinadoras das entidades fechadas poderão ser, simultaneamente, diretores destas, desde que os patrimônios das entidades sejam independentes.

Parágrafo único. As entidades só poderão realizar operações ativas com as respectivas patrocinadoras nas condições e limites estabelecidos pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social.

>>>> (Complementado pelo art. 1º da Resolução CGPC nº 29, de 03/12/96)

## CAPÍTULO IV

### Da Fiscalização e Intervenção

#### Seção I

##### Normas Gerais

Art. 51. Sempre que ocorrer insuficiência de cobertura, ou inadequada aplicação das reservas técnicas, fundos especiais ou provisões, ou anormalidades graves no setor administrativo de qualquer entidade de previdência privada, a critério do órgão fiscalizador, poderá este nomear, por prazo determinado, um diretor-fiscal com as atribuições e vantagens que, em cada caso, forem fixados pelo órgão normativo.

Art. 52. O descumprimento de qualquer determinação do diretor fiscal por administradores e membros de conselhos deliberativos, consultivos, fiscais ou assemelhados, ou funcionários da entidade, acarretará o afastamento do infrator, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, assegurado ao interessado o direito de recurso, sem efeito suspensivo, para o Ministro de Estado da área a que estiver vinculada a entidade.

Art. 53. Os administradores das entidades de previdência privada ficarão suspensos do exercício de suas funções desde que instaurado processo-crime por atos ou fatos relativos à respectiva gestão, perdendo imediatamente o cargo na hipótese de condenação.

Art. 54. No prazo que lhe for designado, na forma do artigo 51, o diretor-fiscal procederá à análise da organização administrativa e da situação econômico-financeira da entidade e, se concluir pela inviabilidade de sua regularização, proporá ao órgão fiscalizador a intervenção na entidade.

## Seção II

### Da Intervenção

Art. 55. Para resguardar os direitos dos participantes, poderá ser decretada a intervenção na entidade de previdência privada, desde que se verifique, a critério do órgão fiscalizador:

I - atraso no pagamento de obrigação líquida e certa;

II - prática de atos que possam conduzi-la à insolvência;

III - estar a entidade sendo administrada de modo a causar prejuízo aos participantes;

IV - estar a entidade em difícil situação econômico-financeira;

V - aplicação de recursos em desacordo com as normas e determinações do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. A intervenção terá como objetivo principal a recuperação da entidade.

Art. 56. A intervenção será decretada "ex officio", ou por solicitação dos administradores da própria entidade, mediante portaria do Ministro de Estado da área a que estiver vinculada, o qual nomeará interventor com plenos poderes de administração e gestão.

§ 1º Dependerão de prévia e expressa autorização do órgão fiscalizador os atos do interventor que impliquem oneração ou disposição do patrimônio

§ 2º Os administradores da entidade prestarão ao interventor todas as informações por ele solicitadas, entregando-lhe os livros e documentos requisitados.

Art. 57. A intervenção será decretada pelo prazo necessário ao exame da situação econômico-financeira da entidade e adoção das medidas destinadas à sua recuperação, prorrogável a critério do Ministro de Estado.

Art. 58. A intervenção produzirá, desde a data da publicação do ato de sua decretação, os seguintes efeitos:

I - suspensão da exigibilidade das obrigações vencidas;

II - suspensão da fluência do prazo das obrigações vincendas anteriormente contraídas.

Parágrafo único. A intervenção não acarretará a interrupção da concessão de benefícios, ou dos pagamentos devidos pela entidade aos participantes dos planos de benefícios, podendo, no entanto, o interventor, tendo em vista as dificuldades financeiras da entidade, determinar a redução dos pagamentos devidos, durante o tempo que for necessário à recuperação da entidade ficando, entretanto, a parte não paga como passivo pendente, a ser liquidado após o período de intervenção, em conformidade com o plano de liquidação que vier a ser estabelecido.

Art. 59. Das decisões do interventor caberá recurso, em única instância, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão, para o Ministro de Estado da área a que estiver vinculada a entidade.

Art. 60. Terminado o prazo a que se refere o artigo 57, o interventor encaminhará ao Ministro de Estado, por intermédio do respectivo órgão fiscalizador, relatório sobre a situação da entidade, contendo plano para sua recuperação ou proposta para sua liquidação extrajudicial.

Parágrafo único. O relatório será publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no local da sede da entidade, cabendo recurso, em única instância, sem efeito suspensivo, dentro de 60 (sessenta) dias, da data da publicação para o Ministro de Estado.

Art. 61. Os participantes dos planos de previdência das entidades fechadas, bem como as patrocinadoras, não poderão se opor a qualquer plano de recuperação, proposto pelo interventor e aprovado pelo Ministro de Estado da área a que estiver vinculada a entidade,



mesmo que essa recuperação envolva a transferência de todos os direitos e obrigações para outra entidade, fechada ou aberta, com ou sem a redução dos benefícios e dos pagamentos devidos aos participantes dos planos de benefícios.

Art. 62. A intervenção cessará quando a situação da entidade estiver normalizada, de acordo com o relatório apresentado pelo interventor ao Ministro de Estado da área a que estiver vinculada, e por este aprovado, ou se for decretada a sua liquidação extrajudicial. Parágrafo único. O interventor prestará contas ao Ministro de Estado, independentemente de qualquer exigência, no momento em que deixar suas funções ou a qualquer tempo, quando solicitado, e responderá, civil e criminalmente, pelos seus atos.

### Seção III

#### Da Liquidação Extrajudicial

Art. 63. As entidades de previdência privada não poderão solicitar concordata e não estão sujeitas à falência, mas tão-somente ao regime de liquidação extrajudicial, previsto nesta Lei.

Art. 64. Reconhecida a inviabilidade de recuperação da entidade, o Ministro de Estado da área a que estiver vinculada decretará a sua liquidação extrajudicial e nomeará o liquidante. Parágrafo único. O liquidante terá amplos poderes de administração e liquidação, inclusive para representar a entidade, em juízo ou fora dele.

Art. 65. Em todos os documentos e publicações de interesse da liquidanda, será obrigatoriamente utilizada a expressão "em liquidação extrajudicial", em seguida à denominação da entidade.

Art. 66. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

I - suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação;

II - vencimento antecipado das obrigações da liquidanda;

III - não cumprimento de cláusulas que estabeleçam penas contra a entidade nos contratos vencidos em decorrência da decretação da liquidação extrajudicial;

IV - não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a liquidanda, enquanto não integralmente pago o passivo;

V - interrupção da prescrição em relação às obrigações da entidade em liquidação;

VI - suspensão de multa, juros e correção monetária em relação a quaisquer dívidas da entidade;

VII - não reajustamento de quaisquer benefícios;

VIII - inexigibilidade de penas pecuniárias por infração de leis administrativas;

IX - interrupção do pagamento à liquidanda das contribuições dos participantes e das patrocinadoras relativas aos planos de benefícios.

Art. 67. O liquidante organizará o quadro geral de credores, realizará o ativo e liquidará o passivo.

§ 1º Ficam dispensados de declarar os respectivos créditos os participantes dos planos de benefícios, estando estes sendo recebidos ou não.

§ 2º Os participantes dos planos de benefícios terão privilégio especial sobre os bens garantidores das reservas técnicas e, caso não sejam suficientes esses bens para cobertura dos direitos respectivos, privilégio geral sobre as demais partes não vinculadas do ativo.

§ 3º Os participantes que já estiverem recebendo benefícios, ou que já tiverem adquirido esse direito antes de decretada a liquidação extrajudicial, terão preferência sobre os demais participantes.

§ 4º O rateio do montante de crédito dos participantes em gozo de benefício, ou com esse direito adquirido antes de decretada a liquidação extrajudicial, será feito de acordo com as bases técnicas atuariais fixadas pelo órgão normativo a que estiver vinculada a entidade.

§ 5º O rateio do montante de crédito dos participantes, não considerados no parágrafo anterior, terá por base o critério previsto para os casos de resgate do valor saldado de contribuições.

Art. 68. Não serão considerados credores privilegiados os participantes que, após a nomeação do diretor-fiscal de que trata a Seção I deste Capítulo, ou no curso da intervenção, suspenderem o pagamento das contribuições devidas, ou se atrasarem por prazo superior a 90 (noventa) dias.

Art. 69. Mesmo no curso da liquidação será admitida a hipótese de recuperação, na forma indicada na Seção II deste Capítulo.

Art. 70. A liquidação extrajudicial cessará com a aprovação das contas finais do liquidante e baixa no registro público competente, ressalvada a hipótese prevista no artigo anterior.

Art. 71. Os administradores e membros de conselhos deliberativos, consultivos, fiscais ou assemelhados, das entidades de previdência privada sob intervenção ou em liquidação extrajudicial, ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades.

§ 1º A indisponibilidade prevista neste artigo decorre do ato que decretar a intervenção ou a liquidação extrajudicial, e atinge a todos aqueles que tenham estado no exercício das funções nos 12 (doze) meses anteriores ao mesmo ato.

§ 2º Por proposta do órgão fiscalizador, aprovada pelo Ministro de Estado a que estiver subordinado, a indisponibilidade, prevista neste artigo, poderá ser estendida aos bens de pessoas que, nos últimos 12 (doze) meses, os tenham adquirido, a qualquer título, das pessoas referidas no "caput" e no parágrafo 1º deste artigo, desde que hajam seguros elementos de convicção de que se trata de simulada transferência e com o fim de evitar os efeitos desta Lei.

§ 3º Não se incluem nas disposições deste artigo os bens considerados inalienáveis ou impenhoráveis pela legislação em vigor.

§ 4º Não são igualmente atingidos pela indisponibilidade os bens objeto de contrato de alienação, de promessa de compra e venda, de cessão de direitos, desde que os respectivos instrumentos tenham sido levados ao competente registro público, até 12 (doze) meses antes da data da decretação da intervenção, ou liquidação extrajudicial.

Art. 72. Os abrangidos pela indisponibilidade de bens, de que trata o artigo anterior, não poderão ausentar-se do foro da intervenção ou da liquidação extrajudicial, sem prévia e expressa autorização do órgão fiscalizador.

Art. 73. Decretada a intervenção ou a liquidação extrajudicial, o interventor ou o liquidante comunicará ao registro público competente e às Bolsas de Valores a indisponibilidade de bens imposta no artigo 71, bem como publicará edital para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único. Recebida a comunicação, a autoridade competente ficará, relativamente a esses bens, impedida de:

- a) fazer transcrições, inscrições ou averbações de documentos públicos ou particulares;
- b) arquivar atos ou contratos que importem em transferência de cotas sociais, ações ou partes beneficiárias;
- c) realizar ou registrar operações e títulos de qualquer natureza;
- d) processar a transferência de propriedade de veículos automotores.

Art. 74. Aplicam-se à liquidação das entidades de previdência privada, bem como à intervenção, no que couber e não colidir com os preceitos desta Lei, os dispositivos processuais da legislação sobre a intervenção e liquidação extrajudicial das instituições financeiras, cabendo ao órgão fiscalizador competente as funções atribuídas ao Banco Central do Brasil.

#### Seção IV

#### Do Regime Repressivo

Art. 75. As infrações aos dispositivos desta Lei sujeitam as entidades de previdência privada ou seus administradores, membros de conselhos deliberativos, consultivos, fiscais ou assemelhados, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

I - advertência;

II - multa pecuniária;

III - suspensão do exercício do cargo;

IV - inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargo de direção de entidades de previdência privada, sociedades seguradoras e instituições financeiras.

Art. 76. Os diretores, administradores, membros de conselhos deliberativos, consultivos, fiscais ou assemelhados, das entidades de previdência privada, responderão solidariamente com a mesma pelos prejuízos causados a terceiros, inclusive aos seus acionistas, em consequência do descumprimento de leis, normas e instruções referentes às operações previstas nesta Lei e, em especial, pela falta de constituição das reservas obrigatórias.

Art. 77. Constitui crime contra a economia popular, punível de acordo com a legislação respectiva, a ação ou omissão dolosa, pessoal ou coletiva, de que decorra a insuficiência das reservas ou de sua cobertura, vinculadas à garantia das obrigações das entidades de previdência privada.

Art. 78. As multas serão fixadas e aplicadas pelo órgão fiscalizador, em função da gravidade da infração cometida até o limite do valor nominal atualizado de 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

§ 1º Das decisões do órgão fiscalizador caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, com efeito suspensivo, para o respectivo órgão normativo.

§ 2º As multas constituirão, integralmente, Receita da União, vedada qualquer forma de participação em seus valores.

Art. 79. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, cabendo aos órgãos normativos dispor sobre as respectivas instaurações, recursos e seus efeitos, instâncias, prazos, perempção e outros atos processuais.

>>>> (Artigos 75 a 79, complementados pela Resolução CGPC nº 12, de 16/05/96)

## CAPÍTULO V

### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 80. Qualquer pessoa que atue como entidade de previdência privada, sem estar devidamente autorizada, fica sujeita a multa, nos termos do artigo 78 desta Lei, e à pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos. Se se tratar de pessoa jurídica, seus diretores e administradores incorrerão na mesma pena.

§ 1º A pena de detenção, a que se refere este artigo, será aplicada nos casos de reincidência ou quando, recebida notificação do órgão fiscalizador, os responsáveis não cessarem imediatamente suas atividades.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o órgão fiscalizador comunicará a ocorrência à autoridade policial, para interdição do local, e ao Ministério Público, para as medidas de sua competência, dando publicidade a essas providências, para conhecimento de terceiros interessados.

Art. 81. As entidades que, na data de início da vigência desta Lei, estiverem atuando como entidades de previdência privada, terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da expedição das normas pelo Órgão Executivo do Sistema, para requererem as autorizações exigidas, apresentando planos de adaptação às disposições desta Lei.

§ 1º Requerida a autorização exigida e, apresentado, em tempo hábil, o plano de adaptação, o Órgão Executivo do Sistema deliberará sobre sua viabilidade, fará as exigências a serem observadas e fixará prazo não superior a 3 (três) anos para adequação

das aplicações garantidoras de suas obrigações, admitida a prorrogação a juízo do órgão normativo.

§ 2º Ao fixar os prazos de adaptação das entidades de previdência privada, em funcionamento na data do início da vigência da presente Lei, o órgão executivo do Sistema levará em conta as condições peculiares de determinadas entidades, de modo a preservar a cobertura das reservas e dos compromissos anteriormente assumidos.

§ 3º Findo o prazo a que se refere este artigo, sem a apresentação do requerimento, ou se negada a autorização requerida ou a aprovação do respectivo plano de adaptação, nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, as entidades entrarão em liquidação ordinária, sob pena de se lhes aplicar as disposições do artigo 80 desta Lei, ressalvado o disposto no artigo seguinte, e respeitado o que dispõe o inciso VI do artigo 8º.

Art. 82. A liquidação ordinária a que se refere o parágrafo 3º do artigo anterior não se aplica às entidades existentes na data de vigência do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, "ex vi" do parágrafo 1º do seu artigo 143, e às autorizadas a funcionar por portaria Ministerial, na forma do mesmo Decreto-lei, as quais, na hipótese de não requererem a autorização exigida ou de não aprovação do respectivo plano de adaptação, serão aplicáveis às normas de intervenção e liquidação extrajudicial previstas no Capítulo IV desta Lei.

Art. 83. O Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC continuará a reger-se por legislação própria.

Art. 84. As entidades abertas de previdência privada com fins lucrativos, quando tiverem suas reservas tecnicamente constituídas e cobertas, no ativo, com depósitos ou investimentos, satisfazendo as condições adequadas de segurança, rentabilidade e liquidez, poderão, a juízo do Órgão Executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados, ouvido o Instituto de Resseguros do Brasil, receber retrocessões de resseguros deste último.

Art. 85. Independentemente de autorização específica, as entidades abertas, sem fins lucrativos, que, na data desta Lei, prestem a seus associados serviços de assistência social, médica e financeira, poderão continuar a fazê-lo, observadas as disposições dos artigos 23 e 33.

Art. 86. Compete exclusivamente ao Ministério da Previdência e Assistência Social velar pelas fundações que se enquadrem no conceito de entidade fechada de previdência privada, como definido nos artigos 1º e 4º desta Lei, derogado, a partir de sua vigência, no que com esta conflitar, o disposto nos artigos 26 e 30 do Código Civil e 1.200 a 1.204 do Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

Art. 87. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da sua publicação.

Art. 88. Esta Lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

>>>> (Alterado pelo art. 3º da Lei nº 6.462, de 09/11/77)

Art. 89. Revogam-se as disposições em contrário.

ERNESTO GEISEL

Angelo Calmon de Sá

L. G. do Nascimento e Silva

## **Legislação da Previdência Complementar**

### **Portaria**

**Portaria MPAS Nº 4.858, de 26 de novembro de 1998 (\*)**

**O Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social**, no uso de suas atribuições, "ad Referendum", do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, previstas no inciso II, do art. 3º, combinado com as alíneas "a" e "e" do inciso I, do art. 35 da Lei n.º 6.435, de 15.07.77; e

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das normas gerais de contabilidade, que regulam os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Privada – EFPP; CONSIDERANDO as sugestões dos contabilistas e demais profissionais integrantes do sistema de previdência complementar privada;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a transparência da gestão das EFPP; e

CONSIDERANDO a contínua necessidade de obtenção de informações, com segurança e precisão, resolve:

Art. 1º Aprovar os anexos a esta Portaria, abaixo relacionados:

**I ANEXO A** - Planificação Contábil Padrão;

**II ANEXO B** - Função e Funcionamento das Contas;

**III ANEXO C** - Modelos e Instruções de Preenchimento das Demonstrações Contábeis;

**IV ANEXO D** - Modelo e Instruções de Preenchimento do Plano de Custeio Administrativo; e

**V ANEXO E** - Normas de Procedimentos Contábeis.

Art. 2º Revogar a Portaria MTPS n.º 3.671, de 23/10/90; Portaria MTPS n.º 3.254, de 24/05/91; Portaria SPC n.º 146, de 23/11/95, retificada em 28/03/96 e 10/07/96; Portaria SPC n.º 168, de 30/01/96; Portaria SPC n.º 176, de 26/03/96, republicada em 28/03/96 e retificada em 10/07/96 e 23/01/97; Portaria SPC n.º 252, de 20/11/96, Resolução MPAS/CPC/nº 04, de 11/12/80 e demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1999.

**WALDECK ORNELAS**

**(\*) republicada em 17/02/99, no D.O.U nº 31, Seção I, páginas 36 a 59, por ter saído com incorreção, do original, no D.O.U nº 233, de 04/12/98, Seção I, pags. 78 a 102 e Retificada em 17/12/99, no DOU, nº 241-E, Seção 1, Página 23.**

**ANEXO C**

Apresentamos a seguir, o modelo dos Demonstrativos Contábeis, os quais deverão ser elaborados pelas EFPPs, e serão objeto de divulgação e também de envio a Secretaria da Previdência Complementar:

1. Balanço Patrimonial

				R\$ Mil	
A T I V O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	P A S S I V O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<u>DISPONÍVEL</u>	=====	=====	<u>OPERACIONAL</u>	=====	=====
			Programa Previdencial		
<u>REALIZÁVEL</u>	=====	=====	Programa Assistencial		
Programa Previdencial			Programa Administrativo		
Programa Assistencial			Programa de Investimentos		
Programa Administrativo			<u>CONTINGENCIAL</u>	=====	=====
Programa de Investimentos			Programa Previdencial		
Renda Fixa			Programa Assistencial		
Renda Variável			Programa Administrativo		
Investimentos Imobiliários			Programa de Investimentos		
Operações com Participantes			<u>RESERVAS TÉCNICAS</u>	=====	=====
Operações de Empréstimos a					
Patrocinadora(s)			<u>RESERVAS MATEMÁTICAS</u>	=====	=====
Outros Investimentos					
<u>PERMANENTE</u>	=====	=====	Benefícios Concedidos		
Imobilizado			Benefícios a Conceder		
Diferido			Reservas a Amortizar (-)	( )	( )
			<u>RESULTADO ACUMULADO</u>	=====	=====
			<u>SUPERÁVIT TÉCNICO</u>	=====	=====
			Reserva de Contingência		
			Reserva p/ajustes do Plano		
			Fundo de Oscil. Riscos Dec		
			606/92		
			<u>DÉFICIT TÉCNICO (-)</u>	( )	( )
			<u>FUNDOS</u>	=====	=====
			Programa Previdencial		
			Programa Assistencial		
			Programa Administrativo		
			Programa de Investimentos		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		

PERIODICIDADE:

Anual

PRAZO PARA REMESSA À SPC:

Até o dia 10 de março do ano subsequente

ÂMBITO DE DIVULGAÇÃO:

- Secretaria da Previdência Complementar
- Participantes



UNIDADE MONETÁRIA:  
R\$ mil

CONTAS		EXERCÍCIO ATUAL	R\$ Mil EXERCÍCIO ANTERIOR
2.3.1.1.00.00	<u>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</u>		
2.3.1.1.01.00	BENEFÍCIOS DO PLANO		
2.3.1.1.02.00	(-) CONTRIBUIÇÃO DA PATROCINADORA SOBRE BENEFÍCIOS		
2.3.1.1.03.00	(-) OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DA GERAÇÃO ATUAL		
2.3.1.1.04.00	(-) OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DAS GERAÇÕES FUTURAS		
2.3.1.2.00.00	<u>BENEFÍCIOS A CONCEDER</u>		
2.3.1.2.01.00	BENEFÍCIOS DO PLANO COM A GERAÇÃO ATUAL		
2.3.1.2.02.00	(-) CONTRIB. DA PATROC. S/ BENEF. DA GERAÇÃO ATUAL		
2.3.1.2.03.00	(-) OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DA GERAÇÃO ATUAL		
2.3.1.2.04.00	BENEFÍCIO DO PLANO COM AS GERAÇÕES FUTURAS		
2.3.1.2.05.00	(-) CONTRIB. DA PATROC. S/ BENEF. DA GERAÇÃO FUTURA		
2.3.1.2.06.00	(-) OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DAS GERAÇÕES FUTURAS		
2.3.1.3.00.00	<u>(-) RESERVAS A AMORTIZAR</u>		
2.3.1.3.01.00	(-) PELAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS VIGENTES		
2.3.1.3.02.00	POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS VIGENTES		

OBS.: Este Demonstrativo deverá constar das Notas Explicativas, conforme determina letra "i", do subitem 22, do item III, do Anexo E, desta Portaria

3.Demonstração de Resultados do Exercício

		R\$ Mil	
DISCRIMINAÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<u>PROGRAMA PREVIDENCIAL</u>		=====	=====
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	RECURSOS ORIUNDOS/TRANSFERIDOS PARA PROG. ASSISTENCIAL		
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO		
(+)	RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+/-)	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS		
(=)	SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS MATEMÁTICAS		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS		
(-/+)	OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS		
(-/+)	ATUALIZAÇÃO/REVERSÃO DOS RESULT. DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
(=)	RESULTADO DO EXERCÍCIO		
(-/+)	SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO		
<u>PROGRAMA ASSISTENCIAL</u>		=====	=====
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	RECURSOS ORIUNDOS/TRANSFERIDOS PARA PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO		
(+)	RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+/-)	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS ASSISTENCIAIS		
(=)	SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS		
(-/+)	OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS		
<u>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</u>		=====	=====
(+)	RECURSOS ORIUNDOS DE OUTROS PROGRAMAS		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(-)	RECURSOS TRANSFERIDOS PARA OUTROS PROGRAMAS		
(+/-)	RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS ADMINISTRATIVOS		
(=)	SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS		
(-/+)	OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS		
<u>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</u>		=====	=====
(+/-)	RENDA FIXA		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	RENDA VARIÁVEL		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		
(+)	RECEITAS		

(-)	DESPEASAS		
(+/-)	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPEASAS		
(+/-)	OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS COM PATROCINADORA (S)		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPEASAS		
(+/-)	OUTROS INVESTIMENTOS		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPEASAS		
(+/-)	RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPEASAS		
(+/-)	OUTRAS		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPEASAS		
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO		
(+/-)	RESULTADOS RECEBIDOS/TRANSFERIDOS PARA OUTROS PROGRAMAS		
(=)	SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS		
(-/+)	OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS		

**PERIODICIDADE:**

Anual

**PRAZO PARA REMESSA À SPC:**

Até o dia 10 de março do ano subsequente.

**ÂMBITO DE DIVULGAÇÃO:**

- Secretaria da Previdência Complementar
- Participantes e Patrocinadora (s)

**UNIDADE MONETÁRIA:**

R\$ Mil

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS**

**Nos Programas Previdencial, Investimentos e Assistencial:**

o item "Custeio Administrativo" representa o valor líquido das importâncias transferidas ao Programa Administrativo para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

**No Programa Administrativo:**

O item: "Recursos Oriundos de Outros Programas" representa a soma das transferências mencionadas acima.

O item "Recursos Transferidos para Outros Programas" representa as sobras do Programa Administrativo, não utilizadas para formação do Fundo desse Programa, devolvidas ao Programa de origem (Previdencial ou Assistencial).

**Nos Programas Previdencial, Assistencial e Administrativo:**

O item "Resultado dos Investimentos", representa o valor líquido das importâncias transferidas do Programa de Investimentos aos demais Programas a título de remuneração dos respectivos investimentos.

**No Programa de Investimentos:**

O item "Resultados Transferidos para Outros Programas" representa a soma das transferências mencionadas acima.

4. Demonstrativo do Fluxo Financeiro

		R\$ Mil	
DISCRIMINAÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+/-)	PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+)	ENTRADAS		
(-)	SAÍDAS		
(+/-)	PROGRAMA ASSISTENCIAL		
(+)	ENTRADAS		
(-)	SAÍDAS		
(+/-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+)	ENTRADAS		
(-)	SAÍDAS		
(+/-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-)	RENTA FIXA		
(+/-)	RENTA VARIÁVEL		
(+/-)	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		
(+/-)	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		
(+/-)	OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS COM PATROCINADORA (S)		
(+/-)	OUTROS INVESTIMENTOS		
(+/-)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		
(+/-)	RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL		
(+/-)	CONTINGÊNCIAS		
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES		
(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		

PERIODICIDADE:

Anual

PRAZO PARA REMESSA À SPC:

Até o dia 10 de março do ano subsequente.

ÂMBITO DE DIVULGAÇÃO:

- Secretaria da Previdência Complementar
- Participantes
- Patrocinadora (s)

UNIDADE MONETÁRIA:

R\$ Mil

5. Balancetes Mensais

É a própria Planificação Contábil Padrão.

Deverá ser elaborado com base nos saldos contábeis existentes no final de cada mês, identificado-se a movimentação mensal, sempre comparativo com o mês anterior. O modelo deste demonstrativo consta do sistema informatizado de captação de dados, enviado a todas as EFPPs, .

PERIODICIDADE:

Mensal

PRAZO PARA REMESSA À SPC:  
Até o 20º dia útil do mês subsequente.  
UNIDADE MONETÁRIA:  
R\$ (inclusive centavos)

## ANEXO E

### NORMAS DE PROCEDIMENTO CONTÁBIL

#### I. OBJETIVO

As presentes Normas de Procedimentos Contábeis foram criadas com o objetivo de propiciar aos profissionais de contabilidade e aos demais usuários da Planificação Contábil Padrão das Entidades Fechadas de Previdência Privada - EFPP - as condições necessárias ao perfeito entendimento e à eficaz aplicação do Plano de Contas, bem como conferir a veiculação das demonstrações contábeis, o grau de precisão, transparência e confiabilidade tão necessários ao dia-a-dia do processo decisório das entidades, favorecendo a visualização da real situação patrimonial e possibilitando a elaboração de análises objetivas e controle permanente do seu desempenho.

#### II. CARACTERÍSTICAS

O desenvolvimento das presentes Normas de Procedimentos Contábeis, caracterizou-se pela obediência à legislação específica do sistema da previdência complementar.

As normas encontram-se em consonância com as demais orientações do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC sem distanciarem-se dos postulados e dos princípios fundamentais da contabilidade.

As prescrições nela incursas, a exemplo do que preceitua a Planificação Contábil Padrão, objetivam atender aos aspectos patrimoniais, segregando os diversos recursos existentes de forma distinta e consistente, visando demonstrar com clareza a apuração dos resultados, além de controlar a migração dos recursos entre os diferentes Programas.

Os procedimentos estabelecidos nesta Portaria têm caráter de universalidade, abrangendo todas as entidades de forma geral, respeitadas, no que couber, as peculiaridades e situações excepcionais das EFPP abrangidas pelo disposto na Seção III, Capítulo IV, da Lei 6.435, de 15/07/77 e pela Lei nº 8.020, de 12/04/90 e Decreto nº 606, de 20/07/92.

#### III. NORMAS GERAIS

01. A contabilidade das EFPP será segregada em 04 (quatro) programas, formando um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objeto na caracterização de atividades destinadas à realização de funções predeterminadas. Os programas são: Previdencial; Assistencial, Administrativo e de Investimentos, sendo os dois primeiros programas-fim e os demais programas-meio. As definições abaixo caracterizam as suas atuações:

1.1. Programa Previdencial - É o programa básico da Entidade e de existência obrigatória, pois refere-se à complementação de aposentadorias e/ou outros benefícios assemelhados aos da previdência oficial;

1.2. Programa Assistencial - Destinado à contabilização dos fatos relativos aos planos de benefícios assistenciais da Entidade. Por força da legislação vigente, os planos de benefícios assistenciais à saúde, custeados exclusivamente pela(s) Patrocinadora(s), poderão ser implantados sem autorização da SPC (§ 1º do Art. 39 da Lei nº 6.435/77). Em se tratando de plano de benefício de assistência à saúde, cujo custeio não seja exclusivo da(s) Patrocinadora(s), o mesmo deverá ser submetido à prévia autorização da SPC.

Os programas de assistência social (creches, bolsas de estudo, etc.) e financeira (empréstimos subsidiados e etc.) somente poderão existir nas EFPP patrocinadas por empresas privadas nacionais ou estrangeiras (§ 2º do Art. 39 da Lei nº 6.435/77);

1.3. Programa Administrativo - Funciona como "prestador de serviços" para os demais programas da Entidade. Tem como atribuição a manutenção das atividades necessárias ao funcionamento de uma EFPP e pela aquisição, controle, manutenção e baixa dos bens pertencentes ao Ativo Permanente, mantendo em contrapartida, no Passivo, Fundo Administrativo; e

1.4. Programa de Investimentos - Destinado ao gerenciamento da aplicação dos recursos existentes na Entidade.

02. As "Transferências Interprogramas" nas contas de resultado, formam um intercâmbio, por meio de transferências de recursos, cobranças e repasses entre as diferentes naturezas de gastos dos referidos programas. Sua utilização não pode ser aleatória, devendo a Entidade observar os seguintes critérios:

#### 2.1. PROGRAMA PREVIDENCIAL

Creditado - Pela transferência de recursos oriundos dos demais programas, não existindo proibição de qualquer espécie.

Debitado - Pela transferência de recursos para:

- a) Programa Administrativo - relativamente à sobrecarga administrativa e/ou ao valor reembolsado pela(s) Patrocinadora(s), das despesas administrativas incorridas, com custos parciais ou integrais de responsabilidades desta(s) patrocinadora(s);
- b) Programa Assistencial - somente quando atendidos os requisitos determinados pela Resolução CGPC n.º 10, de 22/09/95, e devidamente aprovado pela SPC; e
- c) Programa de Investimentos - para efetuar a cobertura do resultado negativo dos investimentos.

#### 2.2. PROGRAMA ASSISTENCIAL

Creditado - Pela transferência de recursos oriundos do:

- a) Programa Previdencial - quando do recebimento de valor correspondente à utilização de Superávit Técnico de exercícios anteriores, em conformidade com as determinações da Resolução CGPC n.º 10, de 22/09/95.
- b) Programa Administrativo - quando da transferência de recursos oriundos da reversão do Fundo Administrativo do Programa Assistencial; e
- c) Programa de Investimentos - referente ao resultado positivo das aplicações quando existir Fundo Assistencial disponível.

Debitado - Pela transferência de recursos para o:

- a) Programa Previdencial - na existência de sobra de recursos;
- b) Programa Administrativo - quando do pagamento do custeio administrativo previsto em avaliação atuarial do Plano Assistencial ou do rateio das despesas administrativas incorridas; e
- c) Programa de Investimentos - para efetuar cobertura do resultado negativo dos Investimentos, desde que exista fundo constituído.

#### 2.3. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Creditado - Pela transferência de recursos oriundos do:

- a) Programa Previdencial - relativamente à sobrecarga administrativa ou ao reembolso das despesas administrativas incorridas, com custos parciais ou integrais de responsabilidade da(s) patrocinadora(s);
- b) Programa Assistencial - relativo ao custeio administrativo ou ao rateio das despesas administrativas incorridas; e
- c) Programa de Investimentos - pela transferência de resultado positivo das aplicações, quando da existência do Fundo Administrativo disponível e também pela transferência de recursos relativa ao custeio administrativo do Programa de Investimentos.

Debitado - Pela transferência de recursos para:

- a) Programa Previdencial - nas sobras de recursos (facultativo) e nas reversões do Fundo Administrativo Previdencial;
- b) Programa Assistencial - quando da transferência de recursos oriundos da reversão do Fundo Administrativo Assistencial; e
- c) Programa de Investimentos - na cobertura de resultado negativo dos investimentos, desde que exista o Fundo Administrativo disponível;

#### 2.4. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Creditado - Pela transferência de recursos oriundos dos diversos programas, para cobertura de eventual resultado negativo, auferido nos investimentos.

Debitado - Pela transferência de recursos para:

- a) Programa Administrativo - Pela transferência de recursos relativos ao custeio administrativo do Programa de Investimentos e também pela transferência dos resultados positivos líquidos dos investimentos do mês, no caso de existência de Fundo Administrativo disponível; e
- b) os demais Programas - quando da transferência dos resultados positivos líquidos dos investimentos do mês.

03. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro ou na data da abertura oficial da entidade e encerrado em 31 de dezembro.



04. A Entidade deverá adotar métodos e critérios uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes deverão ser evidenciadas em notas explicativas, quantificando os efeitos nas demonstrações contábeis.

05. Todos os lançamentos contábeis registrar-se-ão com base em documentos hábeis e idôneos, segundo o regime de competência, significa que na determinação do resultado serão computadas as receitas e rendimentos auferidos no mês, independentemente de sua efetiva realização. O mesmo suceder-se-á em relação aos custos, despesas, perdas e encargos pagos ou incorridos no mês correspondente, com exceção das receitas com dividendos, decorrentes de investimentos no Mercado de Ações, que serão escrituradas pelo regime de caixa.

06. A contabilização deverá ser centralizada na sede, utilizando-se os livros Diário, Razão e outros livros auxiliares, com observância das disposições previstas em leis, regulamentos, resoluções do CGPC e portarias da SPC. Caso a escrituração seja realizada em outro local - por conveniência da utilização de serviços mecanizados ou eletrônicos, por questão de descentralização administrativa ou outro motivo que a justifique - a Entidade deverá manter em sua sede os livros obrigatórios e auxiliares já escriturados. Quando assim exigido pela fiscalização da SPC, remeter-se-ão para a sede, ou para onde for por ela determinado, os documentos em processamento.

07. Os lançamentos contábeis deverão ser efetuados com clareza, de forma clara a identificar o fato contábil, devendo conter no seu histórico os detalhamentos necessários das características do documento que o originou, tais como o número, a data e o tipo, devendo ser evitado, ao máximo, a utilização de informações exclusivamente internas.

08. A escrituração das Entidades Multipatrocinadas, deverá ser elaborada de forma a proporcionar o levantamento de balancetes e balanços patrimoniais por plano de benefício.

09. A contabilidade das EFPP sob regime especial de administração deverá ser processada normalmente, utilizando-se a Planificação Contábil Padrão vigente, bem como suas normas de procedimentos contábeis.

10. Serão considerados como livros obrigatórios a uma EFPP, o livro Diário, que deverá estar devidamente registrado em cartório e o livro Razão. Serão obrigatórias também as fichas individuais de controle dos bens pertencentes ao Ativo Permanente e daqueles integrantes dos Investimentos Imobiliários.

11. Com relação aos livros obrigatórios, as EFPP deverão atender além das formalidades intrínsecas e extrínsecas, as seguintes exigências:

**a) LIVRO DIÁRIO:**

- todos os lançamentos deverão estar de acordo com a Planificação Contábil Padrão, na ordem cronológica de dia, mês e ano.

- a sua escrituração deverá ser mantida atualizada, não se permitindo atraso superior a 30 (trinta) dias.

- deverá ser registrado em cartório até 90 (noventa) dias contados a partir do final de cada exercício social, a que se referir.

- as Demonstrações Contábeis (Demonstrativo do Fluxo Financeiro, Demonstração de Resultados, Balanço Patrimonial e as respectivas notas explicativas), levantadas no encerramento de cada exercício, deverão ser transcritas ou anexadas, fazendo parte deste.

**b) LIVRO RAZÃO:**

- deverá conter no mínimo o saldo anterior, o movimento diário (devedor ou credor), histórico e o saldo do mês.

12. As Fichas Individuais de Controle de Bens do Ativo Permanente e dos Investimentos Imobiliários deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Valor da aquisição;

- Atualização monetária, caso haja;

- Depreciação;

- Reavaliação;

- Saldo Atualizado;

- Data da Baixa; e

- Informações adicionais relativas a quaisquer ocorrências que venham a alterar o valor do bem, como por exemplo, benfeitorias.

13. No emprego de qualquer sistema mecanizado ou eletrônico de escrituração será permitido substituir os livros obrigatórios por formulários contínuos, folhas soltas ou fichas, desde que sejam numerados sequencialmente, mecânica, eletrônica ou tipograficamente e encadernados em forma de livros, com os mesmos requisitos legais destes.

14. Será permitida a microfilmagem dos documentos das EFPP, que produzirá os mesmos efeitos legais dos respectivos originais perante a SPC.

15. Os livros obrigatórios da Entidade, ainda que microfilmados, não poderão ser destruídos, bem como os documentos contábeis, respeitando-se a legislação vigente.

16. A Entidade deverá providenciar, anualmente, o inventário físico dos bens patrimoniais, compatibilizando-se as fichas de controle com os registros contábeis, procedendo-se os ajustes necessários.

17. Os balancetes mensais deverão ser encaminhados à SPC por meio magnético ou por outro processo autorizado, até o vigésimo dia útil do mês subsequente, através do Sistema Integrado de Captação de Dados da Previdência Complementar - SIPC-CAP.

18. A movimentação nas contas de resultado e nos grupos de Reservas Técnicas e Fundos, no Passivo, ficam sujeita às seguintes regras de consistência:

18.1. Exercício Atual ( exercício em curso ):

0=(2.3.1.0.00.00) + (3.4.1.0.00.00)

0=(2.3.2.1.00.00) + (3.5.0.0.00.00)

0=(2.3.2.2.00.00) + (3.6.0.0.00.00)

0=(2.4.1.0.00.00) + (3.4.2.0.00.00)

0=(2.4.2.0.00.00) + (4.4.2.0.00.00)

0=(2.4.3.0.00.00) + (5.4.2.0.00.00)

0=(2.4.4.0.00.00) + (6.4.2.0.00.00)

0=(3.3.1.2.00.00) + (4.3.2.1.00.00)

0=(3.3.1.3.00.00) + (5.3.2.1.00.00)

0=(3.3.1.4.00.00) + (6.3.2.1.00.00)

0=(3.3.2.2.00.00) + (4.3.1.1.00.00)

0=(3.3.2.3.00.00) + (5.3.1.1.00.00)

0=(3.3.2.4.00.00) + (6.3.1.1.00.00)

0=(4.3.1.3.00.00) + (5.3.2.2.00.00)

0=(4.3.1.4.00.00) + (6.3.2.2.00.00)

0=(4.3.2.3.00.00) + (5.3.1.2.00.00)

0=(4.3.2.4.00.00) + (6.3.1.2.00.00)

0=(5.3.1.4.00.00) + (6.3.2.3.00.00)

0=(5.3.2.4.00.00) + (6.3.1.3.00.00)

0=(3.1.0.0.00.00) + (3.2.0.0.00.00) + (3.3.0.0.00.00) + (3.4.0.0.00.00) + (3.5.0.0.00.00) + (3.6.0.0.00.00) + (3.7.0.0.00.00)

0=(4.1.0.0.00.00) + (4.2.0.0.00.00) + (4.3.0.0.00.00) + (4.4.0.0.00.00) + (4.7.0.0.00.00)

0=(5.1.0.0.00.00) + (5.2.0.0.00.00) + (5.3.0.0.00.00) + (5.4.0.0.00.00) + (5.7.0.0.00.00)

0=(6.1.0.0.00.00) + (6.2.0.0.00.00) + (6.3.0.0.00.00) + (6.4.0.0.00.00) + (6.7.0.0.00.00)

18.2. Com relação às Reservas de Contingências deverá ser considerada a seguinte crítica:

a) Havendo saldo final nas contas: 2.3.2.1.01.01 - Reserva de Contingência - Exercício Anterior; 2.3.2.1.01.02 - Reserva para Ajuste do Plano - Exercício Anterior e 2.3.2.1.01.03 - Fundo de Oscilação de Riscos - Dec. 606/92 - Exercício Anterior, não poderá haver saldo final na conta: 2.3.2.1.02.00 - Déficit Técnico - Exercício Anterior.

b) Havendo saldo final nas contas: 2.3.2.2.01.01 - Reserva de Contingência - Exercício Atual; 2.3.2.2.01.02 - Reserva para Ajuste Plano - Exercício Atual; 2.3.2.2.01.03 - Fundo de Oscilação de Riscos - Dec.606/92 - Exercício Atual não poderá haver saldo final na conta 2.3.2.2.02.00 - Déficit Técnico - Exercício Atual.

19. As Demonstrações Contábeis, juntamente com os pareceres de remessa obrigatória à SPC, deverão ser encaminhadas em vias originais ou cópias autenticadas, até o dia 10 de março do exercício subsequente a que se referirem. A comprovação da remessa desta documentação, quando solicitada, deverá ser efetuada mediante apresentação do recibo de protocolo da SPC-MPAS, Aviso de Recebimento - AR ou outro meio legal.

20. As Demonstrações Contábeis e os pareceres exigidos são:

a) Balanço Patrimonial, comparativo com o exercício anterior;

b) Demonstração de Resultados, comparativa com o exercício anterior;

c) Demonstração do Fluxo Financeiro, comparativa com o exercício anterior;

d) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;

e) Parecer do Atuário;

f) Parecer dos Auditores Independentes;

g) Ata(s) da(s) reunião(ões) ou respectivo(s) extrato(s) do(s) órgão(s) deliberativo(s) competente(s) que tenha(m) aprovado as Demonstrações Contábeis; e

h) Parecer do Conselho Fiscal.

21. Os documentos citados nas letras "a" até a "d", do item anterior, deverão ser assinados e rubricados pelo no mínimo, o dirigente máximo da entidade, o superior hierárquico do contabilista (nome completo e cargo) e o Contabilista devidamente habilitado, identificado com nome completo e número de registro no CRC.

22. A apresentação das notas explicativas às demonstrações contábeis deverá contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) resumo das principais práticas contábeis, descrevendo os critérios adotados na apropriação de receitas e despesas e na avaliação dos elementos patrimoniais (descrever os itens avaliados e critérios adotados no período anterior e atual, bem como os efeitos no resultado do período, decorrentes de possíveis mudanças);
- b) critérios de constituição das provisões para a depreciação e amortização (com indicação das taxas utilizadas e das possíveis mudanças em relação ao período anterior) com os efeitos no resultado do período, desde que haja alterações das mesmas no exercício;
- c) critérios utilizados para constituição de outras provisões;
- d) critérios utilizados nos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo (citar natureza, taxa, etc.);
- e) critérios de avaliação e amortização das aplicações de recursos existentes no Ativo Diferido;
- f) nas reavaliações de bens dos Investimentos Imobiliários, devem, no mínimo, ser descritos os seguintes itens: bases da reavaliação e os avaliadores, o histórico, a data, o sumário das contas com respectivos valores e os efeitos no Superávit ou Déficit técnicos do exercício;
- g) ajustes de exercícios anteriores (efeitos de mudanças de práticas contábeis ou retificações de erros de períodos anteriores, não atribuíveis a fatos subsequentes, descrevendo-se a natureza e os efeitos no Superávit ou Déficit Técnicos do período anterior);
- h) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício, que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros da Entidade;
- i) quadros demonstrativos sintéticos da composição da carteira de investimentos, da composição do passivo atuarial, das contribuições em atraso, bem como das operações com Patrocinadora(s);
- j) para as entidades abrangidas pela Lei 8.020/90 e pelo Decreto 606/92, registrar a ocorrência de Déficit ou Superávit com suas causas, bem como a forma de equacionamento ou destinação;
- k) a migração de recursos do Programa Previdencial (Superávit Técnico de exercícios anteriores) para o Programa Assistencial, de acordo com o disposto na Resolução CGPC n.º 10, de 22/09/95, desde que devidamente aprovada pela SPC;
- l) critérios utilizados para o rateio das despesas administrativas entre os programas;
- m) critérios utilizados nas transferências interprogramas relativas a cada um dos programas, constantes da Demonstração de Resultados;
- n) caso a entidade se utilize de recursos dos investimentos para cobertura das despesas administrativas do Programa de Investimentos, a rentabilidade bruta e líquida (deduzidos os gastos com a administração e o controle dos investimentos) dos investimentos, em valores e percentuais, segregando por grupo de investimentos, bem como o critério utilizado para esse cálculo;
- o) critérios utilizados para constituição de fundos; e
- p) qualquer outro fato que tenha acarretado resultado relevante e que não esteja devidamente explicitado.

23. Eventuais substituições de Demonstrações Contábeis, junto à SPC, deverão ser formalmente justificadas. O não reencaminhamento, no prazo estabelecido, das Demonstrações Contábeis devolvidas às EFPP, pela SPC, constitui em infração passível de apenamento, com base nos dispositivos legais em vigor.

24. A existência de quaisquer consultas ou pendências junto a SPC/MPAS, seja de que natureza for, não confere direito suspensivo aos prazos de remessa de documentação à SPC/MPAS, que promoverá, imediatamente, sempre que ocorrerem atrasos, as sanções cabíveis.

25. As Demonstrações Contábeis anuais deverão ser divulgadas para todos os participantes do plano de benefícios até o último dia útil do mês subsequente ao previsto para sua remessa à SPC/MPAS. O documento utilizado para remessa das Demonstrações Contábeis à SPC/MPAS deverá informar, expressamente, a forma de divulgação adotada. A divulgação em tela deverá ser comprovada sempre que solicitada e abrangerá, obrigatoriamente, os documentos listados no subitem 20, das Normas Gerais, do Anexo E, desta Portaria.

26. As Entidades patrocinadas por Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas, vinculadas ou ligadas à União, deverão publicar, trimestralmente, em veículo de comunicação da Entidade, seus balancetes mensais do último mês do trimestre, de forma sintética, até o último dia do trimestre subsequente ao de referência.

27. Aquisições de Imóveis com Bens Duráveis (acoplados): os bens duráveis, tais como móveis e utensílios, computadores e periféricos etc., adquiridos agregados à edificação, quando possível, deverão ser contabilizados

nos Investimentos Imobiliários, em conta analítica, obedecendo-se aos mesmos critérios definidos para os bens do Ativo Permanente - Imobilizado.

28. O produto da reavaliação, positiva ou negativa, será contabilizado no Ativo, em contrapartida à conta de resultado, em parcela única, incorporando-se ao valor do imóvel para efeito de futuras depreciações em função da nova vida útil fixada pelo Perito no último laudo de reavaliação, formalmente aprovado pelo(s) órgão(s) deliberativo(s) da entidade.

29. Os ganhos e/ou as perdas dos valores de reposição de bens existentes nos Investimentos Imobiliários deverão ser reconhecidas com base em reavaliações periódicas, conforme prazo fixado na legislação vigente. Do laudo deverá constar, obrigatoriamente, o prazo de vida útil remanescente do bem reavaliado, segregando-se o valor do terreno, das edificações e, quando possível, das instalações. O efetivo registro contábil deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão, não podendo ultrapassar para outro exercício social, a que se referir o respectivo laudo.

30. A Entidade deverá constituir provisão para cobrir possíveis perdas dos investimentos realizados em instituições que estejam sob regime especial e os considerados de difícil realização. Neste caso, o valor da provisão será contabilizado em conta de despesa em contrapartida à conta redutora do respectivo grupo de investimento.

31. Para o registro contábil das provisões de caráter contingencial, deverá a entidade observar os conceitos descritos no item **PASSIVO CONTINGENCIAL**, além dos seguintes critérios:

- a) a efetivação do registro de provisão deverá ocorrer no Passivo, em contrapartida da despesa que lhe deu origem;
- b) quando da existência de Depósito Judicial, o mesmo deverá ser registrado no Passivo Contingencial, em conta redutora;
- c) no resgate de aplicações de renda fixa, e não havendo recolhimento de impostos sobre rendimentos por conta de discussão judicial, os mesmos serão transferidos da respectiva conta retificadora de ativo para o Passivo Contingencial;
- d) no caso de resgate ou alienação de investimentos em renda variável, os impostos incidentes sobre os ganhos, observada a legislação pertinente e, havendo discussão judicial, deverão ser registrados no Passivo Contingencial em contrapartida da despesa do investimento correspondente; e
- e) a atualização dos valores registrados no Passivo Contingencial será contabilizada acrescentando-se o saldo em contrapartida das "Constituições Líquidas - Contingências", rubrica na qual também serão efetuadas as reversões, quando for o caso.

32. O custeio administrativo da Entidade deverá englobar as despesas administrativas de todos os Programas, utilizando-se para a sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual. Será permitido rateio das despesas relacionadas com a administração do Programa de Investimentos bem como do Assistencial, quando existir.

33. Deverá ser transferido do Programa Previdencial para o Programa Administrativo, no máximo, o valor obtido pela aplicação do percentual, sobre as contribuições previdenciais da(s) patrocinadora(s) e dos participantes, previsto no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA.

34. As EFPP deverão elaborar o Plano de Custeio Administrativo – PCA para o exercício. O referido instrumento será objeto de aprovação prévia pelo(s) órgão(s) deliberativo(s) da Entidade e deverá atender ao modelo descrito no "Anexo "D" desta Portaria.

35. As alterações do PCA, ao longo do exercício, serão permitidas desde que com aprovação prévia do(s) órgão(s) deliberativo(s).

36. Os Fundos serão constituídos de acordo com as seguintes condições:

- a) Programa Previdencial - será calculado pelo atuário;
- b) Programa Administrativo - na ocorrência de resultado positivo apurado, sendo obrigatória somente no caso de existência de saldo no Ativo Permanente; e
- c) Programa de Investimentos - possui características específicas, sendo que sua constituição ocorre em situações especiais, tais como: cobertura de garantia de empréstimos e financiamentos a participantes, nas situações de invalidez, morte, demissões, etc.

37. As EFPP que constituíram Fundo Administrativo Mínimo em contrapartida do Realizável do Programa Previdencial deverão providenciar a amortização desse Ativo, não se podendo fazer novas constituições de Fundo Administrativo sem a quitação da referida dívida com o Programa Previdencial.

38. Sob o ponto de vista operacional e contábil no processo sucessório de EFPP ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

- a) Incorporação – quando uma entidade é absorvida por outra, ficando mantida a própria situação jurídica, assumindo todos os seus direitos e obrigações;
  - b) Fusão – quando duas ou mais entidades se unem, gerando uma nova entidade, que lhes sucedem em todos os seus direitos e obrigações; e
  - c) Cisão – quando uma entidade transfere parcelas de seus direitos e obrigações para uma ou mais entidades, extinguindo-se no caso da transferência ser total ou mantendo-se no caso da transferência ser parcial.
39. As EFPP ao ingressarem em qualquer processo sucessório, já conceituado acima, deverão tomar providências com vistas a atender as exigências legais pertinentes.
40. Ao final dos processos sucessórios, já citado, as EFPP envolvidas deverão registrar em contas próprias os fatos contábeis decorrentes.
41. As Entidades deverão disponibilizar para a fiscalização da SPC/MPAS, quando solicitadas, os relatórios de pendências e controles internos produzidos pelas auditorias interna e externa.

#### IV. NORMAS ESPECÍFICAS

As contas na Planificação Contábil Padrão foram classificadas de forma a possibilitar os registros de fatos contábeis que venham a formar ou alterar o patrimônio da EFPP, devendo-se observar as seguintes regras para contabilização:

##### 1. ATIVO

###### 1.1. Disponível - Imediato - Vinculado

- 01. A denominação "Disponível" é usada para designar dinheiro em caixa e/ou em bancos, bem como valores equivalentes, como cheques em tesouraria e numerários em trânsito;
- 02. Ocorrendo saldo credor em conta do Disponível, o mesmo deverá ser transferido para a conta 2.1.4.6.00.00 - Relacionadas com o Disponível.

###### 1.2. Realizável - Programa Previdencial

###### 1.2.1.0.1. Receitas a Receber - Contribuições do Mês

- 01. Registra os valores dos direitos da Entidade, relativos às contribuições da(s) Patrocinadora(s) e/ou participantes, pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio.
- 02. Os valores das contribuições não recebidas nos seus vencimentos estabelecidos no regulamento e/ou estatuto da entidade, deverão, obrigatoriamente, ser transferidos para a conta 1.2.1.1.02.00 - Contribuições em Atraso.

###### 1.2.1.1.02. Receitas a Receber - Contribuições em Atraso

- 01. Registra os valores oriundos da rubrica 1.2.1.1.01.00 - Contribuições do Mês, bem como a remuneração prevista no regulamento e/ou estatuto da EFPP.
- 02. A EFPP deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias, para permanência de saldo nesta conta. No transcurso deste prazo deverá, obrigatoriamente, ser firmado contrato entre Patrocinadora(s) e a EFPP, nos termos da legislação vigente. Firmado o contrato, o valor será transferido para a conta 1.2.1.1.04.00 - Contribuições Contratadas.
- 03. Os valores registrados nesta rubrica serão remunerados, mensalmente, pelos encargos previstos em regulamento e/ou estatuto. Nos casos de omissão aplicar-se-á sobre esses valores o mínimo atuarial, apropriando-os na conta 3.1.1.4.00.00 - Remuneração das Contribuições em Atraso.

###### 1.2.1.1.03. Receitas a Receber – Contribuição sobre o Abono Anual/13º Salário

- 01. Registra, mensalmente, 1/12 (um doze avos) a título de provisão de contribuições sobre o 13º salário quando devido.
- 02. Na competência "dezembro" de cada exercício, as entidades deverão transferir o saldo das provisões efetuadas para a conta 1.2.1.1.01.00 - Contribuições do Mês, com os ajustes necessários.

###### 1.2.1.1.04. Receitas a Receber - Contribuições Contratadas

- 01. Registra os valores oriundos da rubrica 1.2.1.1.02.00 - Contribuições em Atraso, bem como os valores oriundos de créditos e a remuneração devidos à entidade, por sua(s) patrocinadora(s), relativos ao inadimplemento das obrigações previdenciais referentes às contribuições previstas no Plano de Benefícios

Previdenciais, desde que devidamente contratadas entre a Entidade e a(s) Patrocinadora(s), de acordo com a legislação em vigor.

02. As Contribuições Contratadas deverão ser assim contabilizadas:

Pela transferência de Receitas a Receber – Contribuições em Atraso:

Débito : 1.2.1.1.04.00 – Contribuições Contratadas

Crédito: 1.2.1.1.02.01 – Contribuições em Atraso - Patrocinadora

Pela atualização mensal da remuneração devida conforme contrato:

Débito : 1.2.1.1.04.00 – Contribuições Contratadas

Crédito: 3.1.1.5.00.00 – Remuneração das Contribuições Contratadas

03. Poderá, também, ser registrada como Contribuições Contratadas, a transferência do Déficit Técnico acumulado e sua remuneração com prazo superior a 03 (três) anos, onde a Patrocinadora compromete-se a liquidá-lo, desde que, se firme contrato formalizando o fato com cláusula de garantia real e o respectivo registro contábil desta obrigação no patrimônio da Patrocinadora, com exceção das EFPP abrangidas pela Lei nº 8.020/90, regulamentada pelo Decreto nº 606/92. Em ambos os casos, deverão ser encaminhadas as cópias dos contratos para a SPC. Portanto, para registro de valores nesta conta, somente serão aceitos se referentes às operações devidamente contratadas; e

04. Quando do levantamento do Balanço Patrimonial deverão constar, obrigatoriamente, em Notas Explicativas, esclarecimentos quanto à natureza do objeto da operação (déficit econômico - financeiro ou atuarial) e em que condição foi negociada. Deverão ser descritas, de forma abrangente, as garantias vinculadas ao referido contrato, assim como outras informações relevantes como prazo de amortização, valor mensal das parcelas, juros pactuados e outras previstas na norma específica vigente.

#### 1.2.1.1.99. Receitas a Receber - Outras

01. Registra outras provisões e direitos a receber não previstos anteriormente, por exemplo, provisão de férias e 1/3 constitucional sobre as contribuições e etc.

#### 1.2.1.2. Despesas Futuras

01. Registra as despesas antecipadas do programa que serão apropriadas nos meses subsequentes; e

02. As EFPP devem controlar os adiantamentos de benefícios, (13º salário e outros) constantes nesta rubrica, para serem reembolsados quando do pagamento definitivo das obrigações.

#### 1.2.1.3. Outros Realizáveis

01. Registra os demais direitos do Programa, não previstos nos itens anteriores.

### 1.2.2. Realizável - Programa Assistencial

#### 1.2.2.1.01. Receitas a Receber - Contribuições do Mês

01. Registra os valores dos direitos da Entidade, relativos às contribuições da(s) patrocinadora(s) e/ou participantes do Programa, pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio dos benefícios assistenciais ou o previsto no regulamento do plano de benefícios assistenciais.

02. Os valores das contribuições não recebidas em seus vencimentos, estabelecidos no regulamento do plano de benefícios assistenciais, deverão, obrigatoriamente, ser transferidos para a conta 1.2.2.1.02.00 - Contribuições em Atraso.

#### 1.2.2.1.02. Receitas a Receber - Contribuições em Atraso

01. Registra os valores oriundos da rubrica 1.2.2.1.01.00 - Contribuições do Mês, bem como a remuneração prevista no regulamento e/ou estatuto da EFPP.

02. A EFPP deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias, para permanência de saldo nesta conta. No transcurso deste prazo deverá, obrigatoriamente, ser firmado contrato entre Patrocinadora(s) e a EFPP, nos termos da legislação vigente. Firmado o contrato, o valor será transferido para a conta 1.2.2.1.04.00 – Contribuições Contratadas.

03. Os valores registrados nesta rubrica serão remunerados, mensalmente, pelos encargos previstos em regulamento e/ou estatuto. Nos casos de omissão, aplicar-se-á sobre esses valores o mínimo atuarial, apropriando-os na conta 4.1.1.4.00.00 - Remuneração das Contribuições em Atraso.

#### 1.2.2.1.03. Contribuição sobre o Abono Anual/13º Salário



01. Registra mensalmente, 1/12 (um doze avos) a título de provisão de contribuições sobre o 13º salário, quando devido.

02. Na competência "dezembro" de cada exercício, as Entidades deverão transferir o saldo das provisões efetuadas para a conta 1.2.2.1.01.00 - Contribuições do Mês, com os ajustes necessários.

#### 1.2.2.1.04. Receitas a Receber - Contribuições Contratadas

01. Registra os valores oriundos da rubrica 1.2.2.1.02.00 - Contribuições em Atraso, bem como os valores oriundos de créditos e as remunerações devidas à Entidade, por sua(s) Patrocinadora(s), relativos ao inadimplemento das contribuições assistenciais previstas no plano de custeio assistencial, desde que devidamente contratadas entre a Entidade e a Patrocinadora, de acordo com a legislação em vigor.

02. As Contribuições Contratadas deverão ser assim contabilizadas:

a) Pela transferência de Receitas a Receber – Contribuições em Atraso:

Débito : 1.2.2.1.04.00 – Contribuições Contratadas

Crédito: 1.2.2.1.02.01 - Contribuições em Atraso - Patrocinadora

b) Pela atualização mensal da remuneração devida conforme contrato:

Débito : 1.2.2.1.04.00 – Contribuições Contratadas

Crédito: 4.1.1.5.00.00 – Remuneração das Contribuições Contratadas

#### 1.2.2.1.99. Receitas a Receber - Outras

01. Registra outros direitos a receber não previstos anteriormente.

#### 1.2.2.2. Despesas Futuras

01. Registra as despesas antecipadas do programa que serão apropriadas nos meses subseqüentes.

#### 1.2.2.3. Outros Realizáveis

01. Registra os demais direitos do programa não previstos nos itens anteriores.

### 1.2.3. Realizável do Programa Administrativo

#### 1.2.3.1. Receitas a Receber

01. Registra as receitas a receber referentes ao Programa, afetas à administrações previdencial, assistencial e de investimentos, decorrentes de serviços e outras operações de natureza administrativa. A contrapartida da receita da sobrecarga administrativa, constante ou não das taxas de contribuições, não deve ser contabilizada nesta conta e sim nos programas de origem, ou seja, Previdencial e/ou Assistencial.

#### 1.2.3.2. Despesas Futuras

01. Registra as despesas antecipadas do Programa, para serem apropriadas nos meses subseqüentes.

02. As EFPP devem controlar os adiantamentos de salários, (13º salário e outros) constantes nesta rubrica, para serem reembolsados quando do pagamento definitivo das obrigações.

#### 1.2.3.3. Outros Realizáveis

01. Registra os demais direitos do programa não previstos nos itens anteriores.

### 1.2.4. Realizável do Programa de Investimentos

01. Registra as aplicações dos recursos em renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários, operações com participantes, operações de empréstimos com patrocinadora(s) e outros investimentos.

#### 1.2.4.1. Renda Fixa

01. São operações com rendas definidas, podendo ser prefixadas ou pós-fixadas.

02. Estas operações são lastreadas em títulos públicos (federais, estaduais e municipais) e títulos privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas.

03. Os títulos prefixados de qualquer natureza deverão ser registrados, por ocasião de sua aplicação, pelo valor desembolsado, devendo ser evidenciado os juros decorridos, ágio e deságio. Observando-se o critério *pro rata temporis*, em função dos dias decorridos no mês.

04. O ágio e deságio dos títulos prefixados deverão ser amortizados *pro-rata temporis* pelos critérios linear ou exponencial.
05. Os títulos pós-fixados deverão ser registrados, por ocasião de sua aplicação, pelo valor desembolsado, devendo ser evidenciado o valor nominal de sua emissão, atualização monetária decorrida, juros decorridos, deságio ou ágio, quando os mesmos forem adquiridos após as datas de suas emissões.
06. Os rendimentos mensais dos títulos pós-fixados serão apropriados mensalmente, observando-se o critério *pro rata temporis* em função dos dias corridos no mês sobre as taxas contratadas em cada operação.
07. O Ágio e deságio de títulos pós-fixados serão atualizados, mensalmente, pelo mesmo indexador do respectivo título, devendo ser amortizados *pro rata temporis* pelos critérios linear ou exponencial.
08. Para as EFPP que não possuírem imunidade tributária (definitiva) deverá ser constituída e atualizada, mensalmente, provisão para Imposto de Renda, IOF e outros, como conta retificadora de Ativo, dentro de cada título, em contrapartida da despesa do investimento correspondente. Por ocasião do resgate o valor provisionado deverá ser transferido para o Passivo Contingencial.
09. As debêntures conversíveis e não conversíveis, emitidas por empresas financeiras, serão registradas no grupo Aplicações em Instituições Financeiras e as demais, no grupo Títulos de Empresas.

#### 1.2.4.2. Renda Variável

##### 1.2.4.2.01.01. Mercado a Vista

01. É uma operação de compra ou venda de determinada quantidade de ações para liquidação imediata.
02. Neste mercado as ações serão contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas. Deverão ser ainda avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação média do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores em que tenha havido maior volume (quantidade de ações em uma ou mais operações)
03. A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e da avaliação de mercado deverá ser apropriada diretamente à conta de resultado do Mercado a Vista. A variação positiva será apropriada em receitas e a variação negativa em despesas, admitindo-se a compensação.
04. As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, devem ser avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou custo, dos dois o menor, evidenciando o critério utilizado em Notas Explicativas.
05. As bonificações em ações, quer sejam por distribuição de novas ações por aumento do valor nominal, quer por outros direitos, deverão ser objeto de registro extracontábil. As receitas em dinheiro decorrentes de bonificação deverão ser contabilizadas quando efetivamente recebidas, utilizando-se o regime de caixa.
06. As receitas provenientes de dividendos de ações deverão ser reconhecidas, contabilmente, somente quando do seu efetivo recebimento (Regime de Caixa).
07. Nas operações de venda de ações no Mercado a Vista, as taxas e corretagens serão registradas pelo critério da contabilização líquida, abatendo-se as taxas e corretagens do valor de venda. As devoluções de corretagens provenientes das operações de compra de ações abaterão o seu custo de aquisição.

##### 1.2.4.2.01.02. Mercado a Termo

01. Neste mercado o investidor se compromete a comprar ou vender uma certa quantidade de ações (chamada ação-objeto), por um preço fixado dentro de um prazo predeterminado.
02. Os valores pagos a título de taxas e corretagens da operação específica do Mercado a Termo serão contabilizados na conta de despesas.
03. Nas operações de financiamento no Mercado a Termo, isto é, compra de ações no Mercado a Vista e venda no Mercado a Termo, o registro na conta de Ativo do Mercado a Termo será feito pelo preço das ações no Mercado a Vista, acrescido das taxas e corretagens desse mercado. As taxas e corretagens do Mercado a Termo serão registradas na conta de despesas deste mercado.
04. Nas operações de financiamento no Mercado a Termo, os rendimentos decorrentes da variação do custo da ação objeto e o valor negociado para o vencimento da operação deverão ser apropriados, mensalmente, *pro rata temporis*, como se fossem uma operação pré-fixada.
05. Na operação de venda no Mercado a Termo, com cobertura de ações existentes na carteira das EFPP no Mercado a Vista, será transferido o custo das ações no Mercado a Vista para o Mercado a Termo, após a valorização das ações e considerada a variação como receita ou despesa do Mercado de Ações a Vista.

##### 1.2.4.2.01.03. Mercado Futuro

01. No Mercado Futuro os investidores negociam lotes-padrão de ações com datas de liquidação futura, diferenciando-se do Mercado a Termo pelo fato de permitir a ambos os investidores reverter suas posições.
02. Os valores pagos a título de taxas e corretagens da operação específica do Mercado Futuro serão contabilizados na conta de despesas, tanto para venda como para compra.
03. Para as operações de financiamento no Mercado Futuro, isto é, compra de ações no Mercado a Vista e venda no Mercado Futuro, o registro na conta de Ativo será feito pelo preço das ações no Mercado a Vista, acrescido das taxas e corretagens desse mercado. As taxas e corretagens do Mercado Futuro serão registradas na conta de despesas deste.
04. Os valores registrados, decorrentes da operação futura, permanecerão inalterados até a data da liquidação da operação, quando será apurado e registrado o resultado da mesma.
05. Na operação de venda no Mercado Futuro, com cobertura de ações existentes na carteira das EFPP no Mercado a Vista, será transferido o custo das ações no Mercado a Vista para o Mercado Futuro após a valorização das ações e considerada a variação como receita ou despesa do Mercado a Vista.
06. Em caso de reversão da operação de venda no Mercado Futuro, antes da transferência do custo das ações do Mercado Futuro para o Mercado a Vista, apurar o valor de mercado da ação-objeto, considerando-se a variação como resultado do Mercado Futuro.

#### 1.2.4.2.01.04. Mercado de Opções

01. Nesse mercado registram-se operações com direito de compra e venda de uma quantidade de ações, a um preço preestabelecido, até a data do vencimento da opção.
02. Os valores pagos a título de taxas e corretagens da operação específica do Mercado de Opções serão contabilizados na conta de despesas, tanto para venda quanto para compra.
03. Para as operações de financiamento do Mercado de Opções, isto é, compra de ações no Mercado a Vista e venda no Mercado de Opções, o registro na conta de Ativo será feito pelo preço das ações no Mercado a Vista, acrescido das taxas e corretagens.
04. O valor do prêmio, recebido por ocasião do lançamento da opção, será escriturado no Ativo em conta retificadora do valor de mercado.
05. O valor do prêmio pago por ocasião da compra de opções será registrado na conta de Ativo deste mercado, permanecendo inalterado até o exercício do direito, quando comporá, com o valor pago no exercício da opção, o custo da ação-objeto que deverá ser transferido para o Mercado a Vista.
06. Quando a EFPP comprar opções e não exercer o direito, o valor pago a título de prêmio deverá ser realizado como despesa.
07. Os valores registrados, decorrentes da operação no Mercado de Opções, permanecerão inalterados até a data da liquidação da operação, no caso de exercício de direito da opção ou até a data do vencimento, no caso do não exercício da opção, quando será apurado e registrado o resultado da operação.
08. Na operação de venda no Mercado de Opções, com cobertura de ações existentes na carteira das EFPP no Mercado a Vista, será transferido o custo das ações no Mercado a Vista para o Mercado de Opções, após a valorização das ações e considerada a variação como receita ou despesa do Mercado a Vista.
09. Em caso de reversão da operação de venda no Mercado de Opções ou pelo não exercício de direito por parte do titular (comprador), antes da transferência do custo das ações do Mercado de Opções para o Mercado a Vista, apurar o valor de mercado da ação-objeto considerando-se a variação como resultado do Mercado de Opções.
10. Caso a empresa emissora das ações pague dividendos ou bonificações durante o período de opção, os valores referentes aos mesmos serão recebidos pelo lançador da opção e, sendo exercida a opção, abater-se-á ao preço do exercício do direito.

#### 1.2.4.2.02. Bolsas de Mercadorias e de Futuros

##### 1.2.4.2.02.02. Futuros

01. A função do Mercado Futuro é proteger a carteira de ativos das oscilações de preço do mercado.
02. No Mercado Futuro, o objeto da operação não é constituído pelo título ou objeto físico, e sim por um contrato que padroniza os parâmetros da negociação.
03. As operações nos Mercados Futuros poderão ser garantidas por ativos aceitos para este fins pelas Bolsas de Mercadorias e Futuros, tais como títulos públicos, privados, ações, carta de fiança ou dinheiro.
04. Os títulos dados como margem de garantia das operações são bloqueados nos sistemas de custódias para cobertura das operações nas Bolsas de Mercadorias e de Futuros.
05. As taxas e emolumentos, pagos no Mercado Futuro, serão registrados como despesas do mercado.

06. A operação deverá ser registrada no Ativo pelo valor do contrato assinado, em contrapartida de conta retificadora do próprio Ativo. Além do registro contábil a entidade deverá manter sistemas de controle interno, com informações que identifiquem, individualmente, os contratos negociados neste mercado.
07. Os ajustes dos contratos são diários, devendo os investidores registrar as variações positivas ou negativas em contas de resultados, dia após dia.
08. Diariamente deverá ser ajustado o valor inicial do contrato na conta do Ativo e sua retificadora, a fim de demonstrar a oscilação sofrida no contrato.
09. Havendo reversão da operação deverá a EFPP encerrar sua posição, contabilmente, através do lançamento na conta de Ativo contra sua retificadora pelo valor do contrato na data da reversão.

#### 1.2.4.3. Investimentos Imobiliários

01. Os investimentos imobiliários serão avaliados pelo custo de aquisição. As EFPP deverão proceder a reavaliação de todos os imóveis, de acordo com a legislação vigente, que deverá ser elaborada por perito ou empresa especializada, não vinculados direta ou indiretamente à entidade ou empresa a ela ligada, nomeado(s) pelo(s) dirigente(s) da entidade, observadas as demais formalidades legais aplicáveis.
02. Não se admite extrapolar o exercício social referente à data base do respectivo laudo de reavaliação para sua efetiva contabilização.
03. O laudo de avaliação deverá ser aprovado pelo(s) órgão(s) deliberativo(s) da entidade.
04. Os bens imóveis serão depreciados, mensalmente, à taxa correspondente ao tempo de vida útil fixada no último laudo de reavaliação.
05. Os custos com instalações em geral e com instalações elétricas, desde que estejam segregados dos valores da construção, estarão afetos à legislação vigente no que tange a atualização monetária e a depreciação.
06. Nas aquisições a prazo os encargos serão registrados na conta de despesa de Investimentos Imobiliários.
07. Os investimentos imobiliários serão registrados nas seguintes contas:

##### 1.2.4.3.01. Terrenos

01. Registra o custo de aquisição, inclusive as despesas de honorários, taxas, emolumentos, impostos etc., incidentes sob esta operação.

##### 1.2.4.3.02. Imóveis em Construção

01. Serão registrados nesta conta todos os custos inerentes a cada obra. Os gastos com instalações hidráulicas, elétricas, sanitárias etc. deverão ser contabilizados sempre que possível (em face da possibilidade de distinção entre o custo da obra e dessas instalações) no subgrupo Instalações, já que ambas têm vida útil e depreciação diferentes.
02. Serão contabilizados como instalações os equipamentos, materiais e custos das instalações que, apesar de integradas às edificações, possam ser segregadas das obras civis. Exemplos: instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, de ar refrigerado, contra incêndio, de comunicações etc.

##### 1.2.4.3.03. Edificações para uso próprio

01. Registra o custo de aquisição, inclusive as despesas de honorários, taxas, emolumentos, impostos etc. e a transferência do saldo da conta imóveis em construção para uso próprio da entidade.
02. Deve ser atribuído um aluguel compatível com o valor de mercado, com registro contábil em receitas de aluguéis no programa de investimentos e despesas administrativas, concomitantemente. Porém, no caso de aquisição de imóvel para uso próprio com recursos do Programa Administrativo, não se faz necessário, para a efetiva apuração de custos administrativos, o registro em despesas administrativas, uma vez que a depreciação e os gastos com manutenção já demonstram os custos com o citado imóvel.

##### 1.2.4.3.04. Edificações Locada(s) a(s) Patrocinadora(s) e

##### 1.2.4.3.05. Edificações para renda

01. Registra o custo de aquisição, inclusive as despesas de honorários, taxas, emolumentos, impostos etc. e a transferência do saldo da conta Imóveis em Construção.

##### 1.2.4.3.06. Investimentos em Shopping Center

01. Registra o custo de aquisição, inclusive as despesas de honorários, taxas, emolumentos, impostos etc. Deverá ser observada na escritura de compra a existência de fração ideal do terreno.

02. Também deverão ser registradas as quotas de participações em condomínios de associações mantidas pela EFPP com construtores/incorporadores de Shopping Centers ou equivalentes. Não se trata de aquisição do imóvel, sejam terrenos, construções ou instalações.

#### 1.2.4.3.07. Investimentos em Complexo Hoteleiro

1. Registra o custo de aquisição, inclusive as despesas de honorários, taxas, emolumentos, impostos etc. Deverá ser observada, na escritura de compra, a existência de fração ideal do terreno.

2. Também deverão ser registradas as quotas de participações em empreendimentos comerciais destinados a fornecer hospedagem, mediante remuneração, em unidades habitacionais mobiliadas e equipadas para ocupação temporária, oferecendo ou não serviço completo de alimentação e outros serviços acessórios, caracterizando-os em hotéis, apart-hotel, hotel-residência, flat residence, hotéis de lazer, resorts e pousadas. Não se trata de aquisição do imóvel, sejam terrenos, construções ou instalações.

#### 1.2.4.3.08. Investimentos em Complexo de Entretenimento

1. Registra o custo de aquisição, inclusive as despesas de honorários, taxas, emolumentos, impostos etc. Deverá ser observada, na escritura de compra, a existência de fração ideal do terreno.

2. Também deverão ser registradas as quotas de participações em empreendimento comercial destinado a oferecer facilidades de lazer e entretenimento concebidas em um ou vários temas, dispondo de estruturas de alimentação e de comércio, caracterizados por shopping de lazer, parques temáticos, de atividades aquáticas, de natureza (zoológicos) de alta tecnologia e conquistas espaciais. Não se trata de aquisição do imóvel, sejam terrenos, construções ou instalações.

#### 1.2.4.3.09. Investimentos em Complexo Hospitalar

1. Registra o custo de aquisição, inclusive as despesas de honorários, taxas, emolumentos, impostos etc. Deverá ser observada na escritura de compra a existência de fração ideal do terreno.

2. Também deverão ser registradas as quotas de participações em empreendimentos comerciais destinados a prestação assistencial de saúde à população, que demande o acesso de pacientes, em regime de internação ou não, tendo como exemplo as seguintes atribuições fim: realização de ações básicas de saúde, prestações de atendimentos em regime ambulatorial, emergencial, em regime de internação e apoio ao diagnóstico e terapia. Não se trata de aquisição do imóvel, sejam terrenos, construções ou instalações.

#### 1.2.4.3.10. Alienação de Imóveis

01. Registra os direitos a receber decorrentes de alienações a prazo de imóveis pertencentes aos Investimentos Imobiliários.

02. Os rendimentos decorrentes das alienações a prazo serão registrados na conta de receita dos Investimentos Imobiliários.

#### 1.2.4.4.01. Empréstimos e

#### 1.2.4.4.02. Financiamentos Imobiliários

01. Os empréstimos e financiamentos seguem os modelos tradicionais de mercado e devem propiciar, no mínimo, rentabilidade compatível com a necessidade atuarial.

02. Tanto para os empréstimos como para os financiamentos é necessária a existência de normas/regulamentos, formalmente aprovados pelo(s) órgão(s) deliberativo(s) da entidade.

03. As entidades devem manter sob rigoroso controle os valores emprestados, zelando para que se tenha, a qualquer momento, os saldos devedores individualizados dos tomadores dos empréstimos/financiamentos.

04. Os valores descontados mensalmente pela(s) patrocinadora(s), referentes a empréstimos e financiamentos, que não forem repassados nos prazos estabelecidos, deverão ser contabilizados na própria conta de Operações com Participantes.

05. Os encargos devidos pela(s) patrocinadora(s), pelo atraso no repasse, seguem o mesmo critério de contabilização do principal.

#### 1.2.4.5. Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s)

01. As Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s) são aquelas resultantes de empréstimos realizados entre as EFPP e suas patrocinadoras, contratadas fora do âmbito do mercado financeiro ou de capitais.

02. As Operações de Empréstimos entre a(s) EFPP e sua(s) patrocinadora(s) devem ser contratadas previamente à sua realização, através de instrumentos legais que preencham os requisitos previstos na legislação, bem como, observada a norma legal vigente quanto ao enquadramento das aplicações .

### 1.3. Ativo Permanente

01. Registra bens, direitos imobilizados e aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício.

#### 1.3.1. Imobilizado

01. Registra os bens duráveis, tais como: móveis e utensílios, computadores e periféricos, direitos de uso de linhas telefônicas, etc. A atualização monetária desses bens estará afeta a legislação vigente.

02. Os direitos de uso de linhas telefônicas e terrenos não estão sujeitos a depreciação. Nos casos de aquisições de direitos de uso de linha com direito a ações da companhia telefônica, o valor de mercado dessas ações ou o valor patrimonial publicado deverá ser deduzido do custo do direito de uso e adicionado ao Programa de Investimentos, devendo estar contabilizado no Mercado a Vista.

03. Os imóveis próprios adquiridos com recursos do Programa Administrativo deverão ser registrados nesta conta pelo valor de aquisição, acrescido dos custos acessórios, como impostos, emolumentos, corretagens e outros.

04. Os encargos financeiros decorrentes da aquisição de bens e direitos não poderão ser contabilizados como custo dos mesmos.

05. As benfeitorias realizadas em imóveis próprios deverão ser adicionadas ao valor desses imóveis.

06. Os gastos normais com a manutenção e conservação de bens próprios e/ou locados pela entidade registrar-se-ão em conta de despesa do Programa Administrativo.

#### 1.3.2. Diferido

01. As aplicações de recursos classificáveis no Ativo Permanente Diferido serão registradas pelo custo e estarão afetas a legislação vigente no que tange a atualização monetária. A amortização far-se-á a partir do início das operações normais da entidade ou do período em que passarem a ser usufruídos os benefícios decorrentes das aplicações, em prazo nunca superior a 10 (dez) anos.

02. As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros serão registradas no Ativo Permanente Diferido e deverão ser amortizadas de acordo com o prazo de locação.

## 2. PASSIVO

### 2.1. Operacional

01. Registra as obrigações decorrentes de: direitos a benefícios pelos participantes; salários dos empregados da entidade; prestações de serviços por terceiros (pessoa física ou jurídica); obrigações fiscais; financiamentos de aplicações de recursos em renda fixa ou variável; investimentos imobiliários; operações com participantes; operações com patrocinadora(s); financiamentos para aquisições de direitos do Ativo Permanente; recebimentos de receitas antecipadas etc.

#### 2.1.1 Operacional - Programa Previdencial

##### 2.1.1.1. Despesas a Pagar

01. Registra a apropriação de despesas previdenciais ainda não pagas.

##### 2.1.1.2. Receitas Futuras

01. Registra os recebimentos antecipados de receitas do Programa Previdencial, a serem apropriadas nos meses subsequentes.

##### 2.1.1.3. Outras Exigibilidades

01. Registra os demais compromissos assumidos, relativos ao Programa Previdencial, não previstos nos itens anteriores.

#### 2.1.2. Operacional - Programa Assistencial

##### 2.1.2.1. Despesas a Pagar

01. Registra a apropriação de despesas assistenciais ainda não pagas.

#### 2.1.2.2. Receitas Futuras

01. Registra os recebimentos antecipados de receitas do Programa Assistencial, a serem apropriadas nos meses subsequentes.

#### 2.1.2.3. Outras Exigibilidades

01. Registra os demais compromissos assumidos, relativos ao Programa Assistencial, não previstos nos itens anteriores.

#### 2.1.3. Operacional - Programa Administrativo

##### 2.1.3.1. Despesas a Pagar

01. Registra a apropriação de despesas do Programa Administrativo ainda não pagas.

##### 2.1.3.2. Receitas Futuras

01. Registra os recebimentos antecipados de receitas do Programa Administrativo, a serem apropriadas nos meses subsequentes.

##### 2.1.3.3. Outras Exigibilidades

01. Registra os demais compromissos relativos ao Programa Administrativo não previstos nos itens anteriores.

#### 2.1.4. Operacional - Programa de Investimentos

01. Registra as obrigações da entidade referentes aos seus investimentos.

### 2.2. Contingencial

01. Contingências são incertezas que, dependendo dos eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da entidade. Quanto à probabilidade de sua ocorrência, podem ser classificadas como: prováveis, possíveis ou remotas.

02. Perdas contingentes são aquelas que poderão ocasionar a assunção de uma obrigação ou comprometimento de um ativo.

03. Ganhos contingentes são aqueles que poderão resultar na aquisição de um ativo ou na redução de um passivo.

04. Existem "provisões" e "reservas" para contingências. A grande diferença está no fato gerador. Caso o fato já tenha ocorrido, tem-se a "provisão" que afeta o resultado, independentemente de seu valor. Caso o fato gerador ainda esteja por ocorrer, como uma possível futura desapropriação, tem-se a "reserva" que dependerá, inclusive, da existência de resultados positivos (superávit) para ser contabilizada.

05. O que distingue as provisões para contingências das provisões em geral, é que, apesar de ambas terem origem em fato gerador já ocorrido, estas baseiam-se em fatos cujas consequências econômicas são certas, muito embora seu valor não esteja ainda formalmente constituído.

06. As provisões para contingências, originam-se de fatos cujos efeitos são apenas prováveis. Não há, em princípio, reversão de valores registrados nessas provisões. Não estão sujeitas, também, à atualização patrimonial e sim à decorrente da natureza do evento que a originou.

07. Caso a probabilidade for imponderável ou se o valor não for mensurável, haverá a necessidade de uma Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis esclarecendo o fato e mencionando tais condicionantes.

08. Ganhos contingentes somente são contabilizados quando a probabilidade de ocorrência do evento contingente for extremamente alta e o montante do ganho puder ser estimado com elevado grau de acuidade.

### 2.3. Reservas Técnicas

01. Registra o valor atual do total das reservas matemáticas, de acordo com a nota técnica atuarial, incluindo benefícios concedidos e a conceder e reservas a amortizar, calculado com base nos planos de benefícios aprovados pela SPC.

02. Registra, também, os resultados acumulados obtidos pela entidade, demonstrados nas contas "Superávit Técnico" ou "Déficit Técnico".

### 2.4. Fundos

01. Registra a constituição dos diversos fundos, conforme os seguintes critérios:

a) os fundos constituídos com a diferença positiva apurada nos Programas Assistencial e Administrativo;



- b) o Fundo do Programa Previdencial, devidamente calculado pelo atuário; e
- c) o Fundo do Programa de Investimentos constituído com recursos de cobertura de riscos de empréstimos e financiamentos a participantes.

02. Os fundos existentes na entidade deverão ser remunerados com base no resultado líquido do Programa de Investimentos, calculados de forma proporcional à participação de cada um no montante aplicado.

03. Os fundos deverão ser utilizados (revertidos) para a cobertura de insuficiências ocorridas, mensalmente, nos Programas Administrativo e Assistencial, quando as despesas superarem as receitas.

04. Para os demais fundos existentes na entidade, a sua utilização dependerá do critério estabelecido quando de sua constituição.

05. O Fundo do Programa Administrativo referente ao Permanente não poderá ser utilizado para a cobertura de resultados negativos do próprio Programa, pois deverá possuir no mínimo, como saldo, o valor registrado no grupo Ativo Permanente.

06. O Fundo Administrativo, ainda disponível, poderá ser utilizado no final de cada exercício social, nos seguintes casos:

- a) para cobertura de déficit técnico;
- b) para diminuição de contribuições; e
- c) para melhoria de benefícios previdenciais (com exceção das EFPP abrangidas pela Lei n.º 8.020/90, regulamentada pelo Decreto n.º 606/92).

07. Para registro contábil do disposto no item anterior será necessário que os valores transitem, primeiramente, pelo Programa Administrativo e, posteriormente, via transferência interprogramas, para o Programa Previdencial.

### 3. PROGRAMA PREVIDENCIAL

01. A contabilização das receitas e das despesas do Programa Previdencial deverão ser efetuadas de forma a possibilitar a prestação de informações estatísticas à SPC.

### 4. PROGRAMA ASSISTENCIAL

01. As receitas do Programa Assistencial deverão ser reconhecidas de acordo com o previsto no Estatuto ou Regulamento de entidade.

02. As despesas do programa deverão ser registradas conforme a Planificação Contábil Padrão das EFPP.

### 5. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

#### 5.1. RECEITAS

01. Serão consideradas como Receitas do Programa Administrativo somente aquelas geradas no próprio programa, como por exemplo, as taxas de comissão de Apólice de Seguros.

02. Independentemente da contribuição para o custeio administrativo se concretizar pela(s) Patrocinadora(s), através do repasse dos numerários, o valor da sobrecarga administrativa - Receita não deve ser contabilizado como "Receita Administrativa", e sim como "Receita do Programa Previdencial (ou Assistencial quando for o caso)". Este procedimento visa evidenciar as receitas reais dos Programas e não contraria a filosofia de segregação dos mesmos.

#### 5.2. DESPESAS

01. As despesas administrativas de todos os programas deverão ser registradas no grupo 5.2.0.0.00.00 - Programa Administrativo - Despesas.

02. As despesas necessárias à administração e controle dos investimentos poderão ser custeados pelo Programa de Investimentos, por meio de transferências interprogramas.

03. Serão consideradas despesas específicas da administração de investimentos a administração de carteiras, custódias, remuneração e encargos, viagens, estadias e contingências trabalhistas ligadas ao pessoal de investimentos e outras inerentes a área.

04. As despesas administrativas comuns à todos os Programas deverão ser rateadas entre a "Administração Previdencial", "Administração Assistencial" e "Administração dos Investimentos", a fim de destacar o real custo de cada Programa.

05. Os critérios de rateio deverão ser objetivos uniformes ao longo do tempo e possuir embasamento técnico. Tais critérios deverão constar em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

06. Para que se possa evidenciar de fato o montante necessário à gestão administrativa da entidade e dela tirar conclusões, avaliações e traçar objetivos e metas, as EFPP deverão apropriar, mensalmente, todos os seus custos administrativos com base no Princípio Contábil da Competência de Exercício;

07. Caso a Entidade possua valores registrados no Ativo Permanente (aplicação típica do Programa Administrativo), deverá obrigatoriamente possuir no Passivo, na rubrica Fundo Administrativo, valor, no mínimo, equivalente ao registrado naquele Ativo.

08. Na existência de resultado devedor no Programa Administrativo a entidade poderá utilizar-se do Fundo Administrativo constituído para essa finalidade, observando-se o critério estabelecido para sua constituição.

## 6. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

01. Serão contabilizados como gastos no Programa de Investimentos: as comissões, corretagens, taxas e tributos diretamente incidentes sobre as aplicações, ágio de títulos de renda fixa, condomínio e demais taxas referentes a imóvel para renda.

## 7. CONTABILIZAÇÃO DA DOTAÇÃO INICIAL

01. A Dotação Inicial, como o próprio nome esclarece, refere-se ao valor pago (dado) pela(s) Patrocinadora(s) no início de funcionamento da entidade.

02. A Dotação Inicial tem que ser integralizada com recursos da(s) Patrocinadora(s), não sendo aceito qualquer outro tipo de integralização.

03. O valor deverá ser atuarialmente calculado, podendo referir-se a: Serviço Passado; Despesas Administrativas – Despesas Iniciais e Doações.

04. A avaliação atuarial inicial que serviu de base para aprovação do plano de benefícios é que definirá a que se referem as verbas repassadas pela(s) Patrocinadora(s). Em quaisquer dos casos acima referidos os lançamentos contábeis deverão ser:

### 4.1. Serviço Passado

Débito: Conta de Ativo (Caixa ou Bancos c/ Movimento)

Crédito: Conta de Passivo - Conta de Resultado (Programa Previdencial - Contribuições Amortizantes). Será considerado tecnicamente correto o crédito feito na conta de Passivo - Reservas a Amortizar, caso se tenha calculado pelo valor bruto.

### 4.2. Despesas Administrativas - Despesas Iniciais

Débito: Conta de Ativo (Caixa ou Bancos c/ Movimento)

Crédito: Conta de Resultado (Receita do Programa Previdencial)

A adoção do mesmo crédito na Conta de Passivo (Fundos do Programa Administrativo) também será considerada tecnicamente correta.

### 4.3. Doações

Débito : Conta de Ativo (Caixa ou Bancos c/ Movimento)

Crédito : Conta de Resultado (Receita do Programa Previdencial)

## 8. CONTAS RETIFICADORAS

01. As contas retificadoras figurarão de forma subtrativa após o grupo ou conta a que se referirem.

## 9. DEPRECIAÇÃO

01. Registra a perda do valor dos bens em função do seu desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal.

02. Deverá ser constituída provisão para depreciação do imobilizado de uso e dos investimentos imobiliários, que terá como contrapartida as contas específicas de despesa do Programa Administrativo e do Programa de Investimentos.

03. Aplicar-se-ão, mensalmente, as taxas anuais em duodécimos para depreciação, aprovadas pela SPC, que incidirão sobre o valor original e estarão afetas a legislação vigente no que tange a atualização monetária dos bens, com inclusão da reavaliação.

04. Os gastos com benfeitorias, reformas e adaptações capitalizáveis, que se incorporarem ao valor dos bens, também estarão sujeitos à depreciação.

05. A entidade deverá contabilizar a depreciação independentemente da existência de superávit, sendo que os valores da depreciação acumular-se-ão até atingir o valor dos custos de aquisição, incorporação e reavaliação, e estarão afetas a legislação vigente no que tange a atualização monetária.

06. As contas específicas de depreciação acumulada figurarão de forma subtrativa (reduzora), em cada conta sujeita a depreciação.

07. As variações do valor original correspondentes a reavaliações obrigatórias ou não, ficarão sujeitas a depreciação.

08. A depreciação incidirá sobre o novo valor reavaliado e será calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente, devendo, obrigatoriamente, constar do laudo de avaliação/reavaliação.

09. As Taxas Anuais de Depreciação a serem aplicadas aos bens, são as abaixo listadas:

a) Instalações em geral	10% (dez por cento)
b) Instalações elétricas	20% (vinte por cento)
c) Móveis, utensílios ,máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
d) Sistemas de comunicação (exclusive direito de uso)	10% (dez por cento)
e) Sistemas de segurança (exclusive veículos)	10% (dez por cento)
f) Computadores e periféricos("hardware")	20% (vinte por cento)
g)Veículos	20% (vinte por cento)
h) Utilitário (automóvel)	33% (trinta e três por cento)
i) Ambulância	33% (trinta e três por cento)
j)Ventilador - refrigerador de ar	25% (vinte e cinco por cento)
k) Aparelho cinematográfico (som e projeção)	15% (quinze por cento)
l) Bens Imóveis (exceto terrenos)	Ajustar a taxa em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. No caso de inexistência, adotar a taxa de 2% (dois por cento) ao ano.

10. As Taxas de Depreciação informadas acima serão aplicadas para os itens abaixo especificados, exclusivamente nas seguintes condições:

a) Imóveis, somente sobre os valores de edificação; e

b) Instalações, desde que seus valores estejam segregados dos valores de edificação.

11. Os bens ou equipamentos não relacionados nos itens acima, serão depreciados de acordo com as taxas anuais admitidas e aceitas pela jurisprudência administrativa do Imposto sobre a Renda, divulgadas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

## 10. AMORTIZAÇÃO

01. A taxa de amortização de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de lógicos "softwares" utilizados em processamento de dados será de 20 % ( vinte por cento) ao ano.

02. Mensalmente constituir-se-á a provisão em contrapartida à conta específica de despesa dos programas específicos, para amortização do capital aplicado em despesas e direitos classificados no Diferido.

03. A amortização do Diferido deverá ser contabilizada independentemente da existência de Superávit. A provisão correspondente será acumulada até o limite do valor dos custos originais e estarão afetas a legislação vigente no que tange a atualização monetária.

04. Amortizar-se-ão os recursos aplicados no Diferido, em prazo não superior a 10 (dez) anos, a partir da data início da operação normal, ou do período em que passarem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes.

05. Proceder-se-á a baixa do registro quando o valor de provisão acumulada nivelar-se ao do ativo a amortizar.

06. As amortizações serão calculadas pelo método linear.

## 11. APURAÇÃO DE RESULTADOS

### 11.1. Entidades Patrocinadas por Empresas e/ou Órgãos Públicos Federais

01. O Superávit Técnico apurado a cada ano será destinado à formação de Reserva de Contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das Reservas Matemáticas. Encerrado o Balanço anual, e ultrapassado o limite de 25% (vinte e cinco por cento), a parcela excedente será contabilizada e destinada à constituição do "Fundo de Oscilação de Riscos - Dec. nº 606/92".

02. Decorridos 03 (três) anos com apuração de resultado superavitário - quando a parcela excedente ao limite de 25% (vinte e cinco por cento) das Reservas Matemáticas não houver sido utilizada para cobertura de Déficit Técnico desse período - esse valor será utilizado para redução das contribuições da(s) Patrocinadora(s) e dos participantes, proporcionalmente.

#### 11.2. Demais Entidades

01. Apurando-se Superávit Técnico, constituir-se-á a Reserva de Contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) das Reservas Matemáticas. O excesso, se houver, será contabilizado como "Reserva para Ajuste do Plano".

02. A parcela do Superávit Técnico excedente ao limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor registrado em Reservas Matemáticas poderá ser utilizada para reajustamento dos benefícios, nos termos da legislação vigente.

#### 11.3. Compensação de Resultados (Superávit/Déficit)

01. A compensação entre Déficit e Superávit Técnicos ocorridos no exercício deverá ser realizada mensalmente, à medida da sua ocorrência. O balancete mensal deverá contemplar apenas Déficit ou Superávit Técnicos do exercício.

02. O Déficit ou o Superávit Técnicos ocorridos no exercício poderá ser compensado com os dos exercícios anteriores apenas quando do encerramento do Balanço Patrimonial. O Balanço Patrimonial deverá apresentar, somente uma situação, Superávit ou Déficit Técnicos.

#### 12. UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT TÉCNICO NO PROGRAMA ASSISTENCIAL

01. O CGPC através da Resolução CGPC n.º 10, de 22/09/95, anuiu, desde que mediante prévia e expressa autorização da SPC/MPAS, a transferência de parcela do Superávit Técnico de Exercícios Anteriores para o Programa Assistencial, voltado ao custeio de serviços assistenciais, exclusivamente sob a forma de assistência à saúde aos participantes e seus dependentes, inscritos em plano previdencial superavitário.

02. No caso da extinção do Programa Assistencial oriundo da transferência de parcela do Superávit Técnico de que trata a Resolução CGPC n.º 10/95, os saldos remanescentes deverão retornar aos planos previdenciais em que estejam inscritos os participantes, na proporção de suas contribuições.

03. A parcela passível de transferência para o Programa Assistencial deve ser calculada com base na fórmula estabelecida pela Resolução CGPC n.º 10/95.

04. Além de citar a data e o número do documento de autorização fornecido pela SPC/MPAS na "Demonstração de Resultados - Programa Previdencial", o fato deverá constar, obrigatoriamente, das Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial.

05. Contabilização da transferência do valor do Superávit para o Programa Assistencial:

Débito : Conta 2.3.2.1.01.01 - Reserva de Contingência

Crédito : Conta 3.5.0.0.00.00 - Atualização/Reversão dos Resultados de Exercícios Anteriores.

06. Contabilização da transferência do Programa Previdencial para o Programa Assistencial:

Débito: Conta 3.3.2.2.00.00 - Programa Previdencial - Transferências Interprogramas - Débito - Programa Assistencial

Crédito: Conta 4.3.1.1.00.00 - Programa Assistencial - Transferências Interprogramas - Crédito - Programa Previdencial

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001**

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

### **CAPÍTULO I INTRODUÇÃO**

Art. 1º O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal, observado o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 2º O regime de previdência complementar é operado por entidades de previdência complementar que têm por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma desta Lei Complementar.

Art. 3º A ação do Estado será exercida com o objetivo de:

I - formular a política de previdência complementar;

II - disciplinar, coordenar e supervisionar as atividades reguladas por esta Lei Complementar, compatibilizando-as com as políticas previdenciária e de desenvolvimento social e econômico-financeiro;

III - determinar padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e de cada entidade de previdência complementar, no conjunto de suas atividades;

IV - assegurar aos participantes e assistidos o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos de benefícios;

V - fiscalizar as entidades de previdência complementar, suas operações e aplicar penalidades; e

VI - proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.

Art. 4º As entidades de previdência complementar são classificadas em fechadas e abertas, conforme definido nesta Lei Complementar.

Art. 5º A normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades das entidades de previdência complementar serão realizados por órgão ou órgãos regulador e fiscalizador, conforme disposto em lei, observado o disposto no inciso VI do art. 84 da Constituição Federal.

### **CAPÍTULO II DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS**

#### **Seção I**

#### **Disposições Comuns**

Art. 6º As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme disposto nesta Lei Complementar.

Art. 7º Os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Parágrafo único. O órgão regulador e fiscalizador normatizará planos de benefícios nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável, bem como outras formas de planos de benefícios que reflitam a evolução técnica e possibilitem flexibilidade ao regime de previdência complementar.

Art. 8º Para efeito desta Lei Complementar, considera-se:

I - participante, a pessoa física que aderir aos planos de benefícios; e

II - assistido, o participante ou seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.

Art. 9º As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 1º A aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos de que trata o caput será feita conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º É vedado o estabelecimento de aplicações compulsórias ou limites mínimos de aplicação.

Art. 10. Deverão constar dos regulamentos dos planos de benefícios, das propostas de inscrição e dos certificados de participantes condições mínimas a serem fixadas pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 1º A todo pretendente será disponibilizado e a todo participante entregue, quando de sua inscrição no plano de benefícios:

I - certificado onde estarão indicados os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios;

II - cópia do regulamento atualizado do plano de benefícios e material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, as características do plano;

III - cópia do contrato, no caso de plano coletivo de que trata o inciso II do art. 26 desta Lei Complementar; e

IV - outros documentos que vierem a ser especificados pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º Na divulgação dos planos de benefícios, não poderão ser incluídas informações diferentes das que figurem nos documentos referidos neste artigo.

Art. 11. Para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares.

Parágrafo único. Fica facultada às entidades fechadas a garantia referida no caput por meio de fundo de solvência, a ser instituído na forma da lei.

## Seção II

### Dos Planos de Benefícios de Entidades Fechadas

Art. 12. Os planos de benefícios de entidades fechadas poderão ser instituídos por patrocinadores e instituidores, observado o disposto no art. 31 desta Lei Complementar.

Art. 13. A formalização da condição de patrocinador ou instituidor de um plano de benefício dar-se-á mediante convênio de adesão a ser celebrado entre o patrocinador ou instituidor e a entidade fechada, em relação a cada plano de benefícios por esta administrado e executado, mediante prévia autorização do órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamentação do Poder Executivo.

§ 1º Admitir-se-á solidariedade entre patrocinadores ou entre instituidores, com relação aos respectivos planos, desde que expressamente prevista no convênio de adesão.

§ 2º O órgão regulador e fiscalizador, dentre outros requisitos, estabelecerá o número mínimo de participantes admitido para cada modalidade de plano de benefício.

Art. 14. Os planos de benefícios deverão prever os seguintes institutos, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador:

I - benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade;

II - portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano;

III - resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo, na forma regulamentada; e

IV - faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos

benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.

§ 1º Não será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador.

§ 2º O órgão regulador e fiscalizador estabelecerá período de carência para o instituto de que trata o inciso II deste artigo.

§ 3º Na regulamentação do instituto previsto no inciso II do caput deste artigo, o órgão regulador e fiscalizador observará, entre outros requisitos específicos, os seguintes:

I - se o plano de benefícios foi instituído antes ou depois da publicação desta Lei Complementar;

II - a modalidade do plano de benefícios.

§ 4º O instituto de que trata o inciso II deste artigo, quando efetuado para entidade aberta, somente será admitido quando a integralidade dos recursos financeiros correspondentes ao direito acumulado do participante for utilizada para a contratação de renda mensal vitalícia ou por prazo determinado, cujo prazo mínimo não poderá ser inferior ao período em que a respectiva reserva foi constituída, limitado ao mínimo de quinze anos, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 15. Para efeito do disposto no inciso II do caput do artigo anterior, fica estabelecido que:

I - a portabilidade não caracteriza resgate; e

II - é vedado que os recursos financeiros correspondentes transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.

Parágrafo único. O direito acumulado corresponde às reservas constituídas pelo participante ou à reserva matemática, o que lhe for mais favorável.

Art. 16. Os planos de benefícios devem ser, obrigatoriamente, oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, são equiparáveis aos empregados e associados a que se refere o caput os gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes de patrocinadores e instituidores.

§ 2º É facultativa a adesão aos planos a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos planos em extinção, assim considerados aqueles aos quais o acesso de novos participantes esteja vedado.

Art. 17. As alterações processadas nos regulamentos dos planos aplicam-se a todos os participantes das entidades fechadas, a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, observado o direito acumulado de cada participante.

Parágrafo único. Ao participante que tenha cumprido os requisitos para obtenção dos benefícios previstos no plano é assegurada a aplicação das disposições regulamentares vigentes na data em que se tornou elegível a um benefício de aposentadoria.

Art. 18. O plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 1º O regime financeiro de capitalização é obrigatório para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas.

§ 2º Observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, o cálculo das reservas técnicas atenderá às peculiaridades de cada plano de benefícios e deverá estar expresso em nota técnica atuarial, de apresentação obrigatória, incluindo as hipóteses utilizadas, que deverão guardar relação com as características da massa e da atividade desenvolvida pelo patrocinador ou instituidor.

§ 3º As reservas técnicas, provisões e fundos de cada plano de benefícios e os exigíveis a qualquer título deverão atender permanentemente à cobertura integral dos compromissos assumidos pelo plano de benefícios, ressalvadas excepcionalidades definidas pelo órgão regulador e fiscalizador.



Art. 19. As contribuições destinadas à constituição de reservas terão como finalidade prover o pagamento de benefícios de caráter previdenciário, observadas as especificidades previstas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. As contribuições referidas no caput classificam-se em:

I - normais, aquelas destinadas ao custeio dos benefícios previstos no respectivo plano; e  
II - extraordinárias, aquelas destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

Art. 20. O resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de vinte e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.

§ 1º Constituída a reserva de contingência, com os valores excedentes será constituída reserva especial para revisão do plano de benefícios.

§ 2º A não utilização da reserva especial por três exercícios consecutivos determinará a revisão obrigatória do plano de benefícios da entidade.

§ 3º Se a revisão do plano de benefícios implicar redução de contribuições, deverá ser levada em consideração a proporção existente entre as contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive dos assistidos.

Art. 21. O resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.

§ 1º O equacionamento referido no caput poderá ser feito, dentre outras formas, por meio do aumento do valor das contribuições, instituição de contribuição adicional ou redução do valor dos benefícios a conceder, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º A redução dos valores dos benefícios não se aplica aos assistidos, sendo cabível, nesse caso, a instituição de contribuição adicional para cobertura do acréscimo ocorrido em razão da revisão do plano.

§ 3º Na hipótese de retorno à entidade dos recursos equivalentes ao déficit previsto no caput deste artigo, em consequência de apuração de responsabilidade mediante ação judicial ou administrativa, os respectivos valores deverão ser aplicados necessariamente na redução proporcional das contribuições devidas ao plano ou em melhoria dos benefícios.

Art. 22. Ao final de cada exercício, coincidente com o ano civil, as entidades fechadas deverão levantar as demonstrações contábeis e as avaliações atuariais de cada plano de benefícios, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, devendo os resultados ser encaminhados ao órgão regulador e fiscalizador e divulgados aos participantes e aos assistidos.

Art. 23. As entidades fechadas deverão manter atualizada sua contabilidade, de acordo com as instruções do órgão regulador e fiscalizador, consolidando a posição dos planos de benefícios que administram e executam, bem como submetendo suas contas a auditores independentes.

Parágrafo único. Ao final de cada exercício serão elaboradas as demonstrações contábeis e atuariais consolidadas, sem prejuízo dos controles por plano de benefícios.

Art. 24. A divulgação aos participantes, inclusive aos assistidos, das informações pertinentes aos planos de benefícios dar-se-á ao menos uma vez ao ano, na forma, nos prazos e pelos meios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Parágrafo único. As informações requeridas formalmente pelo participante ou assistido, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal específico deverão ser atendidas pela entidade no prazo estabelecido pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 25. O órgão regulador e fiscalizador poderá autorizar a extinção de plano de benefícios ou a retirada de patrocínio, ficando os patrocinadores e instituidores obrigados ao cumprimento da totalidade dos compromissos assumidos com a entidade relativamente aos

direitos dos participantes, assistidos e obrigações legais, até a data da retirada ou extinção do plano.

Parágrafo único. Para atendimento do disposto no caput deste artigo, a situação de solvência econômico-financeira e atuarial da entidade deverá ser atestada por profissional devidamente habilitado, cujos relatórios serão encaminhados ao órgão regulador e fiscalizador.

### Seção III

#### Dos Planos de Benefícios de Entidades Abertas

Art. 26. Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser:

I - individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas; ou

II - coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.

§ 1º O plano coletivo poderá ser contratado por uma ou várias pessoas jurídicas.

§ 2º O vínculo indireto de que trata o inciso II deste artigo refere-se aos casos em que uma entidade representativa de pessoas jurídicas contrate plano previdenciário coletivo para grupos de pessoas físicas vinculadas a suas filiadas.

§ 3º Os grupos de pessoas de que trata o parágrafo anterior poderão ser constituídos por uma ou mais categorias específicas de empregados de um mesmo empregador, podendo abranger empresas coligadas, controladas ou subsidiárias, e por membros de associações legalmente constituídas, de caráter profissional ou classista, e seus cônjuges ou companheiros e dependentes econômicos.

§ 4º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, são equiparáveis aos empregados e associados os diretores, conselheiros ocupantes de cargos eletivos e outros dirigentes ou gerentes da pessoa jurídica contratante.

§ 5º A implantação de um plano coletivo será celebrada mediante contrato, na forma, nos critérios, nas condições e nos requisitos mínimos a serem estabelecidos pelo órgão regulador.

§ 6º É vedada à entidade aberta a contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.

Art. 27. Observados os conceitos, a forma, as condições e os critérios fixados pelo órgão regulador, é assegurado aos participantes o direito à portabilidade, inclusive para plano de benefício de entidade fechada, e ao resgate de recursos das reservas técnicas, provisões e fundos, total ou parcialmente.

§ 1º A portabilidade não caracteriza resgate.

§ 2º É vedado, no caso de portabilidade:

I - que os recursos financeiros transitem pelos participantes, sob qualquer forma; e

II - a transferência de recursos entre participantes.

Art. 28. Os ativos garantidores das reservas técnicas, das provisões e dos fundos serão vinculados à ordem do órgão fiscalizador, na forma a ser regulamentada, e poderão ter sua livre movimentação suspensa pelo referido órgão, a partir da qual não poderão ser alienados ou prometidos alienar sem sua prévia e expressa autorização, sendo nulas, de pleno direito, quaisquer operações realizadas com violação daquela suspensão.

§ 1º Sendo imóvel, o vínculo será averbado à margem do respectivo registro no Cartório de Registro Geral de Imóveis competente, mediante comunicação do órgão fiscalizador.

§ 2º Os ativos garantidores a que se refere o caput, bem como os direitos deles decorrentes, não poderão ser gravados, sob qualquer forma, sem prévia e expressa autorização do órgão fiscalizador, sendo nulos os gravames constituídos com infringência do disposto neste parágrafo.

Art. 29. Compete ao órgão regulador, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei:

I - fixar padrões adequados de segurança atuarial e econômico-financeira, para preservação da liquidez e solvência dos planos de benefícios, isoladamente, e de cada entidade aberta, no conjunto de suas atividades;

II - estabelecer as condições em que o órgão fiscalizador pode determinar a suspensão da comercialização ou a transferência, entre entidades abertas, de planos de benefícios; e  
III - fixar condições que assegurem transparência, acesso a informações e fornecimento de dados relativos aos planos de benefícios, inclusive quanto à gestão dos respectivos recursos.

Art. 30. É facultativa a utilização de corretores na venda dos planos de benefícios das entidades abertas.

Parágrafo único. Aos corretores de planos de benefícios aplicam-se a legislação e a regulamentação da profissão de corretor de seguros.

### CAPÍTULO III

#### DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:

I - aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e

II - aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

§ 1º As entidades fechadas organizar-se-ão sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

§ 2º As entidades fechadas constituídas por instituidores referidos no inciso II do caput deste artigo deverão, cumulativamente:

I - terceirizar a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e provisões mediante a contratação de instituição especializada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou outro órgão competente;

II - ofertar exclusivamente planos de benefícios na modalidade contribuição definida, na forma do parágrafo único do art. 7º desta Lei Complementar.

§ 3º Os responsáveis pela gestão dos recursos de que trata o inciso I do parágrafo anterior deverão manter segregados e totalmente isolados o seu patrimônio dos patrimônios do instituidor e da entidade fechada.

§ 4º Na regulamentação de que trata o caput, o órgão regulador e fiscalizador estabelecerá o tempo mínimo de existência do instituidor e o seu número mínimo de associados.

Art. 32. As entidades fechadas têm como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Parágrafo único. É vedada às entidades fechadas a prestação de quaisquer serviços que não estejam no âmbito de seu objeto, observado o disposto no art. 76.

Art. 33. Dependirão de prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador:

I - a constituição e o funcionamento da entidade fechada, bem como a aplicação dos respectivos estatutos, dos regulamentos dos planos de benefícios e suas alterações;

II - as operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, relativas às entidades fechadas;

III - as retiradas de patrocinadores; e

IV - as transferências de patrocínio, de grupo de participantes, de planos e de reservas entre entidades fechadas.

§ 1º Excetuado o disposto no inciso III deste artigo, é vedada a transferência para terceiros de participantes, de assistidos e de reservas constituídas para garantia de benefícios de risco atuarial programado, de acordo com normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º Para os assistidos de planos de benefícios na modalidade contribuição definida que mantiveram esta característica durante a fase de percepção de renda programada, o órgão regulador e fiscalizador poderá, em caráter excepcional, autorizar a transferência dos recursos garantidores dos benefícios para entidade de previdência complementar ou companhia seguradora autorizada a operar planos de previdência complementar, com o objetivo específico de contratar plano de renda vitalícia, observadas as normas aplicáveis.

Art. 34. As entidades fechadas podem ser qualificadas da seguinte forma, além de outras que possam ser definidas pelo órgão regulador e fiscalizador:

I - de acordo com os planos que administram:

a) de plano comum, quando administram plano ou conjunto de planos acessíveis ao universo de participantes; e

b) com multiplano, quando administram plano ou conjunto de planos de benefícios para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial;

II - de acordo com seus patrocinadores ou instituidores:

a) singulares, quando estiverem vinculadas a apenas um patrocinador ou instituidor; e

b) multipatrocinadas, quando congregarem mais de um patrocinador ou instituidor.

Art. 35. As entidades fechadas deverão manter estrutura mínima composta por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

§ 1º O estatuto deverá prever representação dos participantes e assistidos nos conselhos deliberativo e fiscal, assegurado a eles no mínimo um terço das vagas.

§ 2º Na composição dos conselhos deliberativo e fiscal das entidades qualificadas como multipatrocinadas, deverá ser considerado o número de participantes vinculados a cada patrocinador ou instituidor, bem como o montante dos respectivos patrimônios.

§ 3º Os membros do conselho deliberativo ou do conselho fiscal deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;

II - não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; e

III - não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidor público.

§ 4º Os membros da diretoria-executiva deverão ter formação de nível superior e atender aos requisitos do parágrafo anterior.

§ 5º Será informado ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros da diretoria-executiva.

§ 6º Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do parágrafo anterior pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 31 desta Lei Complementar, os membros da diretoria-executiva e dos conselhos deliberativo e fiscal poderão ser remunerados pelas entidades fechadas, de acordo com a legislação aplicável.

§ 8º Em caráter excepcional, poderão ser ocupados até trinta por cento dos cargos da diretoria-executiva por membros sem formação de nível superior, sendo assegurada a possibilidade de participação neste órgão de pelo menos um membro, quando da aplicação do referido percentual resultar número inferior à unidade.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 36. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida poderão ser autorizadas a operar os planos de benefícios a que se refere o caput, a elas se aplicando as disposições desta Lei Complementar.

Art. 37. Compete ao órgão regulador, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, estabelecer:

I - os critérios para a investidura e posse em cargos e funções de órgãos estatutários de entidades abertas, observado que o pretendente não poderá ter sofrido condenação criminal transitada em julgado, penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidor público;

II - as normas gerais de contabilidade, auditoria, atuária e estatística a serem observadas pelas entidades abertas, inclusive quanto à padronização dos planos de contas, balanços gerais, balancetes e outras demonstrações financeiras, critérios sobre sua periodicidade, sobre a publicação desses documentos e sua remessa ao órgão fiscalizador;

III - os índices de solvência e liquidez, bem como as relações patrimoniais a serem atendidas pelas entidades abertas, observado que seu patrimônio líquido não poderá ser inferior ao respectivo passivo não operacional; e

IV - as condições que assegurem acesso a informações e fornecimento de dados relativos a quaisquer aspectos das atividades das entidades abertas.

Art. 38. Dependerão de prévia e expressa aprovação do órgão fiscalizador:

I - a constituição e o funcionamento das entidades abertas, bem como as disposições de seus estatutos e as respectivas alterações;

II - a comercialização dos planos de benefícios;

III - os atos relativos à eleição e conseqüente posse de administradores e membros de conselhos estatutários; e

IV - as operações relativas à transferência do controle acionário, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária.

Parágrafo único. O órgão regulador disciplinará o tratamento administrativo a ser emprestado ao exame dos assuntos constantes deste artigo.

Art. 39. As entidades abertas deverão comunicar ao órgão fiscalizador, no prazo e na forma estabelecidos:

I - os atos relativos às alterações estatutárias e à eleição de administradores e membros de conselhos estatutários; e

II - o responsável pela aplicação dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos, escolhido dentre os membros da diretoria-executiva.

Parágrafo único. Os demais membros da diretoria-executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado na forma do inciso II deste artigo pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

Art. 40. As entidades abertas deverão levantar no último dia útil de cada mês e semestre, respectivamente, balancetes mensais e balanços gerais, com observância das regras e dos critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar planos de benefícios deverão apresentar nas demonstrações financeiras, de forma discriminada, as atividades previdenciárias e as de seguros, de acordo com critérios fixados pelo órgão regulador.

## CAPÍTULO V

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 41. No desempenho das atividades de fiscalização das entidades de previdência complementar, os servidores do órgão regulador e fiscalizador terão livre acesso às respectivas entidades, delas podendo requisitar e apreender livros, notas técnicas e quaisquer documentos, caracterizando-se embaraço à fiscalização, sujeito às penalidades previstas em lei, qualquer dificuldade oposta à consecução desse objetivo.

§ 1º O órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas poderá solicitar dos patrocinadores e instituidores informações relativas aos aspectos específicos que digam respeito aos compromissos assumidos frente aos respectivos planos de benefícios.

§ 2º A fiscalização a cargo do Estado não exime os patrocinadores e os instituidores da responsabilidade pela supervisão sistemática das atividades das suas respectivas entidades fechadas.

§ 3º As pessoas físicas ou jurídicas submetidas ao regime desta Lei Complementar ficam obrigadas a prestar quaisquer informações ou esclarecimentos solicitados pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se, sem prejuízo da competência das autoridades fiscais, relativamente ao pleno exercício das atividades de fiscalização tributária.

Art. 42. O órgão regulador e fiscalizador poderá, em relação às entidades fechadas, nomear administrador especial, a expensas da entidade, com poderes próprios de intervenção e de liquidação extrajudicial, com o objetivo de sanear plano de benefícios específico, caso seja constatada na sua administração e execução alguma das hipóteses previstas nos arts. 44 e 48 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O ato de nomeação de que trata o caput estabelecerá as condições, os limites e as atribuições do administrador especial.

Art. 43. O órgão fiscalizador poderá, em relação às entidades abertas, desde que se verifique uma das condições previstas no art. 44 desta Lei Complementar, nomear, por prazo determinado, prorrogável a seu critério, e a expensas da respectiva entidade, um diretor-fiscal.

§ 1º O diretor-fiscal, sem poderes de gestão, terá suas atribuições estabelecidas pelo órgão regulador, cabendo ao órgão fiscalizador fixar sua remuneração.

§ 2º Se reconhecer a inviabilidade de recuperação da entidade aberta ou a ausência de qualquer condição para o seu funcionamento, o diretor-fiscal proporá ao órgão fiscalizador a decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial.

§ 3º O diretor-fiscal não está sujeito à indisponibilidade de bens, nem aos demais efeitos decorrentes da decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial da entidade aberta.

## CAPÍTULO VI

### DA INTERVENÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

#### Seção I

##### Da Intervenção

Art. 44. Para resguardar os direitos dos participantes e assistidos poderá ser decretada a intervenção na entidade de previdência complementar, desde que se verifique, isolada ou cumulativamente:

I - irregularidade ou insuficiência na constituição das reservas técnicas, provisões e fundos, ou na sua cobertura por ativos garantidores;

II - aplicação dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos de forma inadequada ou em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes;

III - descumprimento de disposições estatutárias ou de obrigações previstas nos regulamentos dos planos de benefícios, convênios de adesão ou contratos dos planos coletivos de que trata o inciso II do art. 26 desta Lei Complementar;

IV - situação econômico-financeira insuficiente à preservação da liquidez e solvência de cada um dos planos de benefícios e da entidade no conjunto de suas atividades;

V - situação atuarial desequilibrada;

VI - outras anormalidades definidas em regulamento.

Art. 45. A intervenção será decretada pelo prazo necessário ao exame da situação da entidade e encaminhamento de plano destinado à sua recuperação.

Parágrafo único. Dependerão de prévia e expressa autorização do órgão competente os atos do interventor que impliquem oneração ou disposição do patrimônio.

Art. 46. A intervenção cessará quando aprovado o plano de recuperação da entidade pelo órgão competente ou se decretada a sua liquidação extrajudicial.

#### Seção II

##### Da Liquidação Extrajudicial

Art. 47. As entidades fechadas não poderão solicitar concordata e não estão sujeitas a falência, mas somente a liquidação extrajudicial.

Art. 48. A liquidação extrajudicial será decretada quando reconhecida a inviabilidade de recuperação da entidade de previdência complementar ou pela ausência de condição para seu funcionamento.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se por ausência de condição para funcionamento de entidade de previdência complementar:

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - o não atendimento às condições mínimas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

Art. 49. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

I - suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda;

II - vencimento antecipado das obrigações da liquidanda;

III - não incidência de penalidades contratuais contra a entidade por obrigações vencidas em decorrência da decretação da liquidação extrajudicial;

IV - não fluência de juros contra a liquidanda enquanto não integralmente pago o passivo;

V - interrupção da prescrição em relação às obrigações da entidade em liquidação;

VI - suspensão de multa e juros em relação às dívidas da entidade;

VII - inexistência de penas pecuniárias por infrações de natureza administrativa;

VIII - interrupção do pagamento à liquidanda das contribuições dos participantes e dos patrocinadores, relativas aos planos de benefícios.

§ 1º As faculdades previstas nos incisos deste artigo aplicam-se, no caso das entidades abertas de previdência complementar, exclusivamente, em relação às suas atividades de natureza previdenciária.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às ações e aos débitos de natureza tributária.

Art. 50. O liquidante organizará o quadro geral de credores, realizará o ativo e liquidará o passivo.

§ 1º Os participantes, inclusive os assistidos, dos planos de benefícios ficam dispensados de se habilitarem a seus respectivos créditos, estejam estes sendo recebidos ou não.

§ 2º Os participantes, inclusive os assistidos, dos planos de benefícios terão privilégio especial sobre os ativos garantidores das reservas técnicas e, caso estes não sejam suficientes para a cobertura dos direitos respectivos, privilégio geral sobre as demais partes não vinculadas ao ativo.

§ 3º Os participantes que já estiverem recebendo benefícios, ou que já tiverem adquirido este direito antes de decretada a liquidação extrajudicial, terão preferência sobre os demais participantes.

§ 4º Os créditos referidos nos parágrafos anteriores deste artigo não têm preferência sobre os créditos de natureza trabalhista ou tributária.

Art. 51. Serão obrigatoriamente levantados, na data da decretação da liquidação extrajudicial de entidade de previdência complementar, o balanço geral de liquidação e as demonstrações contábeis e atuariais necessárias à determinação do valor das reservas individuais.

Art. 52. A liquidação extrajudicial poderá, a qualquer tempo, ser levantada, desde que constatados fatos supervenientes que viabilizem a recuperação da entidade de previdência complementar.

Art. 53. A liquidação extrajudicial das entidades fechadas encerrar-se-á com a aprovação, pelo órgão regulador e fiscalizador, das contas finais do liquidante e com a baixa nos devidos registros.

Parágrafo único. Comprovada pelo liquidante a inexistência de ativos para satisfazer a possíveis créditos reclamados contra a entidade, deverá tal situação ser comunicada ao juízo competente e efetivados os devidos registros, para o encerramento do processo de liquidação.

### Seção III

#### Disposições Especiais

Art. 54. O interventor terá amplos poderes de administração e representação e o liquidante plenos poderes de administração, representação e liquidação.

Art. 55. Compete ao órgão fiscalizador decretar, aprovar e rever os atos de que tratam os arts. 45, 46 e 48 desta Lei Complementar, bem como nomear, por intermédio do seu dirigente máximo, o interventor ou o liquidante.



Art. 56. A intervenção e a liquidação extrajudicial determinam a perda do mandato dos administradores e membros dos conselhos estatutários das entidades, sejam titulares ou suplentes.

Art. 57. Os créditos das entidades de previdência complementar, em caso de liquidação ou falência de patrocinadores, terão privilégio especial sobre a massa, respeitado o privilégio dos créditos trabalhistas e tributários.

Parágrafo único. Os administradores dos respectivos patrocinadores serão responsabilizados pelos danos ou prejuízos causados às entidades de previdência complementar, especialmente pela falta de aporte das contribuições a que estavam obrigados, observado o disposto no parágrafo único do art. 63 desta Lei Complementar.

Art. 58. No caso de liquidação extrajudicial de entidade fechada motivada pela falta de aporte de contribuições de patrocinadores ou pelo não recolhimento de contribuições de participantes, os administradores daqueles também serão responsabilizados pelos danos ou prejuízos causados.

Art. 59. Os administradores, controladores e membros de conselhos estatutários das entidades de previdência complementar sob intervenção ou em liquidação extrajudicial ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até a apuração e liquidação final de suas responsabilidades.

§ 1º A indisponibilidade prevista neste artigo decorre do ato que decretar a intervenção ou liquidação extrajudicial e atinge todos aqueles que tenham estado no exercício das funções nos doze meses anteriores.

§ 2º A indisponibilidade poderá ser estendida aos bens de pessoas que, nos últimos doze meses, os tenham adquirido, a qualquer título, das pessoas referidas no caput e no parágrafo anterior, desde que haja seguros elementos de convicção de que se trata de simulada transferência com o fim de evitar os efeitos desta Lei Complementar.

§ 3º Não se incluem nas disposições deste artigo os bens considerados inalienáveis ou impenhoráveis pela legislação em vigor.

§ 4º Não são também atingidos pela indisponibilidade os bens objeto de contrato de alienação, de promessas de compra e venda e de cessão de direitos, desde que os respectivos instrumentos tenham sido levados ao competente registro público até doze meses antes da data de decretação da intervenção ou liquidação extrajudicial.

§ 5º Não se aplica a indisponibilidade de bens das pessoas referidas no caput deste artigo no caso de liquidação extrajudicial de entidades fechadas que deixarem de ter condições para funcionar por motivos totalmente desvinculados do exercício das suas atribuições, situação esta que poderá ser revista a qualquer momento, pelo órgão regulador e fiscalizador, desde que constatada a existência de irregularidades ou indícios de crimes por elas praticados.

Art. 60. O interventor ou o liquidante comunicará a indisponibilidade de bens aos órgãos competentes para os devidos registros e publicará edital para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único. A autoridade que receber a comunicação ficará, relativamente a esses bens, impedida de:

- I - fazer transcrições, inscrições ou averbações de documentos públicos ou particulares;
- II - arquivar atos ou contratos que importem em transferência de cotas sociais, ações ou partes beneficiárias;
- III - realizar ou registrar operações e títulos de qualquer natureza; e
- IV - processar a transferência de propriedade de veículos automotores, aeronaves e embarcações.

Art. 61. A apuração de responsabilidades específicas referida no caput do art. 59 desta Lei Complementar será feita mediante inquérito a ser instaurado pelo órgão regulador e fiscalizador, sem prejuízo do disposto nos arts. 63 a 65 desta Lei Complementar.

§ 1º Se o inquérito concluir pela inexistência de prejuízo, será arquivado no órgão fiscalizador.

§ 2º Concluindo o inquérito pela existência de prejuízo, será ele, com o respectivo relatório, remetido pelo órgão regulador e fiscalizador ao Ministério Público, observados os seguintes procedimentos:

I - o interventor ou o liquidante, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado que não tenha sido indiciado no inquérito, após aprovação do respectivo relatório pelo órgão fiscalizador, determinará o levantamento da indisponibilidade de que trata o art. 59 desta Lei Complementar;

II - será mantida a indisponibilidade com relação às pessoas indicadas no inquérito, após aprovação do respectivo relatório pelo órgão fiscalizador.

Art. 62. Aplicam-se à intervenção e à liquidação das entidades de previdência complementar, no que couber, os dispositivos da legislação sobre a intervenção e liquidação extrajudicial das instituições financeiras, cabendo ao órgão regulador e fiscalizador as funções atribuídas ao Banco Central do Brasil.

## CAPÍTULO VII DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 63. Os administradores de entidade, os procuradores com poderes de gestão, os membros de conselhos estatutários, o interventor e o liquidante responderão civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem, por ação ou omissão, às entidades de previdência complementar.

Parágrafo único. São também responsáveis, na forma do caput, os administradores dos patrocinadores ou instituidores, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos à entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

Art. 64. O órgão fiscalizador competente, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários ou a Secretaria da Receita Federal, constatando a existência de práticas irregulares ou indícios de crimes em entidades de previdência complementar, noticiará ao Ministério Público, enviando-lhe os documentos comprobatórios.

Parágrafo único. O sigilo de operações não poderá ser invocado como óbice à troca de informações entre os órgãos mencionados no caput, nem ao fornecimento de informações requisitadas pelo Ministério Público.

Art. 65. A infração de qualquer disposição desta Lei Complementar ou de seu regulamento, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita a pessoa física ou jurídica responsável, conforme o caso e a gravidade da infração, às seguintes penalidades administrativas, observado o disposto em regulamento:

I - advertência;

II - suspensão do exercício de atividades em entidades de previdência complementar pelo prazo de até cento e oitenta dias;

III - inabilitação, pelo prazo de dois a dez anos, para o exercício de cargo ou função em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público; e

IV - multa de dois mil reais a um milhão de reais, devendo esses valores, a partir da publicação desta Lei Complementar, ser reajustados de forma a preservar, em caráter permanente, seus valores reais.

§ 1º A penalidade prevista no inciso IV será imputada ao agente responsável, respondendo solidariamente a entidade de previdência complementar, assegurado o direito de regresso, e poderá ser aplicada cumulativamente com as constantes dos incisos I, II ou III deste artigo.

§ 2º Das decisões do órgão fiscalizador caberá recurso, no prazo de quinze dias, com efeito suspensivo, ao órgão competente.

§ 3º O recurso a que se refere o parágrafo anterior, na hipótese do inciso IV deste artigo, somente será conhecido se for comprovado pelo requerente o pagamento antecipado, em favor do órgão fiscalizador, de trinta por cento do valor da multa aplicada.

§ 4º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 66. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo, na forma do regulamento, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 67. O exercício de atividade de previdência complementar por qualquer pessoa, física ou jurídica, sem a autorização devida do órgão competente, inclusive a comercialização de planos de benefícios, bem como a captação ou a administração de recursos de terceiros com o objetivo de, direta ou indiretamente, adquirir ou conceder benefícios previdenciários sob qualquer forma, submete o responsável à penalidade de inabilitação pelo prazo de dois a dez anos para o exercício de cargo ou função em entidade de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público, além de multa aplicável de acordo com o disposto no inciso IV do art. 65 desta Lei Complementar, bem como noticiar ao Ministério Público.

## CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68. As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstos nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência complementar não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes.

§ 1º Os benefícios serão considerados direito adquirido do participante quando implementadas todas as condições estabelecidas para elegibilidade consignadas no regulamento do respectivo plano.

§ 2º A concessão de benefício pela previdência complementar não depende da concessão de benefício pelo regime geral de previdência social.

Art. 69. As contribuições vertidas para as entidades de previdência complementar, destinadas ao custeio dos planos de benefícios de natureza previdenciária, são dedutíveis para fins de incidência de imposto sobre a renda, nos limites e nas condições fixadas em lei.

§ 1º Sobre as contribuições de que trata o caput não incidem tributação e contribuições de qualquer natureza.

§ 2º Sobre a portabilidade de recursos de reservas técnicas, fundos e provisões entre planos de benefícios de entidades de previdência complementar, titulados pelo mesmo participante, não incidem tributação e contribuições de qualquer natureza.

Art. 70. (VETADO)

Art. 71. É vedado às entidades de previdência complementar realizar quaisquer operações comerciais e financeiras:

- I - com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros, e com seus parentes até o segundo grau;
- II - com empresa de que participem as pessoas a que se refere o inciso anterior, exceto no caso de participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto; e
- III - tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas, na forma definida pelo órgão regulador.

Parágrafo único. A vedação deste artigo não se aplica ao patrocinador, aos participantes e aos assistidos, que, nessa condição, realizarem operações com a entidade de previdência complementar.

Art. 72. Compete privativamente ao órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas zelar pelas sociedades civis e fundações, como definido no art. 31 desta Lei Complementar, não se aplicando a estas o disposto nos arts. 26 e 30 do Código Civil e 1.200 a 1.204 do Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

Art. 73. As entidades abertas serão reguladas também, no que couber, pela legislação aplicável às sociedades seguradoras.

Art. 74. Até que seja publicada a lei de que trata o art. 5º desta Lei Complementar, as funções do órgão regulador e do órgão fiscalizador serão exercidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio, respectivamente, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC),

relativamente às entidades fechadas, e pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em relação, respectivamente, à regulação e fiscalização das entidades abertas.

Art. 75. Sem prejuízo do benefício, prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 76. As entidades fechadas que, na data da publicação desta Lei Complementar, prestarem a seus participantes e assistidos serviços assistenciais à saúde poderão continuar a fazê-lo, desde que seja estabelecido um custeio específico para os planos assistenciais e que a sua contabilização e o seu patrimônio sejam mantidos em separado em relação ao plano previdenciário.

§ 1º Os programas assistenciais de natureza financeira deverão ser extintos a partir da data de publicação desta Lei Complementar, permanecendo em vigência, até o seu termo, apenas os compromissos já firmados.

§ 2º Consideram-se programas assistenciais de natureza financeira, para os efeitos desta Lei Complementar, aqueles em que o rendimento situa-se abaixo da taxa mínima atuarial do respectivo plano de benefícios.

Art. 77. As entidades abertas sem fins lucrativos e as sociedades seguradoras autorizadas a funcionar em conformidade com a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, terão o prazo de dois anos para se adaptar ao disposto nesta Lei Complementar.

§ 1º No caso das entidades abertas sem fins lucrativos já autorizadas a funcionar, é permitida a manutenção de sua organização jurídica como sociedade civil, sendo-lhes vedado participar, direta ou indiretamente, de pessoas jurídicas, exceto quando tiverem participação acionária:

I - minoritária, em sociedades anônimas de capital aberto, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, para aplicação de recursos de reservas técnicas, fundos e provisões;

II - em sociedade seguradora e/ou de capitalização.

§ 2º É vedado à sociedade seguradora e/ou de capitalização referida no inciso II do parágrafo anterior participar majoritariamente de pessoas jurídicas, ressalvadas as empresas de suporte ao seu funcionamento e as sociedades anônimas de capital aberto, nas condições previstas no inciso I do parágrafo anterior.

§ 3º A entidade aberta sem fins lucrativos e a sociedade seguradora e/ou de capitalização por ela controlada devem adaptar-se às condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º, no mesmo prazo previsto no caput deste artigo.

§ 4º As reservas técnicas de planos já operados por entidades abertas de previdência privada sem fins lucrativos, anteriormente à data de publicação da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, poderão permanecer garantidas por ativos de propriedade da entidade, existentes à época, dentro de programa gradual de ajuste às normas estabelecidas pelo órgão regulador sobre a matéria, a ser submetido pela entidade ao órgão fiscalizador no prazo máximo de doze meses a contar da data de publicação desta Lei Complementar.

§ 5º O prazo máximo para o término para o programa gradual de ajuste a que se refere o parágrafo anterior não poderá superar cento e vinte meses, contados da data de aprovação do respectivo programa pelo órgão fiscalizador.

§ 6º As entidades abertas sem fins lucrativos que, na data de publicação desta Lei Complementar, já vinham mantendo programas de assistência filantrópica, prévia e expressamente autorizados, poderão, para efeito de cobrança, adicionar às contribuições de seus planos de benefícios valor destinado àqueles programas, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador.

§ 7º A aplicabilidade do disposto no parágrafo anterior fica sujeita, sob pena de cancelamento da autorização previamente concedida, à prestação anual de contas dos programas filantrópicos e à aprovação pelo órgão competente.

§ 8º O descumprimento de qualquer das obrigações contidas neste artigo sujeita os administradores das entidades abertas sem fins lucrativos e das sociedades seguradora e/ou de capitalização por elas controladas ao Regime Disciplinar previsto nesta Lei Complementar, sem prejuízo da responsabilidade civil por danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão, à entidade.

Art. 78. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 79. Revogam-se as Leis nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e nº 6.462, de 9 de novembro de 1977.

Brasília, 29 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO

HENRIQUE

CARDOSO

José

Gregori

Pedro

Malan

Roberto Brant

*Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 30.5.2001*